



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM LETRAS  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO ARTES E LETRAS - FACALE

---



SELMA PERUCI DOS SANTOS OLIVEIRA

**A CONSTRUÇÃO COLETIVA DAS MEMÓRIAS DE JUSCELINO  
KUBITSCHKE: PONTOS DE VISTA DE UMA MESMA HISTÓRIA**

DOURADOS- MS  
2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM LETRAS  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO ARTES E LETRAS - FACALE

---



SELMA PERUCI DOS SANTOS OLIVEIRA

**A CONSTRUÇÃO COLETIVA DAS MEMÓRIAS DE JUSCELINO  
KUBITSCHKE: PONTOS DE VISTA DE UMA MESMA HISTÓRIA**

Dissertação submetida ao Exame de Defesa no Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Comunicação Artes e Letras da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, Área de Literatura e Práticas Culturais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Bungart Neto

DOURADOS- MS  
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

O48c Oliveira, Selma Peruci Dos Santos

A construção coletiva das memórias de Juscelino Kubitschek: Pontos de vista de uma mesma história [recurso eletrônico] / Selma Peruci Dos Santos Oliveira. -- 2020.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Bungart Neto.

Dissertação (Mestrado em Letras) -Universidade Federal da Grande Dourados, 2020.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Literatura brasileira contemporânea. 2. Memórias políticas. 3. Juscelino Kubitschek. I. Bungart Neto, Prof. Dr. Paulo. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



---

SELMA PERUCI DOS SANTOS OLIVEIRA

**A CONSTRUÇÃO COLETIVA DAS MEMÓRIAS DE JUSCELINO  
KUBITSCHKE: PONTOS DE VISTA DE UMA MESMA HISTÓRIA**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Paulo Bungart Neto  
(UFGD – Presidente e Orientador)

---

Prof. Dr. Eudes Fernando Leite  
(FCH/UFGD – Membro Titular)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alexandra Santos Pinheiro  
(UFGD – Membro Titular)

---

Prof. Dr. Marcos Vinícius Teixeira  
(UEMS – Membro Suplente)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Leoné Astride Barzotto  
(UFGD – Membro Suplente)

Dourados, 06 de agosto de 2020.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela dádiva da vida e por me permitir realizar tantos sonhos nesta existência. Obrigada por me permitir errar, aprender e crescer, por sua eterna compreensão e tolerância, por seu infinito amor, pela sua voz “invisível” que não me permitiu desistir e, principalmente por ter me dado uma família tão especial.

Ao Prof. Dr. Paulo Bungart Neto, pela orientação, competência, profissionalismo e dedicação tão importante. Tantas vezes que nos reunimos e, embora em algumas eu chegasse reclamando do cansaço, desestimulada, bastavam alguns minutos de conversa, claro, mais sua do que minha..., para que meu ânimo voltasse. Obrigada pelas trocas de experiência pessoal, que muitas vezes soava em tom de desabafo, mas que foram essenciais para fortalecer nosso lado de amizade. Obrigada por acreditar em mim e pelos tantos elogios e incentivos, embora muitas vezes não os merecesse. Tenho certeza que não chegaria neste ponto sem seu apoio. Você foi e está sendo muito mais que orientador, para mim será sempre mestre e amigo.

Aos membros da Banca Examinadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Alexandra Santos Pinheiro e Prof. Dr. Eudes Fernando Leite, que tão gentilmente aceitaram participar e colaborar com esta dissertação.

Aos professores da graduação, em especial ao Prof. Dr. Paulo Nolasco pela dedicação, competência, apoio e todo conhecimento compartilhado.

Aos professores doutores Célia Delácio, Alexandra Pinheiro, Leoné Astride, Paulo Custódio, Gregório Dantas e Paulo Bungart que ministraram as disciplinas do mestrado, por compartilhar, além de conhecimentos, trocas de carinho e respeito mútuo.

Aos amigos do mestrado pela companhia e compartilhamentos de angústia, desespero e frustrações diante dos desafios de conciliar estudo com trabalho.

Aos amigos de todas as horas Jéssica, Danilo, Alexandre, Thaís e Thienmy, sabemos que, embora separados, há um laço que foi criado entre nós que não necessita presença física para que nos sentíssemos protegidos um pelo outro. Amo vocês!

A meu pai (*in memoriam*) por estar sempre presente no meu coração.

A minha mãe por ser minha estrutura para me manter sempre em pé.

Aos meus irmãos por torcerem pelo meu sucesso sempre.

Ao meu amigo e companheiro Aurélio, pelos desabafos e paciência diante de tantas horas de ausência.

Aos meus filhos Marco Aurélio, Rafael e Diane por serem o motivo de eu querer viver e estar sempre com vocês.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação, o meu sincero agradecimento.

OLIVEIRA, Selma Peruci dos Santos. *A construção coletiva das memórias de Juscelino Kubitschek: pontos de vista de uma mesma história*. 139.f. Dissertação (Mestrado em Letras – Área de Concentração: Literatura e Práticas Culturais). Programa de Pós-Graduação em Letras (Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD). Dourados-MS, 2020.

## RESUMO

O objetivo desta dissertação de Mestrado em Letras é analisar as memórias escritas pelo ex-presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira, dando ênfase aos volumes 2 e 3 de sua trilogia memorialística, intitulada *Meu caminho para Brasília* e escrita durante o exílio na Europa, no período da ditadura civil-militar brasileira. As memórias sintetizam sua infância e os anos de acadêmico de Medicina (1º volume), o início de sua caminhada política como prefeito de Belo Horizonte e governador de Minas Gerais (2º volume), até o ponto máximo de sua trajetória, ou seja, a Presidência da República (3º volume). Como se analisa apenas suas recordações relacionadas à atuação política, o *corpus* é constituído pelos dois últimos volumes, sendo que o primeiro serve como consulta e como parâmetro para a contextualização biográfica do presidente memorialista. Além de ter produzido memórias, cartas e diários, JK se cercou de diversos escritores, seja como assessores políticos (Autran Dourado e Augusto Frederico Schmidt, por exemplo), seja como parceiros literários (Carlos Heitor Cony e o editor Adolpho Bloch, sobretudo). Para a contextualização histórica e política do estadista, utilizamos obras de historiadoras como BENEVIDES (1979) e de memorialistas que conviveram com JK, tais como DOURADO (2000), CONY (1982) e HELIODORO (2005), dentre outros. Para o aporte teórico do projeto, recorreremos a teorias de estudiosos como HALBWACHS (2006) e LEJEUNE (2008), bem como capítulos de MORAES NETO (1997), SOUZA (2011) e TAVARES (2004), que compõem a fortuna crítica do presidente escritor.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura brasileira contemporânea; Memórias políticas; Juscelino Kubitschek.

## ABSTRACT

This Master's Degree dissertation aims at analyzing the memoirs written by Brazilian ex-president Juscelino Kubitschek de Oliveira, especially the second and the third volumes of his memory trilogy, entitled *Meu caminho para Brasília* [*My way to Brasília*] and written in his exile, in Europe, during the Brazilian civil-military dictatorship. His remembrances synthesize: the childhood and the Medicine academic years (first volume); the beginning of his political career, as Belo Horizonte city mayor and as Minas Gerais governor (second volume); and, finally, the highest point of his political activity, i.e., the Presidency of Republic (third volume). The focus of our research is the reminiscences related to Juscelino's political action, therefore the *corpus* deals mainly with the analyses of the two last volumes, being the first one just a source of consultation about his biography and other details. Beyond this memory trilogy, Juscelino Kubitschek also wrote diaries and letters, and was always in close contact with many important Brazilian writers, as his political assessors (for instance, Autran Dourado and Augusto Frederico Schmidt), or as literary partners (above all, Carlos Heitor Cony and Adolpho Bloch, the editor of *Manchete* magazine). For the historic and political contextualization, we used books written by the historian BENEVIDES (1979) and by memoirists who lived together with Juscelino, such as DOURADO (2000), CONY (1982) and HELIODORO (2005), among others. For the theoretical input of the project, we work with theories developed by specialists such as HALBWACHS (2006) and LEJEUNE (2008), as well as with chapters written by MORAES NETO (1997), SOUZA (2011) and TAVARES (2004).

**Keywords:** Contemporary Brazilian literature; political memoirs; Juscelino Kubitschek.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Retrato de João César de Oliveira, pai de Juscelino Kubitschek.....	53
Figura 2. Retrato de Juscelino e a irmã Maria da Conceição.....	53
Figura 3. Retrato da turma de JK como seminarista .....	54
Figura 4. Retrato de Júlia Kubitschek.....	55
Figura 5. Retrato de JK estudante de Medicina .....	57
Figura 6. Retrato da formatura de Juscelino Kubitschek.....	57
Figura 7. Capitão-médico.....	60
Figura 8. Em Passa Quatro.....	60

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1 – FATOS E RELATOS DE UMA MEMÓRIA CONSTRUÍDA.....</b>	<b>16</b>
1.1 – A memória coletiva e a reconstituição das reminiscências.....	19
1.2 – Fortuna crítica de JK numa perspectiva histórica, documental e literária.....	32
<b>CAPÍTULO 2 – JUSCELINO KUBITSCHEK: A arte de se fazer história.....</b>	<b>50</b>
2.1 – Memórias em ação: Vida e obra de um ex-presidente do Brasil.....	53
2.2 – Início na vida pública, um caminho sem volta.....	60
<b>CAPÍTULO 3 – ASCENSÃO E QUEDA FRENTE AOS DESAFIOS DO PROGRESSO.....</b>	<b>70</b>
3.1 – Consolidação de um presidente: acaso ou artimanha política?.....	75
3.2 – A Meta-Síntese em evidência.....	98
3.3 - O fim do caminho de um presidente Bossa nova.....	115
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>135</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>138</b>

“A despeito de já se começar a sentir que Brasília mudava o Brasil, criando uma nova era para o seu progresso, ainda persistiam contra ela as vozes apaixonadas — umas, de boa-fé; outras, por incompreensão”.

(Juscelino Kubitschek)

## INTRODUÇÃO

“E começo realmente o trabalho de escavação. Invoco os deuses da narrativa, os únicos capazes de ordenar a memória e o tempo (muitos fatos se passaram há quarenta anos), que mergulham suas raízes no chão movediço, instável e deformador do inconsciente”.

(Autran Dourado)

O tema dessa pesquisa de Mestrado em Letras, na Área de Concentração “Literatura e Práticas Culturais”, surgiu quando participei, no período de 2015 a 2017, como aluna voluntária no Programa de Iniciação Científica (PIVIC) da UFGD, vinculado ao projeto de pesquisa do Professor Dr. Paulo Bungart Neto, projeto que se iniciou em 2014 e foi concluído no primeiro semestre de 2019, intitulado: “Literatura brasileira contemporânea: memórias, autobiografias, história (s)”, servindo como base ao projeto atual do professor orientador, este intitulado “Testemunhos, autobiografias e autoficções na literatura latino-americana contemporânea”, do qual faço parte como aluna regular do curso de Mestrado.

A pesquisa por mim desenvolvida na IC no biênio 2015-2016 se tratava de uma análise das memórias do romancista mineiro Autran Dourado (*Gaiola aberta: Tempos de JK e Schmidt*, 2000), obra na qual o escritor narra o período em que esteve a serviço de Juscelino Kubitschek como seu assessor, na época em que ele foi prefeito de Belo Horizonte e também como governador de Minas Gerais, período esse em que ele viveu um conflito consigo mesmo e com seu chefe e amigo, visto que sua dedicação era exclusiva à vida pública do estadista. Impedido de viver sua própria vida e de escrever os romances que tanto planejava, Dourado desenvolveu um quadro de profunda estafa mental. Por recomendações médicas, teve que fazer uma escolha definitiva, no momento em que Juscelino assumira a presidência da República, deixando os afazeres políticos e passando a se dedicar exclusivamente à sua verdadeira vocação, a de ser escritor.

Partindo dos estudos na IC envolvendo a trajetória do ex-presidente, sob o ponto de vista de um ex-assessor, narrando os bastidores da política mineira, a pesquisa resultou no artigo “As memórias de Autran Dourado: conflito entre o fazer literário e os

interesses políticos”, e, intrigada com a versão proposta por Autran sobre momentos políticos vivenciados pelo amigo público, o fato despertou em mim um interesse pela vida pública e política do ex-presidente, ganhando, esse interesse, uma maior proporção através da premiação que meu trabalho obteve como um dos melhores de IC na Área das Humanas, em 2016 (ENEPEX-UFGD), e resultando, como prêmio, em uma viagem a Belo Horizonte para participar do Congresso Nacional do SBPC e divulgar os resultados de minha pesquisa. Tal reconhecimento e estímulo fez com que eu me decidisse a mergulhar definitivamente na história de Juscelino Kubitschek de Oliveira, mais conhecido como “JK”, alcunha que utilizarei nesta dissertação para me referir ao político que presidiu o Brasil durante os anos de 1956 a 1961.

No biênio seguinte (2016-2017) desenvolvi uma segunda pesquisa de Iniciação Científica, também sobre a obra de Autran Dourado, só que desta vez a respeito do tempo cronológico e psicológico no romance *Ópera dos mortos*. Foi relevante porque, dentre outras leituras, tomei contato com as *Confissões* de Santo Agostinho, concordando com sua teoria sobre a questão do tempo, em que o filósofo, após várias discussões e reflexões, chega à conclusão de que o que existe realmente é o “presente das coisas passadas”, o “presente do presente” e o “presente das coisas futuras”.

Após terminar a Iniciação Científica, voltou em mim o desejo de continuar minha trajetória acadêmica, desta vez me condicionando a participar da seleção do Mestrado no curso de Letras da UFGD, dentro da área de Literatura, área essa em que me identificava por gostar muito dos romances do século XIX, mais precisamente narrativas femininas.

Após diálogos e sugestões do meu orientador Dr. Paulo Bungart Neto, surgiu a ideia de pesquisar, dentro do campo do gênero memória, a vida e a obra do ex-presidente Juscelino, destacando agora o aspecto político de suas memórias, bem como os depoimentos e testemunhos de outros intelectuais, jornalistas e memorialistas que com ele conviveram e/ou trabalharam. Aos poucos fui estimulada pelo tema, abrindo um leque de possibilidades em pesquisar um homem público que sofreu perseguições políticas por parte de um Regime Militar.

Esta pesquisa pretende, portanto, analisar a obra memorialística do ex-presidente do Brasil Juscelino Kubitschek de Oliveira (entre 1956 e 1961), sob as perspectivas histórica e política. O político, após cumprir seu mandato como presidente do Brasil, se vê diante de muitos obstáculos a prosseguir na vida pública, tendo que se auto exilar para evitar possíveis confrontos com seus adversários políticos e não ser preso devido às

acusações de corrupção que lhe eram imputadas pelo Regime Militar que se instaurava no Brasil na época.

O ex-presidente, achando-se injustiçado por ficar exilado de sua nação por mil dias, sentia a necessidade de deixar registrada sua trajetória pessoal e política, expondo seu início difícil de vida, alguém de origem humilde que progrediu com muito esforço, mas cujos percalços e tropeços não o impediram de sonhar e acreditar em seus ideais, pois “(...) cada homem público, no termo de sua jornada, deve aos seus contemporâneos uma explicação – para lhes dizer de onde veio, como veio e ao que veio” (KUBITSCHKE, 1974, p. 9).

Sua narrativa memorialística recebeu o título geral de *Meu caminho para Brasília* e se subdividiu em três volumes, intitulados respectivamente *A experiência da humildade* (1974); *A escalada política* (1976); e *50 anos em 5* (1978). As obras supracitadas contêm fatos históricos explícitos e até mesmo obscuros da memória nacional, no entanto, como obras memorialísticas, devemos considerar que se trata de um único ponto de vista, ou seja, a do ex-presidente Juscelino. Embora muitos fatos relatados possam ser comprovados através de documentos, não há garantia da veracidade dos mesmos.

No primeiro capítulo, propõe-se uma reflexão acerca das diversas teorias da memória, sobretudo da memória individual, a partir das considerações do teórico francês Philippe Lejeune em sua obra *O pacto autobiográfico* (2008), na qual este propõe uma espécie de acordo de leitura entre autor e leitor tendo como base o conceito de autobiografia, diferenciando-o de outros subgêneros autorreferenciais. Por se tratar JK de um homem público, igualmente importante para nossa análise será trabalhar os conceitos presentes na obra *A memória coletiva*, de Maurice Halbwachs, que afirma não existir memória individual sem a participação da memória de terceiros, isto é, toda memória é, de certa forma, coletiva. Ao escrever suas memórias, JK necessitou recorrer a lembranças de outras pessoas, que ele denomina de memória interior (pessoal) e exterior (social), que nada mais é do que a própria ideia de memória coletiva desenvolvida pelo sociólogo francês. A primeira se classificaria em autobiográfica e a segunda, histórica. Ambas não se contradizem, porque uma depende da outra: “Entendendo-se que conhecemos nossa memória pessoal apenas de dentro e a memória coletiva de fora, haveria entre uma e outra um grande contraste” (HALBWACHS, 2006, p. 73). Entretanto, Halbwachs propõe uma distinção entre a memória histórica e a memória coletiva. Para ele, trata-se a memória histórica da “(...) reconstrução de dados fornecidos pelo presente da vida social e

projetada sobre o passado reinventado”, enquanto que a memória coletiva “recompõe o passado” (2006, p. 13). E ainda nesse capítulo, discutirei as reflexões do sociólogo Joel Candau sobre a memória e a identidade que, segundo ele, estão indissolivelmente ligadas, levando-nos a compreender que a memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada.

Em suma, no primeiro capítulo, além de abordar as memórias coletivas e individuais na construção da identidade, também serão levadas em consideração as recordações de seus amigos intelectuais (Carlos Heitor Cony, Autran Dourado, Affonso Heliodoro, entre outros), cujas biografias ou memórias contribuíram para se compreender a composição histórica da figura política de Juscelino Kubitschek de Oliveira, um homem com ideias revolucionárias, que foi considerado um político empreendedor pelos amigos intelectuais. Também serão levados em consideração capítulos de historiadoras como Maria Victória Benevides e de jornalistas como Flávio Tavares, Anna Lee e do próprio Cony.

No segundo capítulo da dissertação, serão abordados alguns aspectos do primeiro volume das memórias de Kubitschek, no qual ele narra suas origens. Publicado em 1974 com o título de *A experiência da humildade*, a obra relata sobretudo suas lembranças da infância e da juventude, bem como sua formação acadêmica em Medicina e a iniciação política como Prefeito de Belo Horizonte.

As obras *A escalada política* e *50 anos em 5*, selecionadas como *corpus* da pesquisa, por serem volumes específicos referentes à trajetória política do ex-presidente, marcando sua vida pública na história do país, serão analisadas no terceiro capítulo dessa dissertação, bem como o legado que Juscelino Kubitschek deixou na memória coletiva do país e no imaginário do povo.

*A escalada política* (1976), como o próprio título sugere, mostra o processo de sua ascensão, basicamente em uma hierarquia de fatos políticos cujos caminhos percorridos tiveram problemas e muitos obstáculos no percurso até chegar ao cume da “montanha escalada”. Para isso, Juscelino precisou driblar algumas situações e oponentes para chegar a cumprir o seu objetivo. Nesse volume de memórias, JK relata suas lutas políticas e seu processo de gestão como homem público, seja como Prefeito de Belo Horizonte, como Governador de Minas Gerais e como Presidente da República do Brasil. Para finalizar suas memórias, ele intitula o terceiro volume de *50 anos em 5* (1978), fazendo menção direta ao *slogan* de seu plano de metas, em um total de trinta (30), além

da “Meta-síntese”, cumprida no prazo estipulado, que se tratou da mudança da capital do Brasil do Rio de Janeiro para Brasília.

Para finalizar a discussão acerca das referidas memórias, discutiremos ainda os desdobramentos de seu governo: os inúmeros e intermináveis Inquéritos Policiais Militares (IPMs) que ele foi obrigado a responder, bem como seu exílio na Espanha e em Portugal, a perseguição dos militares e sua morte nebulosa, até hoje mal esclarecida. E, ainda será abordado nas Considerações Finais um pequeno comentário sobre como JK é visto atualmente no Brasil.



## CAPÍTULO 1 – FATOS E RELATOS DE UMA MEMÓRIA CONSTRUÍDA

---

“Ainda que se narrem os acontecimentos verídicos já passados, a memória relata, não os próprios acontecimentos que já decorreram, mas sim as palavras concebidas pelas imagens daqueles fatos, os quais, ao passarem pelos sentidos, gravaram no espírito uma espécie de vestígio. Por conseguinte, a minha infância, que já não existe presentemente, existe no passado que já não é. Porém a sua imagem, quando a evoco e se torna objeto de alguma descrição, vejo-a no tempo presente, porque ainda está na minha memória”.

(Santo Agostinho)

O encontro entre história e memória presente nos textos do ex-presidente Juscelino Kubitschek conflui numa reflexão acerca das memórias individual e coletiva e da reelaboração de um passado, que possibilita indagações de como e por que esse passado vem sendo ressignificado, com base na conservação e mecanismos de lembranças, em contrapartida com o esquecimento que guardam, pela dupla via de registro arquivado e registro apagado da memória desse sujeito histórico.

Compreende-se por memória (do latim *memoria*), a faculdade psíquica que nos remete a lembranças ou recordações do passado, e que são expressos, na literatura, através de textos autobiográficos que nos levam a mergulhar em um mundo de lembranças com o intuito de conservar impressões, ideias, imagens e conhecimentos adquiridos. Ao escrever sobre si mesmo, o indivíduo expõe suas experiências que pretende que se tornem “documentos”, conservando e eternizando suas impressões de forma que permaneçam no “imaginário” das pessoas.

Portanto, o ex-presidente, ao expor suas reminiscências desde a sua infância e juventude e, posteriormente, sua trajetória política, tinha como objetivo principal documentar sua vida, para que os brasileiros conhecessem sua visão da própria história. Entende-se que aí está a diferença entre os livros de história e os de memória. Enquanto história é visto como algum fato realmente acontecido, os livros memorialísticos, por estarem no campo da literatura, são mais subjetivos e pessoais. JK sabia disso e, portanto, teceu sua narrativa de acordo com sua personalidade política projetando-se a uma imagem altruísta:

Nestas memórias, espelho do que sou e do que fui, quero ser mais uma vez coerente com a imagem que de mim projetei na consciência de meus contemporâneos, isto é, a do brasileiro confiante nos altos destinos de sua pátria, otimista por temperamento, democrata por arraigada convicção, e

ainda profundamente cristão, com fé que herdei de meus antepassados, sobretudo de minha mãe (KUBITSCHKEK, 1974, p. 7).

Neste capítulo, falarei sobre o “fenômeno” memória, a fim de entender de que modo ela absorve situações que a passagem do tempo não foi capaz de apagar. Trajeto bastante complexo, e que nos possibilita caminhar por vias cheias de interrogações e muitas vezes inexplicáveis. O mistério e as consequências do tempo que o nosso cérebro absorve nem sempre são constituídos de lembranças individuais, visto que somos seres sociais, nossas reminiscências, muitas vezes, não são unicamente nossas, geralmente fazem parte de um processo compartilhado.

O ex-presidente Juscelino Kubitschek não era propriamente escritor ou literato, mas, ao redigir suas memórias, contou, além de suas lembranças pessoais, com o auxílio de amigos como Adolpho Bloch e biógrafos como Caio de Freitas e Carlos Heitor Cony que, juntos, auxiliaram-no a recompor a memória de seu tempo, pesquisando, selecionando documentos e materiais históricos, escrevendo memórias, prefácios, introduções etc sobre a “Era JK”, unindo assim a memória coletiva e a individual. Além disso, é bom lembrar que o primeiro volume foi publicado ainda em vida, mas o segundo e o terceiro, que ele havia revisado, mas não editado, foram publicados somente após sua morte. Portanto, enfatizo a importância de se entender conjuntamente a memória individual e a coletiva, pois estas foram necessárias para que o projeto de redação de Juscelino pudesse vir a se concretizar.

Em seu prefácio (único para os três volumes), ele relata de forma poética o que suas memórias representam em sua vida:

Um livro de memórias é, de certo modo, um complemento da vida pública. Ao escrevê-lo, o memorialista sente que encerrou uma parábola, só lhe cumprindo agora o reexame de si mesmo, no gosto das reminiscências (KUBITSCHKEK, 1974, p. 7).

E foi assim, fazendo o reexame de si mesmo que ele começou a escrever, sobretudo no período em que ficou exilado. À medida que meditava sobre o que redigir, resolveu começar relatando sua origem, porque acreditava que suas raízes determinavam o que ele era ou viria a ser. Foi através do ato de recordar que ele sentiu prazer em escrever seu primeiro livro.

Ao lhes dar começo, logo verifiquei que, no repassar de meu destino, subiam à tona de minha consciência as emoções de outrora, numa volta ao tempo perdido. E amigos, e companheiros, e seres queridos refluíam como poeira de ouro no raio de sol do fio das lembranças. Essa emoção

do reencontro, só por si, valia o ato de recordar (KUBITSCHKEK, 1974, p. 9).

Para compreender a temática das memórias individual e coletiva, o capítulo percorrerá, sobretudo, os estudos de Philippe Lejeune, enfocando a memória individual e a escrita autobiográfica. Para complementar as reflexões, citarei as considerações de Maurice Halbwachs sobre a memória coletiva e a memória individual, dicotomia indissociável. Em seguida, para entender a passagem das formas individuais da memória e da identidade às formas coletivas, contaremos com as reflexões do sociólogo Joel Candau. Segundo ele, memória e identidade se conjugam, se nutrem e se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória, uma história, um mito, enfim, uma narrativa. Ambos, proporcionando e levantando hipóteses sobre o espaço e o tempo passado e presente.

Em um segundo momento, serão expostas as análises das obras que compõem sua fortuna crítica, no qual **discorrerei** de forma não totalmente cronológica sobre a trajetória humana e política de JK, através dos pontos de vista destacados por autores que expuseram os bastidores de sua atuação política e também de sua vida pessoal. Portanto, não citarei uma forma linear de ações, procurarei traçar um paralelo entre o homem e o político, na dimensão retrospectiva da construção histórica a seu respeito. Seu lado humano, seu contato com o povo e suas ideias revolucionárias contribuíram para que JK construísse um sólido perfil histórico: “JK é um desses raros homens que sabem fazer a História” (COUTO, 2011, p. 28).

Muitos contribuíram para que a fortuna crítica do ex-presidente da República pudesse ocupar um espaço tanto na história do Brasil como também em registros documentados. Refiro-me à depoimentos, cartas e ao diário íntimo de JK, bem como a evidências referentes a sua morte, até hoje mal explicada.

Para compreender esse processo, contextualizarei os comentários sobre sua atuação durante e depois sua vida pública, enfatizando sempre o contexto político, fase em que Juscelino deixa a Medicina para se aventurar em outra esfera, ou seja, a política nacional brasileira.

A imagem construída por ele possibilita ao leitor visualizar um presidente fora de todos os padrões nacionais, ou seja, diferenciado, audacioso e que não mede as consequências de seus atos, desde, é claro, que seu objetivo seja alcançado, e para isso manteve, ao seu lado, intelectuais e escritores.

De acordo com as leituras dos textos dos escritores que falaram sobre a vida de Juscelino Kubitschek, ele era considerado por muitos um político empreendedor, que planejava e acompanhava a execução de suas obras. Levava o lema da bandeira do Brasil ao pé da letra, “Ordem e Progresso”. Tinha um diferencial de outros políticos, não governava dentro do gabinete, ele convivia com o povo, ou seja, seu gabinete era a rua e os canteiros das obras. Ao final de sua trajetória política, em vez de colher os frutos de uma suposta boa administração, ao contrário, foi perseguido pelos governantes que o sucederam, tendo sido preso e exilado pela Ditadura Militar que se instaurou no país a partir de 1964. Tinha como únicos aliados os amigos, que lhe foram fiéis em todos os momentos, e o povo, que demonstrou sua gratidão no aeroporto, aplaudindo e aclamando-o no dia de sua despedida a caminho do exílio.

Esses amigos estiveram presentes durante sua trajetória política e pessoal, e, assim como o próprio ex-presidente, aventuraram-se no campo da literatura, escrevendo memórias, biografias e textos ficcionais sobre os bastidores de sua vida política bem como de aspectos pessoais.

O amigo e editor Adolfo Bloch também teve fundamental importância na vida de Juscelino, principalmente durante o período em que ficou exilado, assim como, após a sua morte, tendo ficado responsável pela edição de suas memórias e de sua biografia<sup>1</sup>, após sua trágica morte, em 22 de agosto de 1976.

Historiadores também contribuíram através de pareceres críticos em relação aos pontos positivos e negativos de sua administração, seu plano de governo (as famosas “metas”) e o cumprimento delas. Jornalistas – como Geneton Moraes Neto – também escreveram dossiês e produziram documentários, trazendo dúvidas em relação a sua morte, que ainda apresenta pontos obscuros, dada a suspeita de que sua morte não tenha sido um mero acidente e sim uma queima de arquivo provocada pelo Regime Militar.

### **1.1 – A memória coletiva e a reconstituição das reminiscências**

A memória individual, segundo alguns estudiosos, é a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações através de diferentes suportes empíricos, dentre eles os textos escritos. Analisando o primeiro volume das memórias de JK, fica evidente que parte de sua infância, bem como os relatos sobre sua

---

<sup>1</sup> Ver CONY, Carlos Heitor. *JK – Memorial do exílio*, 1982.

descendência, obviamente necessitaram de coletas de informações de terceiros, pois é impossível a recordação em detalhes e com exatidão de fatos que aconteceram nos primeiros anos de vida, quando ainda não somos seres sociais, ou melhor, quando ainda não frequentamos alguma instituição social, como a escola, por exemplo. Como *A experiência da humildade* refere-se às próprias vivências e experiências do memorialista, mas que contém também aspectos da memória do grupo social a que ele pertencia, acredito que são características que mesclam a memória individual e a coletiva.

Remetendo às palavras de Santo Agostinho citadas na epígrafe, compreendemos que no tempo presente resta os vestígios das lembranças passadas e, por conseguinte, se tornam presentes à medida que recordamos e as transcrevemos em tempo real. E é nos textos memorialísticos que essa mágica acontece.

De acordo com essa constatação, os textos de Juscelino nos remetem a esses dizeres, considerando que suas reminiscências foram evocadas em um momento de melancolia, durante o exílio que ele não desejara, e que o levou a optar pelo gênero memória, com o intuito de expor sua verdade dos fatos. E a memória individual, bem como a coletiva, foram essenciais para que a reconstrução dos fatos ocorridos fosse harmônica e de fácil entendimento por parte do leitor.

Os gêneros autobiográficos e memorialísticos, compreendidos enquanto fonte e objeto de estudo da história, mesclam-se ao coletivo. A fim de compreender a funcionalidade dos textos, ou seja, as diferenças de funcionamento deles, Philippe Lejeune propõe uma definição de autobiografia. Segundo ele, trata-se de uma “(...) narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2008, p. 14).

Segundo o teórico, essa definição de autobiografia se enquadra em pelo menos quatro categorias, a saber: a forma de linguagem (narrativa em prosa); assunto tratado (vida individual e história de uma personalidade); a situação do autor (identidade completa entre autor e narrador); e a posição do narrador. Lejeune parte da definição do termo “autobiografia”, como se viu acima, para pontuar as diferenças entre esta forma e outros tipos de escrita memorialística, tais como biografias, diários, memórias, cartas, dentre outros, levando-nos a entender que os textos autobiográficos são manifestações variadas do “eu”. Segundo ele, a relação entre biografia e autobiografia, ou entre romance e autobiografia, possui suas particularidades:

[...] Problemas irritantes pela repetição dos argumentos, pela imprecisão do vocabulário utilizado e pela confusão de problemáticas tomadas de empréstimos a campos sem comunicação entre si. Nesta nova tentativa de definição, o que busquei esclarecer foram, pois, os próprios termos da problemática do gênero. Quando se busca a clareza, correm-se dois riscos: de um lado, dar a impressão de estar repisando em evidências (já que é preciso retomar tudo a partir da base), de outro, complicar as coisas estabelecendo diferenças demasiadamente sutis. Não evitarei o primeiro risco; quanto ao segundo, tentarei fundamentar minhas distinções (LEJEUNE, 2008, p. 13).

Contudo, para melhor compreender a perspectiva de Lejeune a respeito dessas nuances e ambiguidades que os textos propõem, o estudioso relata que todas essas categorias citadas acima - memórias, biografia, romance pessoal, poema autobiográfico, diário, autorretrato, etc. - se enquadram no gênero autobiográfico, porém, em algum ponto, não coincidem totalmente com a definição de autobiografia. O fator que eles possuem em comum é que o assunto tratado deve estar diretamente relacionado à vida individual de alguém.

Como podemos constatar analisando a teoria de Lejeune, o texto autobiográfico possui características únicas, pois o pesquisador acredita que os textos legitimamente autobiográficos devem conter algumas especificações que os diferem dos demais gêneros, e que ele cunhou como “tríplice identidade”: “Para que haja autobiografia (e, numa perspectiva mais geral, literatura íntima), é preciso que haja relação de identidade entre *o autor, o narrador e o personagem*” (LEJEUNE, 2008, p. 15; grifos do autor).

Fica evidente que a presença da tríade autor/narrador/personagem está presente nas obras memorialísticas de Kubitschek, pois se percebe nitidamente que a pessoa e o discurso se articulam em seu próprio nome e na primeira pessoa do singular. Assim entendemos que o texto autobiográfico se constitui, então, como um gênero com fins literários mais definidos, sendo mais pessoal e autorreferencial.

Em suma, deve-se considerar que, mais do que olhar para o passado, o texto autobiográfico propõe, além de lembranças de um tempo específico, evocar o presente da escrita de forma que o discurso se construa não exclusivamente em função desse “eu” evocado. O discurso sobre o passado é constantemente revisto e atualizado, afinal, escreve-se a partir da perspectiva do tempo presente. Contextualizando essa reflexão, e, levando em conta que o memorialista Juscelino estava distante de seu país, é natural que a situação vivenciada por ele naquele momento influenciasse sua escrita, sendo que no texto o ex-presidente passa a imagem de um homem àquela altura infeliz, ainda mais

sabendo das notícias recebidas por cartas e noticiários com incessantes frases difamatórias a seu respeito. Isso é salientado no livro de Cony:

JK precisava pensar em se estabelecer no exterior. Sofreria sempre a nostalgia de sua terra – e ele se surpreendia com a crueldade do exílio. Sempre gostava de viajar, adorava deslocar-se pelo mundo, ver gentes, cidades, entrar em contato com realidades estranhas e exóticas. Mas – confessaria em suas cartas – “uma coisa é viajar com o bilhete de volta no bolso, bastando ir ao aeroporto e em menos de doze horas estar novamente em casa”. Outra era a incerteza de não saber até quando suportaria aquela distância, aquela solidão que o esperava por tempo não definido e com a qual nunca se habituaria (CONY, 1982, p. 93).

As marcas dos acontecimentos históricos evidenciados em memórias pessoais e familiares se imbricam e se juntam, simbólica e politicamente, à memória nacional. Isso acontece quando reconhecemos que tais textos representam uma instância socialmente legitimada do homem e de sua obra, e a ela correspondem narrativas que se constituem no trabalho da memória, seja por experiência pessoal ou coletiva.

Portanto, dado que as memórias de Juscelino Kubitschek são testemunhos históricos, convém observar que quem as produziu se comprometeu a narrar o que supostamente viu ou vivenciou, selecionando, reunindo e interpretando fatos e informações de acordo com sentimentos e com sua própria ótica de percepção.

Em se tratando da memória coletiva, Maurice Halbwachs diz que os quadros sociais atuantes em sua reconstrução são imprescindíveis no momento da evocação e da localização das lembranças. As reminiscências são compostas de algo em comum vivido por um determinado grupo e, por essa razão, depende do quadro de referência no qual o indivíduo pertencente a esse grupo está inserido. No caso das memórias de JK, ao redigir o primeiro volume, o ex-presidente procurou mostrar a seus leitores de onde veio e qual sua estrutura familiar. Vejamos um trecho de como ele apresenta a questão:

Este livro não tem outra explicação. Tirei-o do meu mundo de lembranças, não apenas pela nostalgia do tempo transcorrido, mas também animado pelo propósito superior de que ele possa constituir uma lição de esperança para que vieram da humildade, como eu vim (KUBITSCHKEK, 1974, p. 7).

Destaco a frase “Tirei-o do meu mundo de lembranças”. Esse “mundo de lembranças” ao qual Juscelino se refere se trata da memória coletiva, ou seja, todas as suas reminiscências arquivadas em sua memória, produzidas ao longo de sua vida por lembranças que não são totalmente suas. À medida que viemos ao mundo, nos deparamos com os primeiros cuidados maternos, aprendemos a comer, a andar e recebemos nossos primeiros ensinamentos. Quando nos tornamos mais velhos e compreendemos isso, essas

primeiras memórias não são propriamente nossas e sim contadas por nossos pais ou avós, em geral. Temos determinado episódio em nosso consciente, porque, enquanto vamos crescendo escutamos o tempo todo sobre o que fazíamos quando éramos pequenos, e assim, elas vão sendo armazenadas e passamos a agir como se fossem nossas, na verdade elas dizem respeito a nossa pessoa, mas não são nossas reminiscências.

Com base nessa pequena reflexão, o teórico Maurice Halbwachs explica que as lembranças são comuns, mas a forma como cada um as recorda e atribui-lhe significados divergem de indivíduo para indivíduo. Por isso, a memória individual está inserida na memória coletiva. Halbwachs explica que “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (HALBWACHS, 2006, p. 30). Isso implica que nunca estamos sós, estamos sempre inseridos em situações que envolvem a coletividade, por conseguinte, compartilhamos lembranças em comum.

O ser testemunhal no sentido literal da palavra também é contraditório, devido ao fato de as lembranças serem relativas. Quando estamos compartilhando lembranças de algo vivido, ao mesmo tempo em que não nos lembramos de alguns fatos ocorridos, há outras testemunhas da cena. Vejamos um caso apontado pelo sociólogo:

[...] quando as imagens se fundem muito estreitamente com as lembranças e parecem tomar sua substância emprestada a estas, é porque a nossa memória não estava como uma *tabula rasa*, e nós nos sentíamos capazes de nelas distinguir, por nossas próprias forças, como num espelho turvo, alguns traços e alguns contornos (talvez ilusórios) que a imagem do passado nos trazia. Assim como é preciso introduzir um germe em um meio saturado para que ele cristalize, o mesmo acontece neste conjunto de testemunhas exteriores a nós, temos de trazer uma espécie de semente da rememoração a este conjunto de testemunhos exteriores a nós para que ele vire uma consistente massa de lembranças (HALBWACHS, 2006, p. 33).

No entanto, nós acabamos vencidos pelo testemunho do outro por considerá-lo mais preciso que nossas turvas lembranças. Se as cenas de outrora não tivessem deixado nenhum vestígio em nossa memória, sem a testemunha não seria possível reconstruí-la, pois aquilo que esquecemos pode ser relembrado através da memória de outros.

É exatamente assim em todos os casos em que outros reconstroem para nós eventos que vivemos com eles, sem que pudéssemos recriar em nós a sensação do *dejà vu*. Entre esses fatos, os que neles estavam envolvidos, em nós há uma descontinuidade, não apenas porque o grupo no seio do qual nós os percebemos materialmente já não existe, mas porque não pensamos mais nele e não temos nenhum meio de reconstruir sua imagem (HALBWACHS, 2006, p. 35).



Essa sensação de *dejà vu* citada por Halbwachs nos remete a vestígios de lembranças de algo vivido, impossíveis de serem lembradas com exatidão. Isso acontece porque os dados registrados em nossa memória aos poucos se desvanecem, sendo substituídos por outras recordações mais recentes, sendo possível recuperá-los apenas parcialmente ou através do depoimento de alguém do grupo que estava inserido na cena. Portanto, a memória individual anulou-se na reconstrução das imagens. Podemos constatar esses dizeres de Halbwachs inserindo um fragmento do texto de Kubitschek. Primeiramente ele diz que, dentre as imagens da infância, uma das que causou mais impressão em seu espírito foi o enterro do pai, lembrando que nesse tempo ele tinha somente três anos de idade. O memorialista conta que estava brincando no chão da sala quando a irmã Nana, apenas um ano mais velha que ele, vai até a sacada e diz: “Vem, Nonô, vem ver o enterro de papai”. É evidente que essas memórias não eram deles, apenas ele as tomou como suas. De tanto ouvir, é como se realmente as imagens da cena narrada aparecessem em seu inconsciente. Observemos esse outro trecho, no qual ele próprio reconhece que suas memórias faziam parte das memórias de um grupo.

Na verdade, mal conheci meu pai, e naquela idade não podemos conservar dele maiores recordações pessoais. Deve ser, assim, talvez um pouco fantasiosa e estranha a imagem que de sua figura humana se constituiu em meu espírito. Às poucas reminiscências acrescentaram-se as narrativas de minha mãe e dos parentes, a contemplação dos retratos que se encontravam na casa, e, mais tarde, confidências de amigos e informações de pessoas que o haviam conhecido (KUBITSCHKEK, 1974, p. 14).

Muitas vezes essas sensações de algo vivido são apresentadas pelas relações afetivas. As lembranças que vivemos na infância só são permitidas carregarmos para a fase adulta porque o meio familiar passa a se referir a elas como nossas, e erradamente tomamos como lembranças individuais episódios narrados por nossos pais ou avós. Halbwachs esclarece esse tipo de “arquivo apagado”:

Esquecemos tudo o que ele evoca e inutilmente se esforça por nos fazer lembrar. Em compensação, lembramos o que sentíamos então, sem que os outros soubessem, como se este gênero de lembrança houvesse marcado sua impressão mais profundamente em nossa memória porque dizia respeito exclusivamente a nós. Nesse caso, por um lado os testemunhos dos outros serão incapazes de reconstituir a lembrança que apagamos, e por outro, aparentemente sem o apoio dos outros nos lembraremos de impressões que não comunicamos a ninguém (HALBWACHS, 2006, p. 39).

Maurice Halbwachs vai mais além em suas reflexões acerca dessa relação afetiva que impulsiona a memória. Segundo ele, essa relação, seguindo uma ordem de amar e ser amado na qual, muitas vezes, o envolvido só se dá conta tarde demais da importância de suas ações, por menores e insignificantes que sejam. Ressalta ainda que nem sempre essa falta de lembrança tem a ver com inconstância ou superficialidade de uma das partes: “Não é culpa da minha memória nem da memória deles” (2006, p. 39), é apenas o nível de importância que se teve individualmente.

De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes (HALBWACHS, 2006, p. 69).

Outro ponto considerável para reflexão é as relações com o ambiente em que o grupo está inserido, ou mesmo o espaço que o indivíduo ocupa, compartilhando memórias em comum. Muitas vezes, as lembranças individuais desse grupo e a reconstituição das situações vivenciadas em comum só são possíveis de serem evocadas através de fragmentos da memória de um ou de outro, a fim de reconstituir a cena. “Talvez seja possível admitir que um número enorme de lembranças reapareça porque os outros nos fazem recordá-las” (HALBWACHS, 2006, p. 41). JK afirma, por exemplo, que:

Não é de admirar, pois, que meu pai só ocasionalmente se encontrasse em casa. Mal chegava de uma viagem, provia-se de novo sortimento e rumava para outra região do vastíssimo município. A esse vaivém chamava-se, enfaticamente, *fazer o rodízio da praça* (KUBITSCHKEK, 1974, p.15; grifos do autor).

Com certeza esses dizeres dele são provenientes do grupo familiar, mais provável que seja da mãe viúva. De acordo com o pensador francês, não é possível reaparecer lembranças sem que elas estejam de alguma forma relacionadas com um grupo, porque “(...) o acontecimento que elas reproduzem foi percebido por nós num momento em que estávamos sozinhos (não em aparência, mas realmente sós)” (HALBWACHS, 2006, p. 35). Entretanto, esse tipo de lembrança só é reconhecido quando compartilhada por um mesmo grupo, isto é, em um quadro que envolve situações em comum. Juscelino apresenta o pai de acordo com o modo com que as pessoas que o conheceram o retratavam.

Não havia em Diamantina e nas paisagens próximas quem não conhecesse João César. Era um rapagão esbelto, dono de dentes perfeitos, gênio alegre, boêmio e, de certa forma, estouvado. Morria por uma serenata. E ninguém como ele para animar as festas, promover “coretos” e *cotillons*, impondo-se como figura obrigatória nos salões da cidade (KUBITSCHKEK, 1974, p. 15).

É irrefutável que o grupo que conhecia João César, caso fosse questionado individualmente, poderia formular uma outra imagem, porque enxergamos e retratamos cenas de acordo com nosso ponto de vista. Esse tipo de memória é preenchido com reminiscências variadas e de maneira desigual: “Quanto mais os grupos que se tocam se distanciam ou quanto mais numerosos são eles, mais a influência de cada um é enfraquecida” (HALBWACHS, 2006, p. 57). Enfraquecida, mas não impossibilitada de se reconstituir, basta que tenham um objetivo em comum de trazer para o tempo presente algo que fez parte do passado, e que é importante para compreender, refletir e construir no futuro.

É bem verdade que em cada consciência individual as imagens e os pensamentos que resultam dos diversos ambientes que atravessamos se sucedem segundo uma ordem nova e que, nesse sentido, cada um de nós tem uma história (HALBWACHS, 2006, p. 57).

Halbwachs explica que a recordação de algumas lembranças não depende exclusivamente de nossa vontade, porque ao mesmo tempo em que está ali, está também já em nosso inconsciente. Isso também acontece com JK, que mantém, em sua vida adulta, um costume “herdado” do pai que mal conheceu:

E este foi, sem dúvida, um dentre muitos traços que herdei de meu pai. Jamais consegui sentar-se à mesa sem ter, ao meu lado, um convidado, quer nos meus tempos obscuros de estudante, quer mais tarde, como médico e político (KUBITSCHKEK, 1974, p. 16).

Essas características, construídas por sua mente, destacam-se involuntariamente, fazendo com que ele se apossasse das características do pai, pois, além do fator genético, de tanto ouvir dizer que somos parecidos com determinado comportamento de algum familiar, isso fica impregnado em nossa memória e passamos a reconhecê-lo como naturalmente nossa. E as forças exteriores que as fazem reaparecer e nos faz reconhecermos como nossas se devem ao fato de que, de uma forma ou de outra, sempre mantivemos contato com elas.

[...] é porque podemos nos apoiar na memória dos outros que somos capazes de recordá-las a qualquer momento e quando o desejamos. [...] das que não conseguimos recordar à vontade, de bom grado diremos que não pertencem aos outros, mas a nós, porque somente nós podemos reconhecê-las. Por mais estranho e paradoxal que isto possa parecer, as lembranças que nos são mais difíceis de evocar são as que dizem respeito somente a nós, constituem nosso bem mais exclusivo, como se só pudessem escapar aos outros na condição de escaparem também a nós (HALBWACHS, 2006, p. 67).

Segundo Halbwachs, dentre os estados que a memória apresenta, não deve ser considerado o tempo interno, e sim as mesmas divisões que a realidade apresentava como divisões objetivas, aquelas em que a percepção vigente e coletiva reconhece na natureza e são baseadas nas relações naturais entre as coisas, nas quais ao mesmo tempo em que pode romper as séries de imagens distintas, também podem reconstituir e marcar uma ligação: “(...) qualquer recordação de uma série de lembrança que se refere ao mundo exterior é explicada pelas leis da percepção coletiva” (HALBWACHS, 2006, p. 62). Ele entende que essa sucessão de lembranças, inclusive as mais pessoais, é explicada pelas mudanças produzidas nos diversos ambientes coletivos. Entretanto, esses acontecimentos somente se tornam fatos históricos muito tempo depois do ocorrido. No fragmento em que Juscelino faz menção à quando ele adquiriu imóveis, que em pouco tempo seriam valorizados devido ao progresso que chegava à cidade, nos remete à compreensão de acontecimentos que se tornam fatos históricos.

O que adquiri, naquela ocasião, valorizando-se com o tempo, iria proporcionar-me mais tarde uma situação de independência econômica – fato este que a UDN exploraria torpemente, durante a campanha presidencial de 1955, atribuindo a tais bens, legítimos, uma origem espúria (KUBITSCHKE, 1974, p. 346).

Nesse caso, é com o tempo que as fases de nossa vida podem ser associadas aos acontecimentos nacionais: “Nada provaria melhor a que ponto artificial e exterior a operação que consiste em nos relacionarmos com as divisões da vida coletiva, como se fossem pontos de referência” (HALBWACHS, 2006, p. 75).

Entendendo a memória como arquivo de registro, podemos compreender que a memória histórica é essencial para manter e conservar esses registros, pois é nela que devemos nos basear a fim de que as impressões de recordações que marcam o tempo cronológico possam se manifestar, enquanto que essas impressões, como marca superficial, quando não relacionadas à memória pessoal e a impressões de infância se tornam irrelevantes: “(...) se não tivesse outra matéria a não ser séries de datas ou listas de fatos históricos, a memória coletiva desempenharia apenas um papel secundário na fixação de nossas lembranças” (HALBWACHS, 2006, p. 75), pois “(...) cada um de nós está em primeiro lugar, e, em geral, permanece encerrado em si mesmo” (HALBWACHS, 2006, p. 80). Observe-se esse momento de reclusão de si mesmo proposto por Halbwachs nos dizeres do ex-presidente:

Ao longo de minha vida, periodicamente retorno à cidade natal, para relembrar a jornada percorrida e buscar forças naquele chão que me viu partir, rapazinho ainda, de mala na cabeça, em busca de um caminho que honrasse os ensinamentos e os sacrifícios de minha mãe (KUBITSCHKEK, 1974, p. 372).

O significado histórico da memória é compreendido enquanto ela está viva, pois retemos tudo que é merecido conservar, ou seja, se lembramos é porque teve importância em nosso meio. A compreensão disso se dá pelo simples fato de que, antes, essa lembrança estava presa e retida por algum obstáculo, mas não ficou totalmente imobilizada, com o tempo pôde ser libertada, é como se “(...) as correntes de pensamento social atravessam o espírito da criança, mas somente com o tempo arrastaria consigo tudo o que lhes pertence” (HALBWACHS, 2006, p. 82).

Refletindo sobre os dizeres dele, me permito dizer que, muitas vezes, entramos em contato com coisas passadas através da história, coisas de fora, e não aproveitamos a magia que a escrita e as imagens nos propõem vivenciar, situações que pertenceram igualmente a outras pessoas, mas que faz todo o sentido para nossa vida no presente. Para o sociólogo:

A história não é todo o passado e também não é tudo o que resta do passado. Ou, por assim dizer, ao lado de uma história escrita há uma história viva, que se perpetua ou se renova através do tempo, na qual se pode encontrar novamente um grande número dessas correntes antigas que desaparecem apenas em aparência. Se não for assim, teríamos o direito de falar de memórias coletivas, e que serviços nos prestariam contextos que subsistiriam apenas na qualidade de noções históricas, impessoais e despojadas? Os grupos, nos quais concepções foram outrora elaboradas, e um espírito que por algum tempo dominaram toda a sociedade, logo recuam e dão lugar a outros que, por sua vez, detêm por algum período o cetro dos costumes e moldam a opinião segundo novos modelos (HALBWACHS, 2006, p. 86).

Compreendemos que a história é perpetuada e estará sempre em constante renovação, ano após ano, e é a essa memória coletiva que devemos a magia de retornar ao passado, sobretudo se levarmos em consideração que a história vivida difere da história escrita, pelo fato de que a lembrança resgatada acaba se tornando ainda mais viva. De acordo com Maurice Halbwachs,

[...] a vida da criança mergulha mais do que se imagina nos meios sociais pelos quais ela entra em contato com um passado mais ou menos distanciado, que é como o contexto em que são guardadas suas lembranças mais pessoais. É neste passado vivido, bem mais do que no passado apreendido pela história escrita, em que se apoiará mais tarde a sua memória (HALBWACHS, 2006, p. 90).

Portanto, a história vivida permanece e pode se constituir como processo natural no resgate da imagem do passado, enquanto que a história escrita apenas nos reporta a um mundo exterior que, de alguma forma, nos serve para compreender o presente e o que está por vir. Isso explica a forma que se desencadeia a nossa memória, pois à medida que nos distanciamos dos acontecimentos, apenas algumas situações ficam registradas, impossibilitando que sejam resgatadas sem ser em conjunto, pois, abrange muitos outros elementos que nos impossibilitam a distinção entre eles. Enfim, necessitamos da memória coletiva para reordená-los e seguir uma hierarquia nas situações. Isso se explica através da memória de uma criança que, muitas vezes, só é possível de ser evocada pela interferência da memória de um adulto, pois “(...) a história corresponde a um ponto de vista adulto e as lembranças da infância só são conservadas pela memória coletiva porque no espírito da criança estavam presentes à família e a escola” (HALBWACHS, 2006, p. 93).

Enfim, em se tratando da memória, seja ela individual, coletiva ou histórica, jamais haverá um vazio absoluto, sempre haverá possibilidades de recuperação, e essa representação histórica é o reflexo que permanece em nosso interior e que de uma forma ou de outra será exposta e permanecerá na vida exterior.

Compreendemos, através da análise de *A memória coletiva*, que é impossível haver uma memória exclusiva ou estritamente individual, pois as lembranças de um indivíduo sempre terão relação ou pertencimento a um grupo, visto que a memória individual será sempre um ponto de articulação de influências sociais. Como veremos na sequência do capítulo 1, isso é particularmente verdadeiro no caso de JK, cujas memórias incorporam também as recordações de seus amigos mais próximos (Autran Dourado, Affonso Heliodoro, Carlos Heitor Cony, Adolpho Bloch, etc). A memória coletiva funciona, portanto, como um acervo de lembranças compartilhadas, tornando impossível evocar e localizar lembranças aparentemente esparsas e fadadas ao desaparecimento.

Assim, tal narrativa é construída coletivamente, juntando reminiscências e informações aqui e ali, com o intuito de destacar a ascensão de um homem de origem humilde que se projetou na vida pública do país: jovem telegrafista audacioso, acadêmico dedicado, médico urologista altamente competente, político talentoso e “empreendedor”. Detalhes pessoais e políticos negativos dificilmente são evocados, sobretudo nas memórias de JK (nas dos outros memorialistas, eventualmente, sim): mulherengo e infiel à esposa, cassado pelos próprios militares que apoiou no início do golpe de 1964, ostracismo político, processos por corrupção, exílio e depressão.

Joel Candau explica que “É a partir de múltiplos mundos classificados, ordenados e nomeados em sua memória (...) que um indivíduo vai construir e impor sua própria identidade” (CANDAU, 2011, p.84). Segundo ele, as representações da identidade são inseparáveis do sentimento de continuidade temporal.

De acordo com Candau, o tempo é implacável, pois estamos à mercê dele, condenados por ele e, conseqüentemente, esse tempo nos propõe sua obra de decomposição, prestes a desaparecer no passado no momento em que anuncia o futuro. É através das lembranças que podemos resgatar o passado, dando-nos a ilusão de que esse passado continua acessível, e isso devemos à memória que, ao mesmo tempo que nos modela, é também por nós modelada:

Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento (CANDAU, 2016, p. 16).

E é esse resgate da imagem do passado que possibilita a encarar a vida presente, levando-nos a entender que a memória é quem alimenta a identidade. É ela quem “fortalece a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo”. A partir do momento que restituímos a memória perdida de um indivíduo estamos restituindo sua identidade. Podemos entender como isso acontece, por exemplo, quando Cony tem que escrever a continuação das memórias de JK muito tempo depois da morte do amigo.

É de praxe o autor chorar um pouco sobre as dificuldades encontradas na execução de sua tarefa. Na realidade, não tive maiores problemas em encaixar os últimos anos de vida de Juscelino Kubitschek no tempo do qual participei, modesto personagem cuja memória desta vida ainda não se consente (CONY, 1982, p. XIV).

Quando ele relata que não teve dificuldades em narrar suas lembranças da parte da vida de JK na qual ele esteve envolvido, está dizendo que a sua dificuldade maior ao compor a narração das memórias se encontra justamente nos episódios nos quais não esteve presente, assim, teve de recorrer às memórias coletivas, cartas, documentos e textos literários e históricos, a fim de construir a identidade política do ex-presidente.

Tudo aquilo que desaparece no “vazio da memória”, sem lembranças, é esquecido. Autran Dourado demonstra essa preocupação em *Gaiola aberta*, ao transcrever trecho de uma conversa sua com o crítico Silvano Santiago;

Quando meus personagens já tiverem morrido. O tempo é implacável, e os deuses são terríveis. Nesse caso, você publica antes de morrer, disse ele. Pode se dar o caso de eu viver demais e o Brasil, país sem memória

e hebdomadário, se esquecer de quem foi direito JK, apenas páginas de manuais escolares, e hoje outras grandes figuras políticas? (DOURADO, 2000, p.12).

Contudo, compreendemos que, se a memória vem antes, serve para reativar a identidade, portanto, elas são distintas, não podem ser pensadas como uma sendo preexistente à outra. Elas se entrecruzam e se reforçam, ambas indissociáveis uma da outra, porque, ao perder a memória, se perde a identidade, fica-se vazio, perde-se suas capacidades conceituais e cognitivas, ou seja, o conhecimento de si. Candau explica que a consciência de si não seria possível sem a lembrança, sem falar que o tempo nos coloca na distância de nós mesmos.

As relações de si para si mesmo, o trabalho de si sobre si mesmo, a preocupação, a formação e expressão de si, supõem um trabalho da memória que se realiza em três direções diferentes: uma memória do passado, aquela dos balanços, das avaliações, dos lamentos, das fundações e das recordações; uma memória da ação, absorvida num presente sempre evanescente; e uma memória de espera, aquela dos projetos, das resoluções, das promessas, das esperanças e dos engajamentos em direção ao futuro (CANDAU, 2016, p. 60).

Diante das ações do tempo passado veiculadas às recordações, do presente, referentes às ações, e do futuro, projetadas em esperanças, compreendemos que a relação que temos com o tempo é tridimensional. O ser humano constrói uma identidade no percurso do tempo, de forma que, muitas vezes, nos arrependemos de coisas vivenciadas no passado, que se tornam irreversíveis no presente e que atuam como obstáculos no futuro, ou seja, a identidade é salientada mais nas questões temporais do que espaciais, portanto, “a função da memória afeta as grandes categorias psicológicas tais como o Tempo e o Eu” (CANDAU, 2016, p. 61).

Quando se trata das falhas da memória, estas estão sempre vinculadas à consciência do presente, dando a entender que ela organiza os momentos passados em função do engajamento do presente, pois, “a lembrança não contém a consciência, mas a evidencia e manifesta” (*apud* CANDAU, 2016, p. 63). Vejamos esse relato de Autran Dourado sobre o tempo: “(...) Sim, quero que meus livros sejam lidos e entendidos, mesmo após a minha morte, quando já terei virado fumaça, disse eu. Eles têm uma existência real, eu como pessoa não tenho a menor importância. Espero que eles perdurem no tempo” (DOURADO, 2000, p. 18). Como podemos observar, o sujeito se apropria de sua história pessoal como condição para se inscrever em um futuro, para isso, é indispensável as lembranças, que, no caso, projeta o que fomos e o que seremos: “Percebemos então que, no processo de mobilização memorial necessário a toda consciência de si, a lembrança



não é a imagem fiel da coisa lembrada, mas outra coisa, plena de toda complexidade do sujeito e de sua trajetória de vida” (CANDAU, 2016, p. 65).

De fato, as lembranças que não ousamos expor aos outros e nem a nós mesmos, correm o risco de serem facilmente esquecidas.

Todo dever de memória passa em primeiro lugar pela restituição de nomes próprios. Apagar o nome de uma pessoa é negar sua existência; reencontrar o nome de uma vítima é retirá-la do esquecimento, fazê-la renascer e reconhecê-la conferindo-lhe um rosto, uma identidade (CANDAU, 2016, p. 68).

Ao nascermos recebemos um nome, se for um sujeito sem memórias, privado da lembrança, é como se não existisse. Em contrapartida, temos os indivíduos cujos nomes vivem nas lembranças de terceiros, mesmos depois da morte. É o que acontece, por exemplo, com as celebridades, a chamada “glória póstuma”, ou seja, eles de alguma forma recuperam sua identidade inscrevendo seus nomes na memória coletiva. No caso de Juscelino Kubitschek, ele faz questão de afirmar ter esperança de não desaparecer no esquecimento: “Nestas memórias, espelho do que sou e do que fui, quero ser mais uma vez coerente com a imagem que de mim projetei na consciência de meus contemporâneos” (KUBITSCHKEK, 1976, p.7). Contudo, compreendemos que não basta apenas nomear para identificar, é preciso conservar a memória dessa nomeação.

## 1.2. Fortuna crítica de JK numa perspectiva histórica, documental e literária

“A seus opositores, respondia com obras e trabalho; a seus detratores, com a grandeza de alma dos que não se deixam atingir pelas ofensas e calúnias. Aos seus inimigos, com o perdão e, mesmo aos que tentaram derrubá-lo do poder, como os alucinados movimentos revolucionários de Jacareacanga e Aragarças, respondeu com a anistia, o esquecimento, até com o prêmio das promoções a que tiveram direito durante seu governo”.

(Affonso Heliodoro)

Em 1979, a socióloga e historiadora Maria Victória de Mesquita Benevides publica a obra *O governo Kubitschek: Desenvolvimento econômico e estabilidade política*, na qual ela debate o problema da estabilidade, enfocando aspectos sobre o ponto de vista do sistema político, esclarecendo que seu propósito era exclusivamente levantar hipóteses sobre a estabilidade do governo Kubitschek, visto que militares e Congresso convergiam

no apoio à política governamental, principalmente nos assuntos ligados aos interesses da aliança entre os partidos políticos PSD e PTB e os militares.

Durante sua gestão, Kubitschek criou uma espécie de “administração paralela” na qual ele tinha total poder de executar seus projetos (Programas de Metas), sem a participação dos parlamentares legislativos. Benevides explica que essa administração,

[...] constituída por órgãos já existentes, e “eficientes”, como a CACEX (ligada ao Banco do Brasil), o BNDE e a SUMOC, mais os novos órgãos, executivos ou de assessorias, os Grupos Executivos, os Grupos de Trabalho e o CPA (Conselho de Política Aduaneira). [...] Essa administração evitava o imobilismo do sistema sem ter que contestá-lo radicalmente (BENEVIDES, 1979, p. 224).

O Programa de Metas tratava-se de um programa de governo totalizando 30 metas a serem realizadas durante sua gestão, acrescentando mais uma, chamada por ele de “meta-síntese”, que foi a construção de Brasília, a nova capital do Brasil. O Programa se dividiu em seis setores, a saber: Energia (energia elétrica, nuclear, carvão, produção e refinação de petróleo); Transportes (equipamentos e construção de estradas de ferro, pavimentação e construção de estradas, portos, barragens, marinha mercante, transportes aéreos); Alimentação (armazéns e silos de trigo, frigoríficos, matadouros, mecanização da agricultura, fertilizantes); Indústria de base (aço, alumínio, metais não ferrosos, cimento, álcalis, papel e celulose, borracha, exportação de ferro, indústrias de veículos motorizados, indústrias de construção naval, maquinaria pesada e equipamento elétrico); Educação; e a construção de Brasília, a meta-síntese.

De acordo com Benevides, as políticas governamentais mais importantes durante o governo Kubitschek foram o Programa de Metas e as medidas tomadas por JK em sua “administração paralela”. Para ela, o governo Juscelino, além de criar o Plano de Metas, também pôde executá-las nos “(...) termos da adequação e coerência entre meio e fim”. Benevides explica o objetivo desse plano, no qual o ex-presidente se empenhava a todo custo em concretizá-los.

O objetivo principal do Programa de Metas era “acelerar o processo de acumulação aumentando a produtividade dos investimentos existentes e aplicando novos investimentos em atividades produtoras”. Com fim último propunha elevar o nível de vida da população, através de novas oportunidades de emprego, visando “um futuro melhor”, ponto devidamente enfatizado pelo presidente em sua campanha eleitoral e nos discursos ao longo do governo (BENEVIDES, 1979, p. 210).

Parafrazeando Benevides, o Programa de Metas pôde ser implementado sem a interferência dos partidos políticos, dentre eles o PSD e o PTB, e também sem interferências do Congresso. Ele evitava confrontações diretas com esses partidos, e como meios de implementação do programa realizava ações de incentivo, nunca de ordens ou proibições, sempre num regime conciliatório. Assim, com essas medidas, “(...) conseguia manobrar a aliança das forças políticas canalizando seus interesses em direções coincidentes com seu plano e gerando o suporte político necessário para sua implementação” (BENEVIDES, 1979, p. 214). O Congresso não ficava totalmente de fora, havia participação nos setores, apenas no que dizia respeito às verbas orçamentárias (eram responsáveis pela elaboração das leis), visto que para a implementação de certas metas as verbas se faziam necessárias.

A estabilidade política durante seu governo só foi possível devido ao seu poder de persuasão, encontrando saídas de imediato, distribuindo funções a cada um, não dando importância aos conflitos políticos existentes. Praticamente evitava “bater de frente” com a oposição, visto que contornava todas as situações adversas. A aliança entre PSD e PTB foi crucial para a manutenção da relativa estabilidade política, que tinha como ponto central o Programa de Metas.

Em 1982, o jornalista e escritor Carlos Heitor Cony publica o livro *JK - Memorial do Exílio*, obra que integra o projeto editorial das Memórias de Juscelino, considerada pelo próprio Cony uma continuidade das memórias do ex-presidente, visto que foi escrita a pedido do editor Adolpho Bloch. Para compor sua narrativa, o jornalista utilizou-se de cartas, bilhetes, documentos cedidos por Bloch e depoimentos de pessoas que conviveram com Kubitschek. Dando sequência às memórias escritas pelo ex-presidente, seu relato corresponde ao período situado entre 31 de janeiro de 1961 (quando JK passou a presidência a seu sucessor Jânio Quadros) e 22 de agosto de 1976 (sua morte). Cony afirma no Prefácio:

Assim sendo, Memorial do Exílio tem a pretensão (talvez absurda, talvez explicável) de ser a continuação das memórias de JK, a crônica do seguimento natural de sua trajetória política e pessoal. Tanto quanto me permitiram o engenho e a escassa arte, tentei relatar atos e fatos de seus últimos anos sob um foco que, a meu ver, teria sido idêntico ou análogo ao de JK (CONY, 1982, p. XIV).

Para compor sua escrita, Cony reuniu correspondências, bilhetes e documentos deixados pelo amigo. Juscelino fazia anotações diárias de seu cotidiano, para utilizá-las quando fosse redigir a parte final de suas memórias. Cony relata o fim da vida pública de

JK, bem como as sucessivas perdas que o ex-presidente teve após sua ascensão na política brasileira. Não me aprofundarei aqui na descrição, porque terá um capítulo específico para refletirmos sobre esse período.

Em 1984, Autran Dourado publica o romance político *A serviço del-Rei*. Trata-se de uma obra ficcional, cujo narrador é seu *alter-ego* João da Fonseca Nogueira, ou seja, João simboliza Autran “a serviço” do presidente JK, aqui representado pela figura do político Saturniano de Brito. O escritor utiliza-se da ficção para sugerir a narrativa de um homem público. Mesmo sendo, em tese, uma obra fictícia, é possível constatar a verossimilhança e a associação realizada pelo narrador entre os personagens do romance e as figuras históricas que estiveram presentes na vida pública de Juscelino Kubitschek. O enredo baseia-se na perspectiva de um escritor que almejava um cargo público, mas que desejava também que lhe sobrasse tempo para se dedicar à literatura, fato esse que foi gradativamente se tornando impossível, tanto na vida do *alter-ego* João quanto na vida pessoal de Autran, graças às incessantes atividades nos bastidores da política, pois João, além de escritor, é assessor no gabinete de Saturniano. Alguns trechos demonstram uma extrema insatisfação com o cargo, tais como o que se segue abaixo:

Cansado, nervoso, súbito sentindo que toda a sua vida de escritor estava indo água abaixo, tinha traído a sua vocação, emporcalhava tudo, se submetia às mais infames razões de Estado, ele antigamente tão puro... (DOURADO, 1984, p. 153).

*A serviço del-Rei* foi publicado duas décadas antes do surgimento do livro de memórias de Autran Dourado, intitulado *Gaiola aberta: Tempos de JK e Schmidt* (2000). Comparando as duas obras, percebe-se que o romance político retrata personagens semelhantes aos descritos nas memórias, porém, obviamente, com nomes fictícios a fim de preservar a “privacidade” das pessoas que os originaram – fato que o leitor somente poderá constatar depois de lidas suas memórias, comparando-os com personagens e situações narradas no romance.

Segundo as memórias de Dourado, ele e Augusto Frederico Schmidt eram assessores e amigos pessoais de JK, responsáveis por redigir os discursos políticos do chefe. No entanto, a menção ao nome de Autran Dourado não aparece, em nenhum momento, nas memórias do ex-chefe (o de Schmidt sim). Em suas memórias, o escritor diz que Juscelino não era sempre o homem que ele tentou representar:

Juscelino, como venho tentando apresentá-lo, não foi nunca uma figura autoritária de político. Era muitas vezes um homem terrível para os que o conheciam de perto, contraditório, que tanto me estranhava (DOURADO, 2000, p. 110).

Autran relata a sua despedida como funcionário do ex-presidente com mágoa, visto que os nove anos dedicados ao chefe lhe resultou em problemas de saúde, inclusive resolveu se afastar do presidente no momento mais importante da vida dele, a mudança para Brasília. Ainda assim, Juscelino quis que ele continuasse em um escritório no Rio de Janeiro, já que se recusava a acompanhá-lo a Brasília, mas Autran foi bem categórico em sua negativa, Juscelino não era do tipo de homem que aceitava negativas, aparentemente gostava de manter por perto seus amigos, principalmente os que ele considerava “perigosos”.

[...] JK me disse que ele gostaria que eu passasse as manhãs no seu escritório, fazendo o que não sei. Eu lhe disse que servira a ele muitos anos para ter as manhãs livres. Que ele já dera a sua grande mensagem ao país, eu não dera sequer o meu pequeno recado. Ele não gostou da minha fala, franziu as sobrancelhas, disse pode ir (DOURADO, 2000, p. 225).

Quando Autran disse que “não dera seu pequeno recado”, referia-se ao seu fazer literário, deixado de lado por muitos anos. Quanto ao fato de JK temer o afastamento de Dourado por considerá-lo perigoso, é demonstrado pelo escritor tanto no romance quanto nas memórias. Em *Gaiola aberta* Autran Dourado relata que Schmidt havia alertado Juscelino sobre o perigo de mantê-lo por perto: “[...] se eu fosse você, não teria junto a mim um escritor com uma capacidade de observação como a dele, como demonstra nesse livro<sup>2</sup>. E sabendo o que ele deve saber de você” (*apud* DOURADO, 2000, p. 21). No romance *A serviço del-Rei*, Dourado relata a mesma conversa, só que na voz do personagem Saturniano:

Você sabe que acabei de ler o seu livro *O vaso na janela* e achei uma maravilha. Disse a minha opinião ao Quintiliano, e você sabe o que o seu amigo disse, perguntou. Que eu tinha de ter muito cuidado com você. Um homem com sua experiência, com a sua capacidade de observação e de escrever, era um perigo a meu lado. Escrever é uma coisa subversiva e perigosa, mais ou menos assim ele me disse (DOURADO, 1984, p. 72-73).

Dourado afirma que achava Schmidt um homem muito estranho, e não compreendia porque ele alertara Juscelino sobre o perigo de conviver com ele. Percebe-se hoje que o que JK temia é que ele escrevesse sobre sua vida pessoal, e isso veio a se concretizar 40 anos depois de Autran se afastar dos bastidores da política, através justamente da redação

---

<sup>2</sup> Schmidt se refere ao livro de contos *Nove histórias em grupos de três*, publicado por Autran em 1957. O poeta havia lido e gostado muito, por isso perguntou a JK se ele já o tinha lido. Em *A serviço del-Rei* a obra também recebe um nome fictício, *O vaso na janela*.

de *Gaiola aberta*, metáfora sugestiva do fato de que Autran tornava públicos (“abria” sua “gaiola”) detalhes anteriormente conhecidos somente pelos três envolvidos (JK, Schmidt e o próprio Dourado).

Em 2011, Eneida Maria de Souza escreve um ensaio, publicado em *Janelas indiscretas*, intitulado “O avesso da escrita: intelectuais a serviço de JK”, no qual ela debate a questão de o ex-presidente sentir a necessidade de ser rodeado por intelectuais, seja como amigos pessoais ou como assessores.

Em *Gaiola aberta*, Autran explica essa questão de forma pragmática, dizendo que eram “escritores de estimação”, ou seja, da estima e confiança de JK. A atitude de JK partiu de uma sugestão de Schmidt, de que o presidente deveria conviver com pessoas mais cultas, afinal eles é que acabavam dando nome ao governo dele:

Logo no início do governo JK, o Schmidt aconselhou-o a conviver com gente mais culta e inteligente. Cafajeste é para campanha, para carregar nos ombros, disse ele. Já tenho os meus escritores, que não me dão problemas, disse JK. Mas você não convive com eles, não os convida para almoçar e jantar, não lhes dá importância, disse o poeta. Eles são máquinas de trabalhar, mas de qualquer maneira dão nome ao seu governo (DOURADO, 2000, p. 167).

Segundo Dourado,

[...] JK, que tinha mania de escritor<sup>3</sup> (no Governo de Minas, praticamente todo o seu gabinete, a começar do chefe, o contista Murilo Rubião, era de escritores: Alphonsus de Guimaraens Filho, Nilo Aparecida Pinto, Fábio Lucas e Afonso Ávila), nunca teve nenhum problema de corrupção com qualquer dos seus escritores de estimação (DOURADO, 2000, p. 13).

Eneida Maria de Souza fala sobre “uma escrita enviesada”, cuja produção literária apresenta “marcas próprias da estética modernista” (SOUZA, 2011, p. 127). Em *A serviço del-Rei*, Autran tenta de alguma forma enriquecer seus personagens e disfarçar suas verdadeiras identidades, deixando a tarefa para o leitor, para que ele mesmo consiga decifrar situações e personagens verossimilhantes.

Souza descreve como se dá a mescla de narrativa autobiográfica com ficção na obra de Dourado:

A posição do narrador reforça o sentido de desgaste físico e emocional no seu convívio com o poder, pelo prejuízo a ser computado na sua carreira de escritor. Se em *A serviço del-Rei* a insatisfação se encena por

---

<sup>3</sup> Dentre os inúmeros escritores que contribuíram nos governos estadual e federal de JK, destacam-se: Affonso Ávila, Alphonsus de Guimaraens Filho, Fábio Lucas, Cristiano Martins, Rui Mourão, Autran Dourado e Murilo Rubião (no Governo de Minas Gerais); Cyro dos Anjos, Josué Montello, Álvaro Lins, Francisco de Assis Barbosa, Augusto Frederico Schmidt, Antônio Houaiss e Geraldo Carneiro, na Presidência (Ver SOUZA, 2011, p. 121).

meio do recurso à alegoria e cumpre o papel de denúncia indireta, em *Gaiola aberta* o ambiente palaciano é moderadamente representado e o escritor-aprendiz se liberta ao se desligar do cargo público. *Gaiola aberta* é a metáfora da entrada de Aufran Dourado na vida literária e do desapego do fardo oficial e do serviço ao rei (SOUZA, 2011, p. 132).

Em ambas as obras de Dourado, tanto nas memórias quanto na ficção, JK é exposto explícita ou implicitamente. Por isso, podemos deduzir que o escritor conseguiu realizar magistralmente uma das mais significativas características da literatura contemporânea – a mescla muito bem construída entre fato e ficção.

Anteriormente às memórias de Aufran e ao ensaio de Eneida Maria de Souza, o jornalista Geneton Moraes Neto publica, em 1997, uma obra intitulada *Dossiê Brasil: As histórias por trás da História recente do país*, expondo relatórios até então secretos sobre a política brasileira. Há um capítulo sobre Juscelino Kubitschek, no qual Geneton mostra suas imperfeições como ser humano (vida extraconjugal que se materializava num grande número de amantes que JK teve) e injustiças cometidas contra ele, através sobretudo de complôs elaborados pela Ditadura Militar:

Os documentos passaram décadas vedados à consulta pública, em arquivos nos Estados Unidos e na Inglaterra, porque continham passagens consideradas confidenciais. Já podem ser manuseados por pesquisadores... Em geral, documentos tidos como “delicados” passam 30 ou 50 anos trancafiados nos arquivos. Se fossem divulgados antes, poderiam criar embaraços diplomáticos. Em casos extraordinários, os relatórios secretos podem sofrer um veto de 100 anos, por envolverem a chamada “segurança nacional” ou a hora alheia (MORAES NETO, 1997, p. 18).

Com base nesses relatórios, Moraes Neto relata que, um ano depois de JK ser derrotado para ocupar uma vaga na Academia Brasileira de Letras, ele sofre o acidente fatal, e que a morte dele foi alvo de especulações e é cercada de evidências e situações obscuras até hoje mal explicadas.

Segundo o jornalista, Jack Anderson, jornalista político americano, publicou um documento que colocaria em dúvida o suposto acidente de JK, documento este divulgado na coluna do dia 8 de setembro de 1997, sob o título “Carta misteriosa”. Nele constava uma correspondência datada de 28 de agosto de 1975, em que os chefes dos serviços de informação do Chile e do Brasil discutiam como lidar com dissidentes.

Os dissidentes ao qual o documento se referia eram o militar chileno Orlando Letelier e Juscelino Kubitschek, que recebiam apoio dos democratas. O fato é que os dois tiveram mortes violentas. Outro aspecto suspeito seria os boatos surgidos sobre a morte de JK antes mesmo dela acontecer. Vera Brant, amiga e confidente do ex-presidente,

relata sua dúvida sobre a origem desses boatos, uma vez que uma semana antes do acidente ela recebeu vários telefonemas de repórteres que queriam confirmar a morte de Juscelino num acidente de carro. Outras evidências surgiram, como por exemplo, o desaparecimento dos negativos das únicas fotos do corpo de JK tiradas por peritos no local do acidente, e mais, dentro do Opala estava o diário íntimo que Juscelino utilizava na redação de suas memórias. O original foi entregue à família, mas antes disso foi tirada uma cópia e entregue ao Comandante do I Exército, o General Reinaldo Melo de Almeida.

A infidelidade de Juscelino foi protegida pelo amigo médico Guilherme Romano, que, sem que ninguém soubesse, foi ao apartamento que Juscelino usava no Leme para encontros com um “grande amor” - tratava-se da *socialite* Maria Lúcia Pedroso<sup>4</sup>. Romano recolheu cartas de amor e anotações do diário, jamais tendo havido divulgação desses materiais.

No que diz respeito à cassação dos direitos políticos de JK, o documento aponta que foi considerado pelos diplomatas britânicos um equívoco, visto que ele era muito popular no Brasil e venceria sem a menor dúvida as eleições de 1965, ou seja, os militares não souberam lidar com um adversário tão popular como JK, por isso cassaram seus direitos políticos, após sucessivos boicotes a qualquer função pública que ele almejasse.

Segundo esses documentos, Juscelino iria se matar caso ouvisse uma notícia no rádio sobre a dúvida quanto a uma possível fraude na aquisição do apartamento no qual residia. Como a notícia não veio, ele guardou o revólver. Josué Montello era o amigo a quem JK confidenciou seu quase suicídio. Segundo ele, JK temia a humilhação pública. Outro golpe que abalou Juscelino foi o fato de ter perdido, para o escritor goiano Bernardo Élis, a vaga da cadeira na Academia Brasileira de Letras por apenas um voto:

[...] JK é um caso único de candidato derrotado que mereceu uma estátua da Academia. Lá estão, no térreo do gigantesco prédio erguido ao lado da velha sede, os bustos dos presidentes considerados benfeitores da instituição: Ernesto Geisel, Emilio Garrastazu Médici, Castello Branco e Juscelino Kubitschek. A homenagem a JK se explica: quando era presidente da República, ele doou à academia um terreno ao lado do velho prédio usado até hoje pelos acadêmicos para as sessões solenes e os prosaicos chás das cinco (MORAES NETO, 1997, p. 68).

Moraes Neto relata que os conteúdos desses relatórios secretos expostos por ele, através desse dossiê, é função de um jornalista em consideração ao povo que tem o direito de saber o que se passou na política brasileira.

---

<sup>4</sup> O romance de JK com Maria Lúcia Pedroso, casada com o deputado José Pedroso, foi revelado publicamente pela revista *Veja* em 14 de maio de 1997 (ver TAVARES, 2004, p. 148).



Em 2003, Carlos Heitor Cony e Anna Lee publicaram *O beijo da morte*, livro-reportagem que levanta hipóteses sobre a morte dos três políticos da Frente Ampla (JK, Lacerda e Jango), todas ocorridas no período de um ano, mais precisamente entre setembro de 1976 e maio de 1977, todos suspeitos de terem sido assassinados pelos militares – JK, em sabotagem de seu carro ou vítima de um atirador à beira da rodovia Rio-São Paulo; os outros dois envenenados.

Segundo os jornalistas, os três políticos, JK, Carlos Lacerda e João Goulart promoveram a Frente Ampla em favor da volta da democracia, com isso batiam de frente com a ideologia dos militares que estavam no poder. Por essa razão, havia a suspeita de que foram assassinados, vítimas de conspiração política. Cony afirma que

[...] Em apenas nove meses era o terceiro enterro que cobria para o jornal. Um calafrio percorreu meu corpo. De repente, me dei conta de que eram os três líderes políticos que haviam tentado a Frente Ampla, em 1967, cassados pela ditadura militar. Tinham morrido num pequeno espaço de tempo e em circunstâncias que pareciam comuns: Juscelino Kubitschek, em 22 de agosto de 1976, João Goulart, em 6 de dezembro de 1976 e, agora, Carlos Lacerda, em 21 de maio de 1977 (CONY; LEE, 2003, p. 24).

Cony e Anna Lee compreendiam o terreno em que estavam pisando, portanto, suas reportagens e entrevistas são dignas de credibilidade. Segundo os autores, nenhum dos três tinha doença considerada de risco, e ainda com o agravante de que houve circulação de boatos sobre a morte de JK, justamente de acidente de carro, duas semanas antes de realmente acontecer. João Goulart tinha problemas cardíacos, mas sua situação estava controlada e não corria risco de vida. Existem documentos que comprovam essas hipóteses, um deles é o pedido de exumação do corpo de Jango, com suspeita de envenenamento. Lacerda era diabético, mas não foi essa a causa de sua morte.

Quanto ao acidente de JK, Cony achou estranha a presença do Dr. Guilherme Romano no local e o fato de ele ter sido responsável por recolher os pertences do ex-presidente - um relógio Rolex de ouro, uma maleta de roupas, um livro e páginas do diário que JK vinha escrevendo desde 1972.

Naquele momento, Cony comenta com seu parceiro de reportagem, Max da Costa Santos, a estranheza da situação.

— Você não acha estranho que o Dr. Guilherme Romano, homem notoriamente ligado ao general Golbery, ao SNI, tenha sido o primeiro a aparecer no local do acidente?

— Você suspeita de alguma coisa? — Respondi com outra pergunta.

— Não suspeito de nada. Apenas achei estranha a presença de um homem tão ligado ao sistema, no setor das informações e do controle da opinião pública, num acidente em que morreria um dos políticos que

mais preocupavam o regime...talvez o mais vigiado... (CONY; LEE, 2003, p. 48).

Os dados coletados para compor a obra foram reunidos durante um ano. Fizeram entrevistas com pessoas que de alguma forma estavam ligadas ao contexto ou presentes nas circunstâncias em que as mortes ocorreram. Examinaram prontuários médicos, *habeas-data*, dentre outros documentos. Todos os dados coletados fizeram com que os jornalistas tivessem mais certeza de que não estavam trilhando um caminho sem saída e assim consideraram que, um dia, essas mortes ainda seriam esclarecidas.

Cony explica porque escreveu o livro e esclarece alguns pontos dos possíveis assassinatos:

Mesmo assim, não como desculpa, mas como informação, reconhecemos que este *O beijo da morte* não é conclusivo. Antes de escrevê-lo, Anna Lee e eu tínhamos a consciência de que não poderíamos chegar a uma certeza sobre a morte dos três personagens. O caso de JK está encerrado, o de Jango está aberto, mas longe de uma conclusão. O de Lacerda nem sequer foi aberto. As duas Comissões Externas da Câmara dos Deputados que investigaram as circunstâncias da morte de JK e Jango também não chegaram a uma conclusão, embora reconhecendo que a soma dos depoimentos e pesquisas efetuadas representa um somatório de dúvidas que poderão ser esclarecidas futuramente, com o surgimento de fatos novos (CONY; LEE, 2003, p.280-281).

Em 2004, o jornalista Flávio Tavares escreve, no livro *O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas do poder*, um capítulo com o título de “Juscelino: A caderneta preta”. O título refere-se à caderneta que Osvaldo Penido, Chefe da Casa Civil, carregava nas andanças de Juscelino, sendo encarregado de anotar os pedidos da população. Segundo Tavares, na verdade a caderneta preta é uma metáfora sobre a “arte política de ser hábil”. De acordo com ele, “Juscelino era um contemporizador nato, ávido na busca de aliados” (TAVARES, 2004, p. 125).

O jornalista faz um apanhado geral sobre a forma como JK mantinha relações com seus adversários políticos e com colaboradores, envolvendo-os em suas artimanhas, inclusive a cumplicidade nos momentos de prazer, visto que ele mantinha relações extraconjugais no “círculo palaciano” e contava com a discrição dos amigos assessores. Em troca desses segredos, segundo Tavares, por ordem expressa do presidente, eram-lhes oferecidos cargos de “tesoureiro” em Institutos de Previdência Social, ou seja, em órgãos federais, muitas vezes se estendendo à família inteira, incluindo pais, irmãos e cunhados altamente remunerados. Claro que as consequências dessas indicações acabaram gerando desavenças entre os parceiros políticos, visto que as reclamações advindas dos diretores

da Previdência Social<sup>5</sup> incidiam principalmente sobre o excesso de nomeações de Juscelino. O presidente, hábil como sempre, acusou Armando Falcão de ser o responsável. Ao ser questionado por Jango, Falcão<sup>6</sup> ficou ressentido, chamando-o de “comunista rico e reles” e “chefe da quadrilha sindical” (TAVARES, 2004, p. 127). Existia no campo político uma cumplicidade entre Juscelino e Jango, claramente explicável, segundo Tavares: “A vida pessoal conciliadora de Juscelino e Jango talvez explique a relação estável entre ambos” (TAVARES, 2004, p. 128).

Durante a presidência, Kubitschek tinha o comando de tudo, mas dividia algumas funções com o vice-presidente Jango, deixando que ele se encarregasse dos setores trabalhistas e ficasse responsável por dois ministérios, o da Agricultura e o do Trabalho, ambos ligados à Indústria e ao Comércio. Mas ele quase não se destacava, ao contrário do presidente que se mostrava com poder e autoridade. Priorizando o seu “Plano de Metas”, JK ficou em evidência ao implantar a indústria automobilística. Portanto, Jango era uma espécie de “complementação” na administração pública, ou seja, estavam juntos, mas sem interferências partidárias.

Em seus jogos políticos, como havia dito antes, ele era hábil, controlava tudo e a todos, a ponto de nomear, sem que entendesse nada de finanças, para Ministro da Fazenda José Maria Alkmin, seu amigo dos tempos de Diamantina e Belo Horizonte no ofício dos telégrafos, e parente por ter casado com uma prima sua. Tinha a seu favor apenas a esperteza, diziam aos jornalistas: “O que vale não é o fato, mas a versão. O que vale é a versão do fato” (TAVARES, 2004, p. 132).

Nas palavras de Tavares, JK tinha obsessão por construir Brasília, não se importando com aliados e muito menos com seus adversários políticos, esclarecendo que a ideia de construir a capital brasileira no interior do país não havia sido dele:

A mudança da capital para o centro do país não foi ideia desse homem de Diamantina, acostumado ao interior, mas de José Bonifácio de Andrada, Primeiro-Ministro e Regente do Império, nascido à beira-mar, em Santos, que pensava em Paracatu de Minas como sede do governo e até mandou demarcar a área do futuro Distrito Federal. Os anos e os problemas da República, porém, transformaram tudo num devaneio que só se mencionava para parecer e aparecer como algo inusitado, nunca para ser levado adiante (TAVARES, 2004, p. 132).

---

<sup>5</sup> A Previdência Social, na época, era formada por diferentes “institutos de aposentadoria e pensões”, de acordo com o setor profissional: industriários, comerciários, bancários, marítimos, ferroviários, servidores públicos etc. A unificação ocorreu durante a ditadura (TAVARES, 2004, p. 127).

<sup>6</sup> Armando Falcão foi ministro da Justiça de Juscelino. Em 1964, foi um dos articuladores civis do golpe militar que derrubou o governo João Goulart. Anos depois, já na ditadura, ele voltou a ser ministro da justiça (TAVARES, 2004, p. 128).

Projeto considerado insano para muitos, menos para o empreendedor, o fato é que a mudança da capital do Brasil, mesmo a ideia sendo considerada um devaneio, Juscelino provou que era possível. Claro que para a oposição ele não passava de um “louco” que precisava ser neutralizado, e acabou de fato sendo, após deixar a presidência, mas que cumpriu sua meta-síntese. Habilidades para concretizar seus objetivos ele tinha de sobra, ou melhor, nomeava muitos de seus adversários, os mesmos que poderiam de alguma forma embargar seu projeto a cargos de responsabilidade na construção de Brasília, ou seja, tinha a capacidade de juntar seus opositores de forma que os neutralizasse em relação a quaisquer possíveis intervenções em suas obras.

JK concretizou sua habilidade política ao incorporar Jango Goulart ao projeto-sonho de Brasília e evitar que o Vice-Presidente se rebelasse contra o esvaziamento dos institutos de previdência social, que financiava a nova capital. Assim, os trabalhadores construíram Brasília duplamente: os “candangos”<sup>7</sup>, com suas mãos, e os trabalhadores do país inteiro, com suas contribuições à Previdência Social. Mais hábil ainda, JK nomeou Israel Pinheiro, mineiro, do PSD e de sua absoluta confiança, como presidente da poderosa Novacap, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital, mas designou dois *udenistas* como diretores — Íris Meinberg e Virgílio Távora — e, assim, neutralizou as iras da oposição, que passou a participar também dos benefícios de tudo o que se fazia em nome da pressa (TAVARES, 2004, p. 133).

Tavares relata que Brasília foi construída para ser mantida como história. Considerada por muitos como uma construção faraônica, ela se mantém como um monumento a ser contemplado. Já dizia Oscar Niemeyer: “Só os monumentos ficam, só os monumentos sobrevivem na História” (*apud* TAVARES, 2004, p. 133).

Quanto aos “candangos”, os verdadeiros heróis da resistência física e psicológica que construíram a cidade em apenas três anos e meio, o que foi feito deles após a construção é outro fator posto em discussão por Tavares. A meritocracia ficou distante para esses trabalhadores após a inauguração da capital, e agravando-se ainda mais após 1964, com o poder nas mãos dos militares.

Os candangos não tinham casas, viviam em acampamentos, alimentando-se mal, expostos a trabalhos braçais e sem nenhuma espécie de regalia e conforto, dispostos a várias horas de trabalho, sem descanso e provavelmente muitos adoeceram e morreram vítimas de excesso de esforço físico, ou seja, foram sacrificados em função da construção

---

<sup>7</sup> “Candango”: Segundo o Dicionário online, era o nome que os africanos davam aos portugueses, significando “indivíduo desprezível, abjeto”. Fonte: <https://www.dicio.com.br/>. No caso da construção de Brasília, “candango” é o termo dado aos trabalhadores, na maioria nordestinos, que imigravam para trabalhar na construção da futura capital.

faraônica, tirados do centro e jogados na periferia, hoje conhecida como “cidades satélites”<sup>8</sup>.

De acordo com Tavares,

[...] houve o sacrifício de milhares de trabalhadores, os “candangos”, que nada levaram das avenidas e dos edifícios construídos com suas mãos, literalmente com as mãos. Já moravam lá quando aquilo nem era cidade, apenas um acampamento. Não se beneficiaram com os gastos a rodo ou a esmo e, à margem de tudo, não tiveram condições, sequer, de apreciar a monumentalidade do que haviam construído. Concluída a capital, nela instalado o poder e os que são parte do poder, os operários construtores de Brasília foram viver na periferia, em choças. (Ou foram, depois, expulsos de lá e enviados de novo ao Nordeste, em caminhões de carga, como ocorreu em 1964, no início da ditadura militar). (TAVARES, 2004, p. 137).

Na época, havia registro de denúncia na Câmara Federal, por parte do deputado trabalhista José Gomes Talarico, em que ele acusa o assassinato de trabalhadores por protestarem contra as condições de trabalho nas obras da nova capital. Culpou as grandes construtoras e “seus feitores”, que faziam desaparecer os cadáveres, enterrando-os juntamente com as máquinas escavadoras nos terrenos das construções: “A Novacap tinha feitores e uma ‘guarda policial’ própria que era dura e exigente com os ‘candangos’, e havia evidências de castigos corporais ou até de mortes” (TAVARES, 2004, p. 139).

Diante de tudo o que se passava nos canteiros de obra, Juscelino, ao ser questionado por jornalistas sobre essas mortes, disse estar alheio a esses acontecimentos, ou melhor, ele dizia não ter conhecimento sobre o sacrifício sub-humano pelo qual esses trabalhadores haviam passado. A única coisa que ele sabia é que, apesar dos sacrifícios advindos do trabalho pesado, todos vinham da miséria rural do Nordeste, de Goiás ou do Norte de Minas.

O problema se agravou após a construção, visto que, embora precisassem de trabalhadores subalternos, Brasília não comportava espaços para todos, levando muitos a se retirarem do centro e indo para regiões periféricas a fim de batalhar seu sustento de outras formas.

Após João Goulart ter assumido a Presidência depois da renúncia de Jânio, Juscelino, como senador, parecia ter noção do que poderia vir a acontecer. Pensando em

---

<sup>8</sup> Os operários que não podiam morar no Plano Piloto foram buscar espaço em zonas periféricas da capital. O que antes eram cidades-dormitório, transformaram-se em verdadeiras cidades. O Plano Piloto é a parte planejada do DF, desenvolvida a partir da ideia de seus idealizadores, já as cidades satélites são áreas habitacionais que cresceram sem planejamento.

sua volta à presidência em 1965, “rompe sua amizade com João Goulart”<sup>9</sup>, acusando-o de estar seguindo caminhos para entregar o país aos comunistas.

Após o golpe, foi preciso escolher um novo presidente. Juscelino continuava como senador por Goiás, e como candidato à presidência de 1965 fez questão de apoiar a indicação do nome do marechal Castelo Branco, visto que o mesmo prometera a ele, no Rio de Janeiro, que manteria o quadro e o calendário eleitoral, ou seja, a candidatura de JK pelo PSD estava garantida. Só que a promessa não foi cumprida. Segundo Tavares, naquela mesma reunião, após JK sair, Castelo Branco colocava a reputação dele em jogo, dizendo o que pensava do ex-presidente ao senador Luís Vianna Filho, “(...) que Juscelino lhe deixara a impressão de ‘um homem vaidoso’ e não o estadista que admirava e respeitava” (TAVARES, 2004, p. 155).

O resultado dessa confiança de JK em Castelo Branco viria à tona dois meses depois, quando Castelo, já como Presidente, cassa o mandato de Juscelino como Senador e suspende seus direitos políticos “por dez anos”. A partir daí se instaura a linha dura, na qual a escolha dos presidentes do Brasil já não ocorria democraticamente e sim por indicação.

A partir disso, tornou-se tudo ainda mais fácil para essa ditadura tênue, envergonhada de si própria, mas nos gestos, rígida e consciente do seu autoritarismo. Os “inquéritos policiais-militares” vulgarizavam a sigla IPM, denunciaram e prenderam milhares de pessoas por “subversão” e empilharam contra Juscelino acusações por “corrupção” em pequenos e tolos deslizes sem maior significado (TAVARES, 2004, p. 156).

De acordo com Tavares, os tolos e pequenos deslizes de JK, que levaram às acusações de corrupção pelos militares nesses jogos políticos, talvez não estivessem à altura de pessoas astutas e hábeis como ele. Antigamente, bastava a palavra empenhada para honrar um compromisso. Castelo Branco não cumpre e ainda pune o ex-presidente pelos seus deslizes, como disse Tavares, “sem maior significado”. No entanto, era um “prato cheio” para os donos do poder cassar seus direitos políticos, exilá-lo e fazê-lo enfrentar processos por corrupção. Como se não bastasse tudo isso, ainda foi proibido de pôr os pés na capital do Brasil que ele mesmo construíra.

Em 2005, Affonso Heliodoro<sup>10</sup> escreve um livro memorialístico sobre a vida de Juscelino, no qual descreve aspectos políticos e pessoais. A amizade dos dois pode ser

---

<sup>9</sup> No mesmo dia da eclosão do golpe, “À tarde, ao se reunir com Jango no Palácio das Laranjeiras, Juscelino não era, portanto, apenas um informante, mas um conselheiro privilegiado que discordava do Presidente e que, indiretamente, já havia tomado posição a favor dos sublevados” (TAVARES, 2004, p. 152).

<sup>10</sup> O coronel Affonso Heliodoro dos Santos foi subchefe do Gabinete Civil da Presidência durante o governo Juscelino Kubitschek. Participou diretamente da construção de Brasília e, após a morte do ex-presidente,

constatada através de uma série de cartas trocadas durante o período em que JK esteve no exílio.

O ex-secretário do presidente procurou esclarecer algumas questões em relação ao seu Programa de Metas, bem como as mentiras em torno de sua candidatura prevista para 1965, e também sobre as calúnias que o mesmo enfrentou por ter sido responsabilizado pela dívida externa do Brasil.

Em *JK, exemplo e desafio*, Heliodoro buscou retratar Juscelino como um exemplo a ser seguido, considerando, entre erros e acertos, os desafios que enfrentou para levar o país a um patamar de desenvolvimento capaz de, por exemplo, produzir e exportar automóveis, aviões e navios. Para ele, na administração de JK, “(...) realmente foram cinquenta anos em cinco. Cinco anos de luta e muito trabalho” (HELIODORO, 2005, p. 33).

Heliodoro lamenta que o *slogan* de sua candidatura à presidência em 1965, “5 anos de agricultura para 50 de fartura” tenha sido interrompido pela cassação dos direitos políticos de Juscelino, paralisando o regime democrático e nos levando ao caos econômico: “Cassaram não um político. Cassaram um programa de governo que se destinava a dar ao Brasil a independência sonhada desde Dom Pedro I” (HELIODORO, 2005, p. 35).

Quanto à construção de Brasília, destacou a maneira como Juscelino visionava o projeto construído em tempo recorde, exatamente 3 anos e 7 meses.

JK estava determinado: faria o Brasil olhar para si, para seu interior. Tiraria o país da contemplação romântica em que vivia, à beira da praia, no deslumbramento do grande oceano, e o traria para outra realidade, a realidade nacional (HELIODORO, 2005, p. 45).

A parceria entre Lúcio Costa, com seu projeto urbanístico aprovado em um concurso internacional, Oscar Niemeyer, com seus projetos arquitetônicos, e Israel Pinheiro, como construtor, adaptou para a realidade o que JK tinha em mente. Entre algumas histórias que Heliodoro conta em sua obra sobre a vida pessoal de Juscelino está o fato de ele ser um homem de paz, mas que brigava por jabuticabas, mangas e gravatas. Tinha um fraco pelas frutas jabuticaba e manga, e quanto às suas coleções de gravatas, demonstrava muito ciúmes se alguém as tocasse. No entanto, era um homem cordial e amigo, mantinha um bom relacionamento com todos, “do mais graduado ao mais humilde”.

---

liderou a criação do Memorial JK em 1981 e o comandou até 1997. Affonso Heliodoro foi o último remanescente da equipe de JK. Faleceu com 102 anos, no dia 20 de outubro de 2018.

Segundo Heliodoro, um funcionário do presidente o convidou para almoçar um dia em seu barraco e, inesperadamente, JK o surpreende, aparecendo para com ele almoçar. Após ver o funcionário apavorado pela visita ilustre, JK disse: “Você me convidou e eu aceitei o convite, vim almoçar com você e sua família...” Depois foi só elogios, “Nunca havia comido dobradinha tão bem-feita e gostosa como aquela” (*apud* HELIODORO, 2005, p. 94). Ele era assim, um homem de paz que não demonstrava ódio nem em relação a seus inimigos.

A administração política de Juscelino Kubitschek foi defendida por Heliodoro, nos termos de que a dívida externa aumentara sim, mas diante de todas as ações concluídas, tronaram-se irrisórias. Para ele,

O Brasil teria que romper com o estado de pobreza em que fenecia, para transformar-se num país rico, independente, capaz de trazer para dentro de suas fronteiras as decisões econômicas e políticas necessárias ao seu rápido desenvolvimento (HELIODORO, 2005, p. 103).

Até então, não tinha havido um presidente que traçasse um plano de governo antes de governar e realmente o realizasse. Juscelino Kubitschek foi pioneiro nesse modo de governar. Quando pensamos na questão da dívida externa, lembramos que a dívida líquida brasileira, no momento em que ele assumiu a presidência, era de 1 bilhão e 960 milhões de dólares, e bruta de 2 bilhões, 568 milhões de dólares. As reservas internacionais eram de 608 milhões de dólares.

Essa dívida vinha desde o tempo do Império e foi resgatada no governo JK, ou seja, o Brasil, embora “independente”, financeiramente continuava uma “colônia”, desta vez dos bancos internacionais, e não mais de Portugal. No final de seu governo, a situação no país mudara consideravelmente, pois antes o Brasil importava quase tudo e exportava apenas produtos de lavoura e matéria-prima:

No governo Kubitschek, nosso país passou a dispor de “um parque manufatureiro dos mais avançados, compreendendo uma vasta linha de produção que compreendeu geradores, transformadores, turbinas, tornos, máquinas de trabalhar metal, madeira etc...” (Jornal do Comércio – Rio de Janeiro – 15/01/1961). Além de automóveis e navios, já produzíamos 75% das máquinas de fazer máquinas (HELIODORO, 2005, p. 104).

Diante de acusações da esquerda e da direita, sobre o presidente ter aberto as portas da economia brasileira para o capital estrangeiro, não consideraram todos os



investimentos que o mesmo fez a fim de concretizar seu Plano de Metas. Como afirma Heliodoro, eles não sabiam a “diferença entre empréstimos e capital de risco”<sup>11</sup>:

JK realizou toda a obra prometida no seu Programa de Metas. E mais, construiu Brasília, criou a Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, incentivou a SPVEA – Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia. Lançou a Operação Pan-Americana e, ao deixar o governo, nossa dívida externa atingia os 2.674 bilhões de dólares, pouco mais, portanto, do que aquela encontrada ao assumir o Governo, ou seja, um acréscimo de 106 milhões de dólares em cinco anos de governo (HELIODORO, 2005, p. 105).

Em 1960, as reservas internacionais também tiveram uma redução para 345 milhões de dólares, antes era de 491 milhões de dólares. Enfim, como diz o ditado popular: “Os fins justificam os meios”. Foi no governo JK que a moeda brasileira obteve maior poder aquisitivo, o salário mínimo dos trabalhadores teve aumento e foi considerado o melhor desde que foi criado, em 1940. Quanto à inflação, considerando a mudança das moedas, Heliodoro justifica:

Nossa taxa inflacionária anual, em 1956, era da ordem de 19,2%. Em 1960 ela atingia 30,9% - um aumento, portanto, compatível com o programa de desenvolvimento da administração Kubitschek. Uma inflação prevista e programada para a realização do Programa de Metas, conforme o relatório do Ministério da Fazenda... (HELIODORO, 2005, p. 107).

Convenhamos que esses pormenores se tornam insignificantes diante de suas obras, visto que ainda construiu 3.416 km de estradas de ferro, modernizou o transporte, pôs fim ao uso de lenha, sendo que as locomotivas passaram a serem movidas a diesel, carvão mineral e eletricidade, drenou rios, reformou portos e aeroportos. No que diz respeito ao desenvolvimento, Kubitschek surpreendeu e superou alguns países.

Tomando como base o índice 100, na administração de JK o Brasil alcançou o mais alto índice de desenvolvimento industrial do mundo: enquanto o Japão, Rússia, México, França e Alemanha Ocidental atingiram, respectivamente, 179, 149, 134, 133 e 126, o Brasil conquistou o impressionante índice de 197 (HELIODORO, 2005, p. 109).

Como podemos verificar, Heliodoro parte para a defesa de Juscelino Kubitschek em sua obra, ao mesmo tempo em que faz um breve resumo de sua trajetória. Em suma,

---

<sup>11</sup> Investimentos diretos dos capitais particulares estrangeiros na economia de outra nação. Dizem-se capitais de risco porque são capitais investidos pelos estrangeiros numa determinada economia, mas sem garantia de indenização e assumindo, destarte, o risco da sua aventura ou do seu empreendimento (ver PINTO FERREIRA, *Capitais estrangeiros e dívida externa do Brasil*, citado por HELIODORO, 2005, p. 105).

Heliodoro reafirma que Kubitschek fez pelo Brasil muito mais do que prometeu, de acordo com suas próprias palavras, ao discursar após a saída da Presidência:

Sinto-me satisfeito em poder proclamar que, na Presidência da República, não faltei a um só dos compromissos que assumi como candidato. Mercê de Deus, em muitos setores realizei além do que prometi, fazendo o Brasil avançar, pelo menos, cinquenta anos de progresso em cinco de governo (*apud* HELIODORO, 2005, p.111).

Portanto, percebemos que o ex-presidente assume a sua responsabilidade do aumento da dívida externa e o aumento da inflação, mas rebate que não haveria outra alternativa, visto que, diante de todas as suas realizações, era preciso arriscar para progredir. Entendemos o seu ponto de vista e compreendemos a causa das injustiças praticadas contra ele, quando foi instaurado o regime militar no Brasil, e é justo que seus amigos, sobretudo os que trabalharam diretamente com ele e são parte ativa nessa história, tentem, através de textos memorialísticos, limpar sua imagem e resgatar sua moralidade manchada.

## CAPÍTULO 2– JUSCELINO KUBITSCHKEK: A ARTE DE SE FAZER HISTÓRIA

---

“A contradição mais flagrante da história é sem dúvida o fato do seu objeto ser singular, um acontecimento, uma série de acontecimentos, de personagens que só existem uma vez, enquanto que o seu objetivo, como o de todas as ciências, é atingir o universal, o geral, o regular”

(Jacques Le Goff)

O segundo capítulo tem como objetivo analisar a figura de Juscelino Kubitschek de Oliveira em duas vertentes, o homem e o político, segundo o seu ponto de vista. Na primeira, veremos como um menino pobre, órfão aos três anos de idade, conseguiu chegar a ser Presidente do Brasil. Sua trajetória desde o seu nascimento, infância, juventude, acadêmico de Medicina e seus primeiros passos na política, leva-nos a compreender que, através de sua persistência e obstinação, conseguiu chegar ao seu primeiro objetivo que era ser médico. Já o ingresso na política não estava em seus planos, visto que foi, aos poucos, primeiramente por intervenção da sogra ao sugerir seu nome para ocupar um cargo de médico na Santa Casa da Misericórdia e, depois, por intermédio de Benedito Valadares, que ingressou na política. O fato é que, segundo historiadores e memorialistas, JK foi um político diferenciado de todos que passaram pela presidência, devido a sua ousadia e persistência em planejar e executar obras, ou seja, um presidente que se mantém no imaginário tanto da população quanto de alguns políticos que, na atualidade, ainda se veem querendo desvendar a “fórmula” de seu sucesso.

Para iniciar essa discussão sobre quem foi Juscelino Kubitschek de Oliveira, o capítulo traçará um painel do início da vida e de suas lutas para chegar ao seu objetivo. Baseando-se, sobretudo, no primeiro volume de suas memórias, *A experiência da humildade* (1974).

Como ponto de partida desse capítulo, reporto-me aos dizeres de Jacques Le Goff citados na epígrafe, quando o historiador se refere ao fato de que a história supõe a existência de dois lados controversos, ou seja, de um lado atinge o universal e do outro a singularidade do fato histórico, singular, visto que cada acontecimento sempre será único,

jamais se repetirá. Tais palavras de Le Goff nos fazem compreender o processo de narração e as consequências dessas duas premissas, tanto nas obras autobiográficas como também em obras de cunho histórico, através de fontes coletivas, levando-as à prioridade do acontecimento ao se privilegiar os grandes homens.

No Brasil do século XX, mais precisamente após a década de 1950, houve uma expansão dos estudos de obras memorialísticas, principalmente nas áreas de Filosofia e de Literatura, cuja temática envolve as chamadas “escritas de si”.

O ex-presidente do Brasil Juscelino Kubitschek de Oliveira, sob o jugo indireto do regime militar autoritário instaurado em 1964, após ver seus direitos políticos cassados, decidiu se autoexilar, como forma de amenizar situações e consequências arbitrárias de sua condição de político acusado de corrupção por seus opositores, sobretudo por Carlos Lacerda, vinculado ao partido UDN. Permaneceu exilado por praticamente mil dias, primeiramente em Paris e depois em Lisboa e Nova Iorque. Sofria à medida que lhe chegava aos ouvidos notícias do Brasil, nas quais a imprensa o difamava, acusando-o de inúmeras situações durante sua gestão na presidência. Contudo, o amigo Adolpho Bloch se fazia presente para amenizar seus dias de angústia, e como direito de resposta abriu espaço na revista *Manchete* para que ele fizesse seu primeiro desabafo. Ao ser questionado pelo repórter David Sales sobre o seu afastamento do país, JK esclarece:

Respondo com uma pergunta. Se a minoria política, constituída por meus adversários, pressionava o governo a ponto de compeli-lo a praticar o ato de minha cassação, com que garantias poderia eu contar, depois do esbulho, em que nem sequer me foi facultado o direito de defesa? Saí do Brasil como um protesto, em face do mundo, e, também, por não encontrar ambiente de segurança que me permitisse defender-me das calúnias e infâmias, distribuídas à larga contra mim. Mas saí de minha pátria nos braços do povo. Se me perguntassem hoje qual instante de maior emoção de minha vida, responderia que foi aquele em que, carregado pelo povo, e ao som do Hino Nacional cantado pela multidão, eu dava adeus aos meus amigos que, impávidos, enfrentavam a agressão de oficiais que, de revólver em punho, nos ameaçavam a todos, inclusive a minha família [...] (*apud* CONY, 1982, p. 91- 92).

Após essa etapa, Juscelino precisava dar um rumo a sua vida, algo ao qual se dedicasse com afinco. Pensou em voltar ao exercício da Medicina, mas nada o impulsionava, visto que teria que clinicar rotineiramente como um simples funcionário e isso não lhe interessava. Após várias sugestões de amigos, acata a de Adolpho Bloch e decide redigir suas memórias: “JK deveria ser o cronista de sua própria obra, dedicar-se à redação de suas memórias” (CONY, 1982, p. 93).

Como leitora das memórias do estadista Juscelino Kubitschek, percebi ao longo desse processo que nossa vida transcorre em meios diferentes aos olhos de terceiros que nos julgam por nossas ações, mesmo que possamos, através de cartas e descrições, fazer-se conhecer as circunstâncias dos atos e fatos, com um único intuito, o de prevalecer aquilo que para nós possa ser encarado como verdade, e que em algum momento encontrasse um pensamento comum, mesmo assim, ainda nos deparamos com a incredibilidade e estamos sujeitos ao jugo de toda a sociedade.

E assim, sob essa reflexão, imagino que esse homem, objeto de minha pesquisa, tinha em mente que o Brasil necessitava conhecer sua trajetória política, seus ideais, seus pensamentos e mais, sua vida, início, meio e fim. E por essa razão, como devia a seus contemporâneos uma explicação de “onde veio, como veio e ao que veio”, e sob a perspectiva do caminho movido da memória, contando com ajuda de amigos e familiares, inicia a narrativa de sua trajetória pessoal e política. “De onde veio” ele retrata em seu primeiro volume de memórias, publicado em 1976 sob o título de *A experiência da humildade*. A narração de seu autorretrato condiz com o título, fazendo com que o leitor perceba que ele nasceu em uma condição humilde e viveu a experiência de tempos de situação financeira difícil em sua família. O propósito de minha pesquisa não é necessariamente destacar esse volume de memórias do presidente, mas acho considerável elencar fatos do início de sua vida para compreender sua retrospectiva humana: “Nesse cenário de ruas íngremes, ladeadas por vetustas mansões – por onde ainda, com frequência transito –, decorreu minha infância de menino pobre” (KUBITSCHEK, 1974, p. 13).

Evidentemente que quando narramos algo, não devemos esquecer que há imagens e coisas que só existem em nossas mentes. Parte de nossas reminiscências não se adaptaria a nenhuma memória coletiva, pois teve importância significativa apenas para nós mesmos. No entanto, Juscelino fez a junção dessas memórias a fim de construir sua narrativa. Outra parte de sua infância foi reconstituída através de memórias coletivas, considerando a fragmentação de lembranças decorrentes de fatos há muito ocorridos, impossibilitando-o de descrever com detalhes, considerando os dados que praticamente “99% da evocação do passado é de construção e 1% de evocação verdadeira<sup>12</sup>”.

---

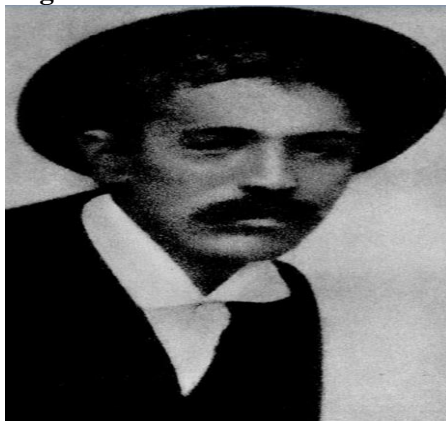
<sup>12</sup> Frase de Désiré de Rouston (1925), contida em *A memória coletiva* (HALBWACHS, 2006, p. 43).

## 2.1. Memórias em ação: vida e obra de um ex-presidente do Brasil

No início do século XX o país passava por sérios problemas de saúde pública, principalmente nas primeiras décadas. Diversas doenças, como tuberculose, peste bubônica, febre-amarela, varíola, malária, tifo e cólera, assolavam a população. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, essa situação passou a ser motivo de preocupação dos governantes. O presidente da época, Rodrigues Alves, com o intuito de resolver as epidemias, inicia uma série de medidas preventivas, tornando obrigatória (1904) a vacina para combater tais doenças. No entanto, a imposição não foi bem aceita pela população, já que suas ações foram apontadas como violação dos direitos civis e constitucionais, causando uma revolta urbana nunca vista até então. Com a repressão policial severa houve várias prisões, 30 mortos, 110 feridos e 461 deportações para o estado do Acre. Esse período foi conhecido como a “Revolta da Vacina”. João Cesar, o pai de JK, não ficou de fora das estatísticas, foi vítima de tuberculose.

Juscelino enfrentou logo na primeira infância a dor da perda do pai e consequentemente viveu as consequências de um menino órfão aos três anos de idade. “Se já não éramos ricos, com a morte de meu pai tornamo-nos ainda mais pobres” (KUBITSCHKEK, 1974, p. 21).

**Fig. 1: João César de Oliveira<sup>13</sup>**



Fonte: KUBITSCHKEK, 1974, p. 362.

**Fig. 2: Juscelino e a irmã Naná<sup>14</sup>**



Fonte: KUBITSCHKEK, 1974, p. 366.

<sup>13</sup> Sempre saltando de uma ocupação para outra, em 1898, João César se casou com Júlia Kubitschek, com quem teve dois filhos. Não os viu crescer: morreu a 10 de janeiro de 1905, com 34 anos incompletos. O espetáculo impressionante do enterro do pai, realizado à noite, será a primeira lembrança do garoto Juscelino. Fonte: [http://www.projetomemoria.art.br/JK/verbetes/joao\\_cesar.html](http://www.projetomemoria.art.br/JK/verbetes/joao_cesar.html).

<sup>14</sup> Com a morte do marido, em 1905, Júlia Kubitschek se mudou com os dois filhos para o morro da Grupiara e, mais tarde, para uma casinha na rua São Francisco, 241, em Diamantina, onde a família viveria por onze anos e que abriga hoje o museu Casa de Juscelino.

Fonte: [http://www.projetomemoria.art.br/JK/biografia/1\\_seminario.html](http://www.projetomemoria.art.br/JK/biografia/1_seminario.html)

Foi criado por mulheres, a irmã e a mãe professora, que não mediu esforços para que o filho tivesse uma profissão. Ensinou-lhe que na vida precisa haver sacrifícios, que nada é de graça, e que para vencer na vida precisa sofrer privações, mas, é a perseverança diante dos obstáculos que se chega ao êxito. Muitos diriam, esse é um homem de sorte! Ao estudarmos as memórias de JK, percebemos que ele tinha tudo, menos sorte. Podemos dizer que ele era obstinado, dedicado e audacioso, isso sim.

Durante a análise da primeira infância do presidente, percebemos que ele sofria por ser pobre, convivia e brincava com meninos de posse, tinha ambições em possuir o que eles possuíam. Mas diante de toda a vida de sacrifícios, não se deixava abater e conseguia aquilo que almejava. Essa afirmação se revela no trecho em que ele deseja ter um carneiro. “Muitos meninos (entre eles, alguns amigos e conhecidos) possuíam esses ambicionados animais, e era certamente com inveja e frustração que eu os via passar montados por ali, às vezes mesmo à nossa porta” (KUBITSCHKE, 1974, p. 28).

Na fase da adolescência, as coisas foram um pouco mais complicadas, como todo menino jovem tem suas aspirações e com Juscelino não foi diferente. O sonho de ser médico parecia um tanto distante para ele. Mas a persistência em seus ideais já era característica marcante ainda em Diamantina.

**Fig. 3: Seminaristas<sup>15</sup>**



Fonte: <http://www.projetomemoria.art.br>

---

<sup>15</sup> Juscelino, em destaque na figura acima, entrou no seminário aos doze anos, em 1914, e ali permaneceu até 1917, num regime espartano em que tinha que estar de pé às cinco da manhã e deitar-se às oito da noite. A batina, obrigatória até para jogar futebol, só era despida para dormir e tomar banho, não raro num ribeirão das vizinhanças. O mais famoso ex-aluno do seminário de Diamantina deixou nele marcas até físicas de sua passagem por lá: o nome gravado, a canivete, no tampo da carteira que ocupava na sala de estudos. Fonte: [http://www.projetomemoria.art.br/JK/biografia/1\\_seminario.html](http://www.projetomemoria.art.br/JK/biografia/1_seminario.html).

Juscelino sabia que nesses três anos não poderia ficar de braços cruzados, procurou um emprego, bateu de porta em porta, mas tudo em vão. Então decidiu que ocuparia seu tempo estudando. Tinha um único objetivo: “fazer os exames preparatórios e ingressar na Faculdade de Medicina” (KUBITSCHKEK, 1974, p. 47). Durante esse tempo, frequentou a biblioteca de Diamantina e leu tudo o que pôde, teve ajuda dos tios que eram professores da escola Normal e lhe emprestaram livros. Os padres do seminário também ofereceram alguns acervos, ajudando na tradução de livros em inglês. Na língua francesa, teve aulas com Madame Louise.

Outra característica que se destaca na juventude é o de ser determinado em alcançar seus objetivos.

Decidi, então, aprender por mim mesmo. O meu curso primário fora excelente, e eu tinha consciência de me encontrar em nível superior ao dos demais meninos de minha idade. Comecei a ler, febrilmente. Em poucas horas, devorara qualquer livro que me caísse nas mãos. Minha curiosidade se ampliava cada vez mais, e eu fui descobrindo, aos poucos, o universo maravilhoso que se esconde sob as letras de forma. Inspirado pela paixão da leitura, imaginei um curioso sistema de permuta, cuja complexidade e extensão podem ser bem avaliadas pelo sucesso obtido: com apenas meia dúzia de livros pude ler, na base da troca, centenas de outros (KUBITSCHKEK, 1974, p. 39).

Assim como na infância, na adolescência ele também convivia com rapazes de posses. Juscelino se vê alvo das consequências da recessão dos primeiros anos da República. É possível que essa determinação tenha advindo dele querer se igualar aos meninos com os quais convivia e, como sabia que jamais teria as coisas fáceis, tinha consciência de que o sucesso dependia exclusivamente de seu próprio esforço. Mas muitos acreditavam que a determinação vinha da mãe, “Mestre Júlia”.

**Fig. 4: “Mestre Júlia”<sup>16</sup>**



Fonte: <https://contosdediamantina.webnode.pt/news/>

<sup>16</sup> A professora primária Júlia Kubitschek era neta de um marceneiro tcheco nascido na Boêmia, Jan Nepomuský Kubitschek, que chegou ao Brasil por volta de 1831. Fonte: [http://www.projetomemoria.art.br/JK/biografia/1\\_raizes.html](http://www.projetomemoria.art.br/JK/biografia/1_raizes.html).



Nesse meio tempo, após assolar o mundo, chega ao Brasil a gripe espanhola, e Diamantina vê sua população humilde se esvaindo, vítimas dessa doença avassaladora. Eram de quinze a vinte corpos quase que diariamente em direção ao cemitério. As consequências dessa gripe atingiram as escolas, esvaziando-as de Norte a Sul do Brasil.

Em consequência da gripe espanhola, em 1918, foi instaurado um decreto federal que facilitava aos estudantes do Brasil prestar os exames preparatórios, era o chamado “Exame por decreto”, que tornava possível fazer até quatro exames de uma vez. O jovem sonhador viu aí uma chance de continuar seus objetivos. E assim, preparou os papéis e, com a ajuda da mãe, que lhe entregara uma soma de quarenta e quatro mil réis, parte para Belo Horizonte juntamente com o primo para fazer os exames.

Frequentava também a estação de telégrafos e, curioso, acabou aprendendo a manipular o Código Morse, a ponto de substituir alguns de seus amigos quando estes precisavam faltar. Com isso, acabaram oferecendo a ele cinco tostões por hora de trabalho.

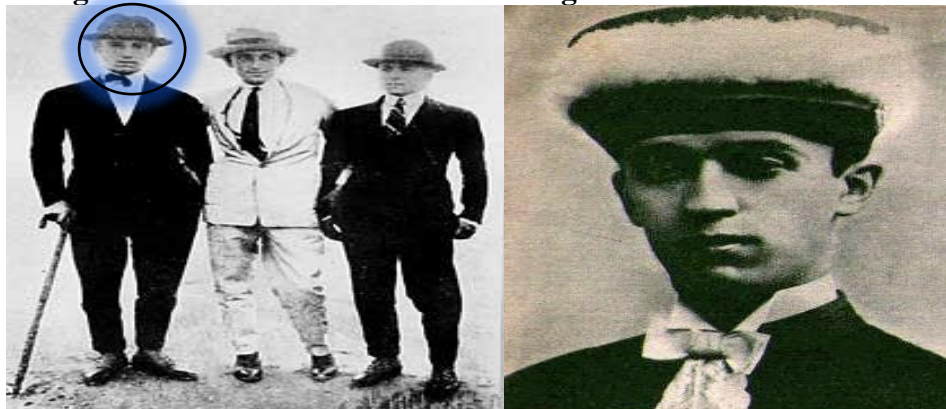
Em 1919, novamente ele vê a possibilidade de continuar seu sonho, ao tomar conhecimento da abertura de um edital de concurso de telégrafo, que oferecia dezenas de vagas para Belo Horizonte. Com a estrada de ferro em Diamantina, sua experiência com o Código Morse, os empecilhos eram mínimos. Mas, havia um problema a ser resolvido. No regulamento do concurso exigia a idade mínima de dezoito anos, ele tinha dezesseis. Então, a família, com a ajuda do oficial de registro civil em Diamantina, Antônio Honório Perpétuo, o Ninico, forjou uma certidão de nascimento falsa para Juscelino, antecipando seu nascimento em dois anos, ou seja, Juscelino nasceu em 1902, mas consta em seu registro de nascimento o ano de 1900. Nesse momento, Juscelino usou o chamado “jeitinho brasileiro” para obter vantagem em uma determinada situação. Então há de se pensar até que ponto ia a sua honestidade.

Assim, foram meses complicados, uma vez que tinha que se desdobrar entre os afazeres que o serviço de Telégrafos exigia e as obrigações de acadêmico. Sem contar o estresse que sofria por ter que dar conta de pagar a faculdade, a pensão e se alimentar. Muitos empréstimos foram feitos aqui e ali, a fim de que concluísse o curso. Conseguiu ingressar na Faculdade de Medicina, em 1927.

Conheceu Sarah Gomes de Lemos, filha de dona Luísa Negrão e de Jaime Gomes de Souza Lemos, um ex-parlamentar que representara Minas na Câmara dos Deputados por trinta anos. Ficaram noivos e, em 1927, formou-se em Medicina, e com o emprego

na Santa Casa oferecido por Júlio Soares, amigo e esposo de Naná, ganhou experiência em cirurgias. Decidiu se especializar em Urologia. Em dois anos de trabalho já conseguira sua própria clínica e comprar seu primeiro carro Ford.

**Fig. 5: Acadêmicos de Medicina<sup>17</sup> Fig. 6: Formatura de JK<sup>18</sup>**



Fonte: <http://www.projeto memoria.art.br/.JK>

Em 1930, resolve fazer uma especialização na Europa, contrariando a opinião da família. Junta suas economias, vende o carro, faz empréstimos e rompe o noivado. Para o médico, essa viagem era mais que uma especialização, seu objetivo era ampliar seus horizontes em termos de cultura e de poder conhecer parte do mundo que até então só era conhecido por ele através dos livros.

Desde a adolescência eu sonhava com Paris. Quando estudava Francês com Madame Louise, em Diamantina, já tinha esta ideia na mente. [...]. Fui desvendando assim, através de um lento processo de ajustamento intelectual, o mundo encantado da literatura francesa. À medida em que eu aprofundava no estudo da língua, mais imperiosa se tornava, em mim, a aspiração de, um dia, ir a França (KUBITSCHKEK, 1974, p. 96-97).

Ao estudar a história da França, o médico fortaleceu suas convicções e sua ideologia que futuramente iria ser posta em prática durante sua gestão como presidente, pois a partir de sua viagem, seus horizontes foram abertos e inconscientemente se preparava para o futuro, ou seja, a defesa da democracia ficaria enraizada em sua mente de uma vez por todas. Muitos amigos foram feitos durante sua viagem, um deles foi o político brasileiro que viajara com a filha Isa, o deputado César Lacerda Vergueiro. Essa

<sup>17</sup> Trabalhando à noite como telegrafista, ele saía da estação ferroviária com o dia já claro, a tempo de pegar a primeira aula, às oito horas da manhã. De sua turma, com vinte alunos, fazia parte o futuro escritor Pedro Nava, que evocará o colega numa bela página de um de seus livros de memórias, *Beira-mar*. Fonte: [http://www.projeto memoria.art.br/JK/biografia/1\\_estudante.html](http://www.projeto memoria.art.br/JK/biografia/1_estudante.html).

<sup>18</sup> Em janeiro de 1922, com dezenove anos de idade, Juscelino entrou na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, que cinco anos mais tarde viria a formar, com outras faculdades, a Universidade de Minas Gerais. Fonte: [http://www.projeto memoria.art.br/JK/biografia/1\\_estudante.html](http://www.projeto memoria.art.br/JK/biografia/1_estudante.html).

amizade consolidou-se e, décadas depois, já como senador de São Paulo, veio a apoiar Juscelino na campanha para Presidente da República.

No dia 3 de outubro estoura a Revolução de 1930 no Brasil. Juscelino fica sabendo que seu estado natal assumiria a liderança da política nacional, chefiado por Olegário Maciel, presidente da província de Minas. Então, o aventureiro voltou para o Brasil para retomar sua vida, mas retornou diferente, não havia mais aquele homem cheio de superstições e fantasias da juventude. O que era fantasia, acabou se desviando à medida que ia conhecendo o mundo com seus olhos e tirando suas próprias convicções. Na Inglaterra, por exemplo, conheceu uma variante da democracia.

Ao visitar a Inglaterra, pouco antes de meu regresso, pude observar em funcionamento outro tipo de democracia. O sistema inglês oferecia uma variação dos conceitos democráticos, que me eram familiares. A monarquia se colocava a serviço do povo e obediente ao seu controle. O rei era apenas o símbolo da autoridade nacional, incumbindo ao primeiro-ministro as responsabilidades do governo. Sistema típico da delegação de poderes; nenhum gabinete dispunha de mandato com prazo fixo. A duração das administrações condicionava-se à confiança manifestada pela Câmara dos comuns, a qual, por sua vez, refletia o sentimento popular (KUBITSCHKEK, 1974, p. 127).

Constata assim que a democracia brasileira era muito diferente daquela praticada na Inglaterra, se assemelhava mais à existente nos Estados Unidos. Baseava-se num regime pretensamente democrático, visto que as eleições ainda sofriam imposições (“eleitores de cabresto”). De forma que era considerada instável.

[...] um regime à deriva, responsável pela formação de oligarquias municipais e regionais, subordinadas às oligarquias nacionais, das quais a de maior relevo era a denominada ‘Política-do-café-com-leite’, ou seja, a hegemonia do eixo São Paulo-Minas (KUBITSCHKEK, 1974, p. 128).

Com a Revolução de 1930, esse sistema democrático iria se romper, levando o Brasil ao início de uma nova história, com uma democracia funcionando de verdade. Havia muitos movimentos a fim de mudar esse quadro situacional, mas este ficara restrito a alguns setores militares e à juventude universitária. O apoio e a participação do povo na chamada campanha civilista foram o fato concreto que precisava para que as eleições de março de 1930 se tornassem um marco para a história do Brasil, pois o país precisou conquistar, à força, aquilo que não conseguiu com o voto. Essa motivação ainda teve o apoio de três Estados da Federação, Paraíba, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, conquistando a simpatia e o apoio que necessitava para que tivesse êxito.

O médico Juscelino encontrou o seguinte quadro político quando retornou ao Brasil: Getúlio Vargas havia assumido a Presidência do Brasil, recebendo o poder de uma junta

militar composta por dois generais e um almirante, e Washington Luís havia partido para o exílio. De volta a Belo Horizonte, retomou seus trabalhos no consultório, na Santa Casa, e o cargo de médico da Caixa Beneficente da Imprensa Oficial, tendo reatado o noivado com Sarah Lemos e casando-se no ano seguinte (1931).

Gustavo Capanema, oficial do gabinete de Olegário Maciel, visitou os feridos no Hospital da Corporação e deparou-se com a precariedade nos atendimentos. Após assumir o cargo de Secretário de Segurança, resolveu transformar o Hospital Militar em um centro médico moderno. Para trabalhar nesse centro precisava de uma equipe de renome, mas todos os médicos que conhecia já estavam consagrados na profissão, então precisava haver um concurso. A sogra de Juscelino, Dona Luiza Passos, sabendo disso, pediu ao seu outro genro, Gabriel Passos (também secretário de Olegário Maciel) que intercedesse em favor de Juscelino.

Como na época se legislava através de decretos-leis, Capanema resolveu criar um decreto reestruturando o hospital e assim montou a equipe médica, nomeando o urologista Juscelino Kubitschek como responsável por organizar o Serviço de Laboratório e Pesquisas e, após este ficar pronto, passou a chefiar o Serviço de Urologia, ocupando o posto de Capitão-médico.

Embora muito eficiente em seu posto, Juscelino sentia uma inquietação referente aos poderes discricionários de Getúlio Vargas, vindo a situação a se agravar devido à estranha conduta que tinha o presidente em relação a São Paulo: “O Poder democrático havia sido marginalizado” (KUBITSCHKEK, 1974, p. 149). Ele considerava inadmissível a injustiça que se praticava com relação ao estado de São Paulo, que estava sob ocupação militar.

Dizia-se que a Revolução havia sido feita contra o grande estado. E com a vitória do movimento, que lhe arrebatara a presidência da República, na pessoa de Júlio Prestes, candidato eleito, São Paulo precisava ser humilhado (KUBITSCHKEK, 1974, p. 164).

Existia uma discriminação, ou seja, para Minas e Paraíba tudo, para São Paulo, nada. Com isso, gerou-se ódio e ressentimentos, acarretando resultados avassaladores. O governo central desafiava São Paulo, que já se preparava para a reação.

Acompanhei a evolução dos acontecimentos como todo brasileiro que se interessa pelos destinos de sua pátria. No íntimo, porém, sentia que a boa causa estava em São Paulo. Dois anos já haviam passado desde que Washington Luís fora deposto, já era tempo para se reimplantar o regime democrático, com plenas franquias constitucionais para o povo. (KUBITSCHKEK, 1974, p. 164).

Mesmo não concordando com a decisão política de Minas, Juscelino, ocupando o posto de Capitão-médico da Polícia Militar, não poderia fazer comentários contrários às atitudes das autoridades estaduais. Assim como em São Paulo, em Minas as posições já estavam tomadas, portanto, também estava em pé de guerra. Contudo, Juscelino aguardava que, a qualquer momento, fosse enviado para o *front*.

## 2.2 – Início na vida pública, um caminho sem volta

Em 9 de julho de 1932, eclodiu em São Paulo a Revolução Constitucionalista. Às quatro da manhã, Juscelino foi convocado para compor o 1º Batalhão, rumo a Passa Quatro, em Minas Gerais, na região do túnel da Serra da Mantiqueira, quase na divisa com São Paulo. Lá atendia os feridos em situações precárias, tendo como auxiliares o padre Kobal e a Irmã Maria, ambos sem experiência em cirurgia, mas era tudo que JK poderia dispor no momento. “Hospital de Sangue” era uma Casa de Caridade local, na qual ele tratou de adequar as repartições para melhor atender os feridos, que não eram poucos. “A ofensiva contra os paulistas prosseguiu. Sucediavam-se os combates sangrentos” (KUBITSCHKE, 1974, p. 175).

**Fig. 7: Capitão-médico<sup>19</sup>**



**Fig. 8: Em Passa Quatro**



**Fonte:** [http://www.projeto memoria.art.br/JK/biografia/1\\_capitao.html](http://www.projeto memoria.art.br/JK/biografia/1_capitao.html)

A guerra civil instalada em Passa Quatro resultou em casas comerciais saqueadas e mulheres violentadas pelos próprios soldados. Para manter a ordem, Capanema achou

<sup>19</sup> Era capitão-médico quando, a 9 de julho de 1932, eclodiu em São Paulo a Revolução Constitucionalista. Estava casado havia seis meses – desde o dia 30 de dezembro de 1931 – com Sarah Lemos. De uma hora para outra, foi enviado para o front, na região do túnel da Mantiqueira, divisa com São Paulo, que os revoltosos paulistas haviam atravessado.

Fonte: [http://www.projeto memoria.art.br/JK/biografia/1\\_capitao.html](http://www.projeto memoria.art.br/JK/biografia/1_capitao.html).

necessária a organização de um serviço policial e designou o delegado como chefe de polícia, Benedito Valadares. A partir dessa função, Juscelino conhece Valadares e se tornam amigos: “Amizades feitas num teatro de operações de guerra, e que, por isso mesmo, eram sinceras, e se tornaram duradouras” (KUBITSCHKEK, 1974, p. 177).

Após três meses de guerra, Minas sai vitoriosa com algumas ressalvas, foram mais de 1.037 pessoas, entre feridos, mortos e enfermos. Juscelino soube do cessar-fogo, quando em 13 de setembro não se ouvia mais barulho, apenas a irmã Maria que vinha nos corredores gritando “A guerra acabou, doutor!” (p. 187).

Juscelino entendia o que São Paulo almejava com essa luta política:

(...) a tragédia de São Paulo, após a deposição das armas, exigia mais do que simples punição. Impunha compreensão. Benignidade. E, sobretudo, visão de estadista. Não seria possível reconstruir a nação sobre a desgraça da mais rica e evoluída unidade da federação. O que os paulistas queriam? A legalidade organizada. Um sistema democrático em funcionamento. Enfim, um estado de direito (KUBITSCHKEK, 1974, p. 202).

Contudo, a opinião pública era favorável à causa da reconstitucionalização do Brasil. Pressionado por essa opinião, Getúlio Vargas estende a mão aos paulistas, num expressivo gesto de pacificação, depois veio o anúncio de que haveria eleições e a elaboração de uma nova constituição. Com essa medida, Getúlio Vargas se fortalecera politicamente.

Olegário Maciel conservava o título de presidente, ou seja, preservava a soberania estadual, impedindo a interferência federal nos assuntos internos de Minas. Diante dessa independência, ele atrapalhava os planos políticos de Getúlio Vargas. Todas as tentativas de afastá-lo do poder foram em vão, ele sempre saía fortalecido dos conflitos. Contudo, Getúlio Vargas tinha a sorte ou o acaso a seu favor. O afastamento de Olegário Maciel, embora não tenha sido através de suas manobras políticas, foi por obra do destino, visto que Olegário veio a falecer. Assim, Getúlio teve a oportunidade de interromper o liberalismo conservador mineiro, já que antes era quase impossível combater o foco de resistência das reformas políticas e sociais. Agora, nada o impediria de executá-las, e, com a sorte a seu favor, ele ajustou suas manobras para integrar Minas ao contexto revolucionário, que até então estava imune. Juscelino explica a ideia de Getúlio:

[...] o que ele tinha em mente não era a ditadura que mais tarde iria impor ao país, mas a instituição de um Estado cooperativista que eliminasse, através de um sistema representativo classista, a influência dos liberais que até então haviam dominado o cenário político nacional. Nesse sentido, seria de suma importância para o êxito de seus planos que se encontrasse à frente do Executivo mineiro um homem sem filiações

partidárias, uma “criação sua” – como então se dizia –, obediente apenas à voz de seu criador (KUBITSCHKEK, 1974, p. 205).

Como substituto interino, Gustavo Capanema assume a direção do estado, até que Getúlio Vargas escolhesse o sucessor de Olegário Maciel, segundo suas próprias conveniências. Havia dois candidatos fortes para o cargo: Gustavo Capanema, que já ocupava o cargo como interino, e Virgílio de Melo Franco. Nessa época, Benedito Valadares era deputado eleito pelo Partido Progressista nas eleições de 3 de maio. Obedecia aos mandos e desmandos de Getúlio Vargas. Então, pediu a JK uma missão, que fosse falar com Capanema sobre a possível intenção de Getúlio em nomeá-lo para o governo de Minas. Capanema foi avesso a receber ordens de Getúlio, queria total independência para governar.

Depois de idas e vindas, havia sugestões mais a favor de Capanema do que de Virgílio para ser o sucessor de Olegário Maciel no governo de Minas, e eis que Getúlio, contrariando os dois, chama Benedito Valadares e o nomeia Governador de Minas, ao mesmo tempo o coloca em prova de sua devoção, questionando o seu merecimento do cargo. Valadares, surpreso, diz:

A meu respeito presidente, pouco posso falar. Sou um principiante em política. Fui prefeito do meu município e, agora, sou deputado por Minas. Quanto a filiação partidária, era olegarista, mas, com a morte do ex-presidente, sou órfão político. Estou em busca de um pai adotivo (*apud* KUBITSCHKEK, 1974, p. 208).

Valadares tinha malícia e jogo político e, assim, encontrara um pai na política, deixando de ser um órfão partidário. Tempos depois ele é nomeado por Getúlio como interventor em Minas, aumentando seu poder. Disse ao chegar ao Palácio da Liberdade: “Daqui não sairei mais”. Sentia-se dono do estado e faria de tudo para manter seu posto. E assim, ele isola Minas de crises políticas por um período de doze anos.

Logo que Benedito Valadares recebeu a nomeação como interventor de Minas, a amizade por Juscelino, conquistada na revolução constitucionalista de São Paulo, veio à tona. Nesse momento se inicia a vida política de Juscelino. Benedito Valadares o convida para a chefia da Casa Civil. Não querendo contrariar o amigo, ele aceita na condição de que fosse uma ocupação provisória.

Em face daquele gesto, que era uma verdadeira convocação pública, já não me competia mais optar. Aceitei, pois, o cargo. Iria atender o amigo. Mas com uma condição: ficaria no posto pelo período de um ou dois meses no máximo, até que fosse escolhido o titular efetivo [...] (KUBITSCHKEK, 1974, p. 213).

JK estava envolvido em reuniões tanto em gabinetes como em sua casa, socializando no seio da família assuntos políticos. O homem que até então se considerava apenas um médico, vê-se tomado de vez pela política e então percebe que estava inserido em um caminho sem volta. Segundo ele, relutava o tempo todo em não querer entrar para a política, tanto que sempre tentava conciliar o seu trabalho na política com a ocupação de médico. E essa foi uma das condições para aceitar a nomeação proposta por Valadares – que não abandonasse a Medicina.

A primeira obra pública que realizou como chefe da Casa Civil foi em sua cidade natal, Diamantina – tratava-se de uma ponte sobre o Ribeirão do Inferno, permitindo o acesso à cidade de Rio Vermelho. Essa obra pública constituiu na vida dele o primeiro passo da escalada de realizações que, partindo de Diamantina em 1933, iria espalhar-se pelo estado inteiro, e mais tarde, cobrir o país de ponta a ponta. Tratava-se de uma ponte modesta sobre um ribeirão, entretanto, ele mesmo filosofava, “(...) como nos ensina a sentença de Confúcio. A jornada de mil milhas começa por um passo” (KUBITSCHKEK, 1974, p. 220).

O novo Chefe da Casa Civil sentia a necessidade de ajudar sua cidade natal, que estava abandonada e, para isso, precisava resgatar suas vivências, tornar-se conhecido novamente naquela cidade que fora por tanto tempo seu lar. Tinha a intenção de disputar a chefia política de Diamantina. Enquanto estava envolvido nos bastidores do palácio do governo, ele aprendera uma lição que carregaria por toda a vida pública, “para se fazer política, é indispensável tornar-se conhecido” (KUBITSCHKEK, 1974, p. 221). Sabia que devia começar pela base, ou seja, o povo, pôr em sua comunicação a palavra “desenvolvimento”, que, na época, não se usava muito. O sinônimo usado na época era progresso.

Em abril de 1934 Benedito Valadares fez uma comunicação importante ao amigo: “Decidi incluir seu nome na chapa para deputados federais. Esta inclusão representará eleição certa. Agora, quer você queira, quer não queira, vai ser político” (KUBITSCHKEK, 1974, p. 231). Com essas palavras de Valadares, o médico sentiu que estava num caminho sem volta de engajamento na política, é como se ele já não se pertencesse, e passasse a pertencer a um sistema político em processo de evolução. Já o ambicioso interventor Valadares tinha um objetivo na política, o Governo de Minas, e Capanema já deixara claro que ele não era sua opção de voto.

Kubitschek disputou as eleições pelo Partido Progressista (PP) e foi o deputado mais votado de Minas Gerais. Tomou posse em março de 1935 no Palácio Tiradentes.



Valadares foi eleito Governador de Minas. Assim, o mais novo deputado se deu conta de que “(...) o médico já começava a deixar a cena, sendo substituído, aos poucos, pelo político” (KUBITSCHKEK, 1974, p. 234). Durante os três anos que ocupou a cadeira parlamentar, preocupou-se com o aperfeiçoamento dos serviços postais e telegráficos, bem como com a melhoria das condições de trabalho de seus funcionários, realizou algumas viagens (Argentina e Uruguai), a fim de conhecer os programas políticos por lá implantados. Ele dá o seu parecer:

O que vi na Argentina e no Uruguai serviu, de alguma forma para fortalecer a ideia da necessidade de uma política desenvolvimentista no Brasil, no mesmo sentido das conclusões a que chegara ao comparar o quadro de miséria, que observava no Norte da África e no Oriente Médio, com a situação de prosperidade e bem-estar das grandes nações da Europa (KUBITSCHKEK, 1974, p. 240).

Em 1935, a situação política no Brasil volta a ter complicações partidárias no cenário político, e as ideologias extremistas foram responsáveis pela deterioração do país. Getúlio Vargas não estava contente com as limitações de poder, as quais foram impostas após a constituição de 1934, e começou a agir ignorando tais limitações. Forjou-se a ideia de que os comunistas tentariam tomar o poder através de uma Intentona, e o presidente, com forte apoio das Forças Armadas, aproveitou a oportunidade para implantar a ditadura do Estado Novo. Com essa manobra ele consegue “(...) substituir o estado de sítio, previsto na Constituição, mas dependente da aprovação do Legislativo, pelo estado de guerra” (KUBITSCHKEK, 1974, p. 257). Com o estado de Guerra, “(...) criara-se (...) uma ditadura condicional. Os poderes especiais concedidos ao presidente da República poderiam ou não ser utilizados” (p. 258). Getúlio começou as suas medidas de repressão, os que eram contra ou suspeitos de conspiração contra a ordem pública foram presos ou afastados dos cargos e exilados.

Já que os comunistas haviam tentado depô-lo, Getúlio inclinou-se para a direita, afastando-se cada vez mais dos princípios democráticos, que tinham constituído a base da pregação da Aliança Liberal (KUBITSCHKEK, 1974, p. 259).

Enquanto a política no Brasil entrava em estado caótico, Juscelino não deixou sua velha Diamantina de lado. Em 1936, faz campanha para conseguir a chefia política da cidade. Uma forma até então nunca experimentada por nenhum chefe político. Ia de casa em casa montado em um cavalo pedir votos aos eleitores. Com essa medida, tornou-se popular. No dia da eleição ele vence o preito, conseguindo eleger o prefeito e onze dos quinze vereadores. E como demonstração de respeito aos adversários, visita-os em

companhia da esposa Sarah e de Naná, para cumprimentá-los. Dizia que esse era o estilo político que carregaria consigo por toda a vida, ou seja, “(...) lutar, com todas as minhas forças, para vencer o adversário, mas nunca tentar humilhá-lo, após a vitória” (KUBITSCHEK, 1974, p. 255).

Diante desse cenário político, começaram os preparativos para a sucessão de Getúlio Vargas. Benedito Valadares se voltou contra o seu criador, almejando ocupar seu lugar. Não estava integrado no plano continuísta de Getúlio Vargas, ao contrário, permanecia fiel ao regime democrático.

O que Getúlio Vargas jamais imaginou foi que a criatura, afeiçoando-se à sedução do poder, pudesse rebelar-se contra a ascendência de seu criador. [...] Benedito Valadares, após haver desempenhado com absoluta correção o papel de amigo do chefe do governo, começou a julgar-se com direito a ser seu sucessor (KUBITSCHEK, 1974, p. 264).

Antônio Carlos tinha muito prestígio na Câmara dos Deputados e inúmeros líderes políticos desejavam sua candidatura. Então, Valadares começou a campanha para liquidar de vez a intenção de Antônio Carlos de se candidatar. Como era o presidente da Comissão Executiva do partido situacionista, ficaria difícil para Valadares tirá-lo daquelas funções, mesmo porque ele era querido por todos. Em seu jogo político fez de tudo para que Antônio Carlos renunciasse à presidência da Câmara dos Deputados, convocou todos os deputados, inclusive Juscelino, a estar presente. Espalhou a notícia de que Antônio Carlos já não era uma pessoa querida por Getúlio.

Em 1936, na Câmara de Deputados pesava a denúncia de que Antônio Carlos agia em sigilo, realizando entendimentos a sua própria candidatura, mesmo sabendo que Getúlio Vargas não queria que esses assuntos antecedessem sua sucessão. Antônio Carlos negou as acusações e conseguiu convencer os parlamentares da sua inocência, sendo aplaudido e aclamado por todos do recinto: “(...) Só a bancada situacionista mineira, da qual eu fazia parte, conservava-se sentada, esmagada pelo que ocorria no recinto” (KUBITSCHEK, 1974, p. 269). Como correligionários e amigos de Valadares, eles não poderiam deixar de apoiá-lo naquele momento.

Em 1936, a situação do país continuava um caos. O estado de guerra continuava em plena função. Benedito Valadares estava sempre com Getúlio Vargas, mas depois de sua tentativa fracassada de acabar com Antônio Carlos, naquele momento, tentou sondar os pensamentos de Getúlio sobre sua sucessão com mais cautela.

O plano “continuísta” estava a todo vapor nos bastidores. Getúlio Vargas ignorava o que se passava a sua volta, bem como os jogos políticos que circulavam. Juscelino sentiu

que estava sobre areia movediça, teria que ter cautela ao pisar e um olhar minucioso, pois um passo errado poderia não ter volta. “Só através de uma ampla discussão do problema é que poderíamos desencorajar os que tramavam contra a permanência do regime democrático” (KUBITSCHKEK, 1974, p. 287).

Benedito Valadares continuava com seus jogos perigosos que circundavam a sucessão de Getúlio Vargas e não incluía Juscelino, visto que sabia que o amigo era avesso a suas ideias antidemocráticas. Preferia mantê-lo longe de seu jogo político, embora a amizade entre ambos se mantivesse intacta. “Minhas divergências com Benedito Valadares não eram, assim, de caráter pessoal. Mas de natureza política” (KUBITSCHKEK, 1974, p. 319).

As eleições presidenciais estavam marcadas para janeiro de 1938. Entre as candidaturas duas se destacavam, o líder paraibano José Américo de Almeida e o governador de São Paulo Armando de Sales Oliveira, ambas contrárias ao continuísmo de Getúlio Vargas, até mesmo correndo o risco de serem afastados do cenário político. O discurso de Armando Sales estava voltado para a Constituição, totalmente a favor do regime democrático, e José Américo vinha constantemente atacando Getúlio Vargas na imprensa. A partir dessas premissas, Benedito rompe a amizade com José Américo, e juntamente com Getúlio Vargas não vê outra saída para se manter no poder. Precisou articular ideias a fim de que barrassem essas candidaturas a qualquer preço. Para isso, propôs a Vargas um golpe. No maior sigilo começou a elaborar uma nova Constituição, para todos os efeitos as eleições aconteceriam de acordo com o que determinava a Justiça Eleitoral. Juscelino foi excluído nos planos de Valadares e explica a razão,

Àquela altura Benedito começava a ter reservas comigo. A reserva era, contudo, explicável. Ele sabia que eu era contrário ao ‘golpe’, que defendia a realização de um pleito limpo e sem coação, e que reprovava, com a maior franqueza e em todas as oportunidades que se me ofereciam, a conspiração continuísta (KUBITSCHKEK, 1974, p. 300).

Com o apoio de Getúlio Vargas, Valadares fez mudanças no texto da nova Constituição, fazendo constar que os governadores tivessem o direito de nomear livremente os prefeitos. Nessa hora o país mergulhava novamente na fase de ilegalidade. Nas entrevistas, Juscelino manifestava sua opinião, dizendo que “(...) Julgava que o regime deveria ser consolidado através de eleições livres, com os governos se sucedendo de acordo com a vontade soberana do povo” (KUBITSCHKEK, 1974, p. 310). Valadares mandou um recado para Juscelino, “Diga a Juscelino que ele está falando demais. Os acontecimentos estão se precipitando” (*apud* KUBITSCHKEK, 1974, p. 311).

Naquele período restabeleceu-se o estado de guerra<sup>20</sup>, causando um total rebuliço, a imprensa foi censurada e ninguém teve acesso às informações, conseqüentemente as candidaturas foram suspensas. Kubitschek, prevendo o que estava por vir, chegou em Belo Horizonte, retirou de seu carro a placa verde e amarela com as iniciais “C.N.” (Congresso Nacional) e voltou às suas funções de médico. A partir daí, tornou-se um ex-deputado, vindo a renunciar também, logo depois, à chefia política de Diamantina.

No dia 10 de novembro de 1937, com o golpe, o Brasil estava sobre o domínio da chamada revolução do Estado Novo<sup>21</sup>. Houve muitas conseqüências, dentre elas, jornais foram fechados, políticos foram presos e exilados, partidos políticos foram extintos e o regime constitucional já não existia. O ex-deputado Juscelino lamentou o acontecido:

Durante algum tempo, cheguei a sonhar, a nutrir a ambição de escalar a montanha; a desejar contemplar, do topo, a paisagem. Tinha alguns princípios, aos quais fora fiel. Deles, a Democracia havia sido o principal (KUBITSCHKEK, 1974, p. 315).

Getúlio Vargas queria governar com sua própria “cartilha”, ou seja, sem a participação do Congresso, denominando-se o Ditador. Com essa forma egocêntrica de governar, demitiu vários governadores, substituindo-os por membros de confiança. O único governador que se manteve no cargo foi Benedito Valadares.

Quanto à representatividade de Valadares, durante todo esse processo de instauração do Estado Novo, Juscelino expõe sua impressão sobre o amigo:

Sentia-se como um eleito do destino, E tinha motivos para pensar assim. O fato real, positivo, inquestionável, é que fora ele que, pressentindo a crise no ar, tomara-a nas mãos e a convertera num ato político. E o fizera por iniciativa própria, em oposição à opinião de todos os conselheiros, inclusive de muitos dos seus amigos íntimos (KUBITSCHKEK, 1974, p. 319).

O fato é que Valadares sabia manipular o presidente de acordo com suas convicções. Ele sabia que essa “Ditadura provisória” era essencial no momento, e a interrupção do processo democrático era a única forma de manter Getúlio Vargas no poder. Embora o amigo, com sua humildade, achasse o contrário, para ele a crise poderia ser solucionada de outras formas.

Exercendo suas funções de médico e tentando reconquistar sua clientela, JK acompanhava a movimentação política nacional e internacional. No período entre 1937 e

---

<sup>20</sup> Decretado no Brasil nos anos de 1936 e 1937, o estado de guerra tinha o intuito de suspender todas as garantias constitucionais consideradas direta ou indiretamente prejudiciais à segurança nacional.

<sup>21</sup> O Estado Novo ficou marcado na política como um governo ditatorial, presidido por Getúlio Vargas, e que durou oito anos (de 1937 a 1945).

1940, aventurou-se no ramo de comerciante, juntamente com seu cunhado Júlio Soares e o amigo Dorinato Lima. Abriram uma firma comercial, um armazém atacadista em Belo Horizonte. A firma dava mais despesa do que lucro, então a fecharam, liquidaram a dívida e sobraram 100 contos de réis para cada sócio.

Minas não sofreu muito com o regime do Estado Novo, pelo contrário, continuava tudo como era antes. Benedito Valadares gozava de muito prestígio como governador. No início de 1940, chamou Kubitschek no Palácio e disse que iria nomeá-lo prefeito de Belo Horizonte. A princípio o amigo ficou extasiado com a nomeação, mas lembrou que havia prometido a si mesmo que não voltaria mais a se envolver com política. Após uma breve explicação sobre o fato de não poder aceitar o convite, Valadares disse a palavra-chave para tentar convencê-lo: “Vamos caminhar para a democratização, Juscelino” (KUBITSCHEK, p. 349). Após uma breve reflexão, ele ainda se mantinha na negativa.

No dia 15 de abril de 1940, dois meses após o convite, Juscelino ficou sabendo que sua nomeação a prefeito de Belo Horizonte fora publicada no diário Minas Gerais, o diário oficial do estado. Mesmo sendo contrário à nomeação, dois dias depois tomou posse. Diante desse novo desafio, Juscelino deparou-se com a realidade da prefeitura, cofres vazios, arrecadação de impostos precários e muitas dívidas. Então, empréstimos foram feitos para que a máquina administrativa voltasse a funcionar as engrenagens. O novo prefeito comparou Belo Horizonte com um órgão humano, que necessitava de um check-up geral.

Tratava-se de um organismo também integrado por órgãos similares. Ruas, que eram artérias e veias. Sistema respiratório. Rede de tráfego, que era uma modalidade de circulação sanguínea. Parques que se assemelhavam a pulmões. Apenas, o meu trabalho seria diferente. Como médico, sempre tivera por objetivo o bem-estar do próprio paciente. Mas como prefeito, iria sanar enfermidades urbanas (KUBITSCHEK, 1974, p. 355).

Em suma, Juscelino tornou-se prefeito, mas se recusava a deixar de ser médico. No entanto, quando percebeu que já se achava tomado pela política, não viu outra solução a não ser se despedir da carreira, chegando à conclusão de que já não era mais um médico cirurgião de humanos, e sim um político cirurgião de obras.

Fazia questão de dizer que era político sim, mas mantinha intacto o menino Nonô de Diamantina dentro de si, com sua simplicidade e seu carisma. Abria ruas, rasgava avenidas e criava bairros. Segundo ele, realizava seus trabalhos em tempo recorde, não para se vangloriar ou se autopromover, mas para ressaltar a particularidade do seu temperamento, ou melhor, a capacidade de se adequar a qualquer gênero de trabalho.

Como podemos perceber, naquele menino, que sonhava em ser médico, talvez imperceptivelmente o sangue político já corresse em suas veias. Juscelino colocava-se como um homem de fé e dizia acreditar em destino, esse fato é constatado quando ele utiliza uma frase do livro *O medo da liberdade* de Erich Fromm, “Quando o homem nasce, o cenário já está montado para ele” (*apud* KUBITSCHEK, 1976, p. 69). Ao chegar à conclusão de que já não podia mais ser médico, se vê diante de um dilema. “Ao renunciar à Medicina, encontrei-me, pois, como se estivesse em face de um muro. Avançar? Impossível. Voltar? Seria acomodar-me a uma situação que julgava já superada” (KUBITSCHEK, 1976, p. 69). Aquele caminho que escolhera naquele momento só poderia ter uma saída, a de avançar em seus ideais e jamais retroceder.

## CAPÍTULO 3 - ASCENSÃO E QUEDA FRENTE AOS DESAFIOS DO PROGRESSO

---

“Assim, a mais notável obra de Juscelino foi a criação de uma nova consciência para o brasileiro: forte, seguro de suas potencialidades, capaz, orgulhoso, determinado, crente e esperançoso no futuro do Brasil. A obra de JK, toda voltada para o homem, certamente, tirou-nos daquela postura dependente e mesmo subserviente em que vivíamos. Só o que vinha de fora era bom, só o importado – pessoa, coisa e até mesmo ideia merecia credibilidade. JK fez o Brasil crer-se uma grande nação, com um grande povo e um futuro grandioso à sua frente. Brasília está aí atestando nossa capacidade. A indústria, a educação, a saúde e a agricultura, servidas por uma dinâmica nunca antes conhecida, eram a prova de que o Brasil mudara e crescera”.

(Affonso Heliodoro)

O terceiro capítulo visa analisar as duas obras do *corpus* dessa pesquisa. Primeiramente, analisaremos o volume dois, intitulado *A escalada política*, refletindo sobre a trajetória política do ex-presidente, considerando a narrativa pela ótica do estadista, bem como suas estratégias governamentais, e como foi considerado como um presidente empreendedor pelas suas metas idealizadas e concluídas durante o período em que foi prefeito de BH, governador de Minas Gerais e presidente do Brasil, mesmo diante de uma nação cuja instabilidade política dominava - e ainda domina - o sistema econômico e social.

*A escalada política* compõe, como dito no parágrafo anterior, o segundo volume de suas memórias e já estava composto e revisado por ele antes de sua morte. Dividido em 61 capítulos, descreve detalhadamente cada momento específico de sua rotina na política, compreendendo basicamente o período em que ele foi nomeado prefeito de Belo Horizonte-MG, até o dia da sua posse como Presidente do Brasil.

A análise será dividida em duas partes, sendo que a primeira será pautada especificamente no segundo volume, procurando estabelecer uma relação entre seus ideais políticos, a defesa da democracia e o preço que ele teve que pagar diante de um governo autoritário, primeiramente sob o regime do Estado Novo e, posteriormente, como vemos nos capítulos anteriores, ele viria a ser perseguido pelos militares pós-64 também. Serão postas em discussão as obras que ele realizou durante o tempo em que foi prefeito

de BH e governador do estado de Minas Gerais, sua ousadia em desafiar a falta de recursos públicos, não usando isso como empecilho para ficar “de braços cruzados”, pelo contrário, “arregaçava” as mangas e enfrentava aquilo que era considerado por outros, muitas vezes, um problema sem solução.

Durante sua gestão na prefeitura municipal da capital mineira, foi considerado pela população como um “prefeito furacão” por começar e terminar suas obras em tempo recorde. No governo de Minas usou o *slogan* “O ‘Binômio’: Energia e Transporte” a fim de atender às necessidades do desenvolvimento do estado. Nesse segundo volume, JK relata o processo que desencadeou sua candidatura, bem como as campanhas eleitorais, sua eleição à Presidência da República e sua posse, sob efeito da resistência de poderosas forças adversárias.

Em um segundo momento, a atenção será especificamente voltada para discussões e reflexões sobre o terceiro e último volume de suas memórias, *50 anos em 5*, que diz respeito especificamente à sua atividade presidencial e à realização das trinta Metas e da Meta-Síntese, a construção de Brasília. Além disso, nesse volume o ex-presidente aponta diversos problemas e obstáculos enfrentados, bem como sua ânsia de transformar o Brasil em um país desenvolvido, questões que lhe causaram transtornos e resistência por parte da oposição.

O Empreendedorismo no Setor Público (ESP) surge, na Administração Pública brasileira, na segunda metade do século XX, quando os governantes passaram a conceituar o termo e internalizá-lo. Entretanto, a ação empreendedora tornou-se elemento indispensável para o desenvolvimento das organizações públicas, por elencar comportamentos como pro-atividade, capacidade de se arriscar e inovar. O termo passou a ser usado tanto no âmbito de gestão quanto no âmbito político. Segundo Camargo e Farah, “O termo empreendedorismo aponta para a execução de planos ou impulsos para a realização de um negócio ou para a introdução de uma nova inovação de gestão numa organização já estruturada” (CAMARGO; FARAH, 2010, p. 22).

Contudo, tentaremos definir quais foram as figuras políticas que se destacaram e influenciaram, ou mesmo tiveram participação ativa em sua gestão, bem como na sua vida pessoal, seja como aliados ou mesmo como seus inimigos partidários.

O tempo todo ele sabia que, para realizar seu plano de governo, precisava formar alianças, inclusive com seus opositores. Convenhamos que para a implementação do Programa de Metas, ele dependia de financiamentos externos e para isso precisava manter a ordem, aliando-se aos militares, garantidas pelo Ministro da Guerra, ou seja, para que o



processo de desenvolvimento tivesse êxito, necessitaria de acordos. Esse é um dos pontos que também merece reflexão, visto que essa era umas das inúmeras características do ex-presidente, o poder e habilidade persuasiva de controlar seus amigos parlamentares e manter seus inimigos ao seu lado, dando-lhes cargos a fim de mantê-los passivos e “por perto”.

Uma outra questão a ser vista será a das várias tentativas de seus opositores de desencadear golpes, a fim de impedir JK de assumir cargo ou mesmo de se candidatar, tentando bani-lo da vida pública, golpes em geral orquestrados por militares através de processos, inquéritos e acusações de corrupção, resultando na cassação de seus direitos políticos.

Em suma, político até nas horas de escrever suas memórias, Juscelino Kubitschek se mostra um homem habilidoso e artiloso na arte de persuadir pessoas que vinham ao encontro de seus interesses. É essa a imagem que o ex-presidente passa ao leitor de suas memórias, pois, a todo momento, ele se autopromove dizendo que não era homem de gabinete e sim dos canteiros de obra. Tinha seus amigos escritores, mas mantinha-se em comunhão passiva até com seus opositores.

Sua maior aspiração era levar a capital mineira ao progresso e depois, já como presidente, o Brasil a um patamar elevado de desenvolvimento social e econômico. Com base em dados levantados em minha pesquisa, não temos dúvida de que sua gestão presidencial teve como alicerce o empreendedurismo. Em pouco tempo de governo levou o país a altos índices de desenvolvimento. Em suas memórias o político Kubitschek faz questão de frisar a intenção que tinha ao expor sua vida política:

Quem se der ao trabalho de ler estas memórias haverá de verificar que um sentimento, de natureza muito especial, sempre predominou na minha personalidade. Trata-se de um impulso interior - talvez resquício de mentalidade característica dos faiscadores - que sempre me levou a correr um risco calculado e, ao fazê-lo, ter a satisfação de ver o êxito coroar, no fim, a minha audácia (KUBITSCHKEK, 1976, p. 21).

Para melhor compreender o processo analítico que propõe esse trabalho, abordarei a questão cronologicamente, iniciando pelo ano em que, segundo o próprio JK, Benedito Valadares o nomeia como prefeito de Belo Horizonte, mais precisamente no final do primeiro volume. A princípio, Juscelino nega a proposta, mas o governador de Minas Gerais o faz refletir com uma frase: “Vamos caminhar para a democratização, Juscelino” (*apud* KUBITSCHKEK, 1974, p. 349). É evidente que esse assunto era de seu interesse, visto que era um democrata convicto. Ao assumir a prefeitura, poderia colaborar

para que o Estado Novo de Getúlio se encerrasse e o regime democrático voltasse, mas no momento ele estava um tanto desapontado com a política e negava a se envolver novamente, então a princípio recusa. Mas o amigo Valadares ignora sua vontade e publica sua posse no Diário Oficial, assim ele não vê outra saída a não ser “mergulhar de cabeça” nos propósitos da política.

Em 1940, ano de sua posse na prefeitura de BH, o mundo via-se frente a uma Guerra que devastava a Europa, e a França vivia momentos de agonia. No Brasil, eram dias de apreensão, vivendo sob o jugo do Estado Novo instaurado por Getúlio Vargas. Embora o Brasil quisesse se manter distante das potências em choque, havia por parte do governo a intenção de discutir a volta do regime democrático. No entanto, os conflitos tomaram outros rumos. No dia 5 de junho de 1940, ocorreu a queda de Dunquerque, com isso a Itália entrou no conflito, possibilitando a entrada dos alemães em Paris.

1940 fora um ano de devastadoras vitórias para as potências do Eixo. Subjugado o continente europeu, Hitler voltara suas vistas para a Grã-Bretanha, que havia passado a suportar sozinha todo o peso da guerra. Laval, líder da França colaboracionista, declara em novembro: “A democracia está morta”. E Hitler, tripudiando sobre a realidade histórica, jactara-se num discurso em Munique: “Em poucos meses, a Alemanha implantou, de fato, a liberdade neste continente” (KUBITSCHKEK, 1976, p. 39).

Tudo isso repercutindo no Brasil, o presidente Vargas recua e discursa: “Sentimos que os velhos sistemas e fórmulas antiquadas entram em declínio” (*apud* KUBITSCHKEK, 1976, p. 34). Foi nesse contexto de ver seu sonho ir se desvaindo que JK busca força para dar continuidade a seus ideais políticos e decide transformar Belo Horizonte, iniciando obras consideradas para todos como mirabolantes e com gastos desnecessários, fato que culminou com JK sendo considerado um “prefeito furacão” por querer iniciar e terminar suas obras em um curto espaço de tempo.

Em 1940, a capital mineira já não era mais aquela cidadezinha de interior, que eu havia encontrado quando ali chegara, para fazer o concurso para os Telégrafos. Transformara-se numa metrópole, com 284 mil habitantes, sendo a terceira das mais importantes do país. Em face disso, julguei que deveria ampliar e emprestar um sentido novo à minha ação administrativa. Calçamento, novas redes de esgoto, iluminação moderna, bairros urbanizados, e centro de turismo – tudo isso já estava feito. Chegara a hora, pois, de cuidar do espírito (KUBITSCHKEK, 1976, p.73).

Como disse no início dessa reflexão, de acordo com a narração de suas memórias, o político desafiava suas próprias convicções, para ele nada era impossível, naquele momento, contra tudo e todos, ele começava e concluía suas obras, mesmo sabendo que o cofre da prefeitura estava vazio, fazia acordos, trocas de favores, empréstimos, entre

outros artifícios, como por exemplo, percorrer de bairro em bairro pedindo a colaboração de todos, dizendo: “Será tirando um pouco de cada um que obterei os recursos, de que necessito, para modernizar a cidade” (KUBTSCHEK, 1976, p. 42). E foi assim que os funcionários da prefeitura por ele comandada terminaram a construção de uma avenida em apenas três dias e o conjunto arquitetônico da Pampulha em tempo recorde, nove meses.

Quanto à sua crença de que um dia o Brasil poderia tornar-se um país democrático, ele a manteve, mesmo havendo a proibição de pregação dos ideais de liberdade, com a imprensa e o rádio estando sob o controle do governo, Juscelino convertia a sociedade em centros de debate, assim ele poderia manter vivo nos espíritos o amor à democracia.

Os dois políticos tinham personalidades fortes - enquanto Vargas era um líder autoritário, Juscelino acreditava que para ser líder tinha que exercer a função de mediar, ser transparente, ser digno de admiração e extremamente competente. Contudo, sabemos que líderes também desempenham suas funções de maneira negativa, sendo muitas vezes dissimulados, deploráveis e ineficientes. A meu ver, um líder para ser eficiente em sua função tem que apresentar-se como uma pessoa justa, competente e com bom caráter. Assim ele poderá ser uma figura carismática, capaz de mover multidões.

. Contudo, essa trajetória teve, entre muitas conquistas, alguns infortúnios que lhe causaram muito desgostos e perseguições políticas pelo Regime Militar da época. A principal questão a ser analisada no presente capítulo é compreender como o ex-presidente soube manter-se um ser histórico, devido a sua trajetória na conjuntura da política brasileira, em meios a inúmeros fatores, dentre eles, golpes, perseguições políticas e tentativas públicas de desmoralização.

Tendo seus direitos políticos cassados e sofrendo perseguições pela oposição a fim de desmoralizá-lo perante uma população que o “idolatrava”, não viu outra solução a não ser optar pela escrita memorialística, a princípio, com a finalidade de se defender das inúmeras acusações que lhe eram lançadas aleatoriamente, e depois, através das suas memórias, permanecer nas lembranças e na história de sua nação, não como um homem “perfeito”, mas sim como um homem que lutou com todas as forças para manter o regime democrático e também pela ousadia e determinação, em levar o Brasil a um patamar diferenciado de desenvolvimento.

### 3.1 – Consolidação de um presidente: Acaso ou artimanha política?

“A política pode ser a arte de engolir sapos, mas é, também, o exercício do ceticismo nos bastidores, ceticismo que se transforma em ato de fé quando a ação passa das coxias para o palco”.

(Carlos Heitor Cony)

Início com a epígrafe de Carlos Heitor Cony, que acentua um lado negativo do fazer político, aquele que o considera como a “arte de engolir sapos” e de fazer acordos e negócios com todos, inclusive com adversários e inimigos. Contudo, como o próprio Cony também destaca, há que se exercitar também certo ceticismo, em outras palavras, não devemos acreditar em tudo que afirmam, mesmo se tratando de fatos históricos e/ou de textos memorialísticos, documentários, depoimentos etc. devemos sempre considerar – ou desconfiar – da intenção de quem os conta, e de como conta.

Pensando nos dizeres de Cony, com base no segundo livro de memórias de JK, intitulado *A escalada política*, mergulharemos na trajetória do ex-presidente, expondo seus jogos, artimanhas e tramoias políticas, tanto dele como de seus opositores, a fim de manter-se no poder.

Em 1940, período em que foi nomeado à prefeitura de BH, o Brasil repercutia a crise provocada pela guerra dos Aliados (França, Inglaterra, EUA e URSS) contra o eixo Alemanha, Itália e Japão. A controvérsia, aqui, era imensa, principalmente pelo regime autoritário comandado por Getúlio Vargas (admirador dos métodos administrativos de Mussolini), havendo uma grande preocupação em saber de que lado Getúlio Vargas ficaria, bem como quais seriam as possíveis consequências que adviriam de uma vitória dos Alemães comandados por Hitler. Era a época dos totalitarismos, tanto de esquerda (Stálin, por exemplo) quanto de direita (Hitler, Mussolini, Vargas).

Aquele ano apresentava-se particularmente crítico para o Brasil. Getúlio Vargas relutava em se envolver na guerra, entre outras coisas pesava sua admiração por Mussolini, alegava não existirem razões para se aliar aos Estados Unidos e, por isso, assumia a neutralidade no conflito. Para Juscelino, Getúlio era um ditador travestido em republicano. Segundo ele, o Presidente governava em regime de exceção, como ditador, autocrata, castrador de todas as garantias individuais. Durante seu mandato, aplicou censura prévia nos meios de comunicação, outorgou nova Constituição e dissolveu a Câmara e o Senado. Decretou ainda o fim dos partidos políticos acabando, na realidade, com qualquer vestígio democrático no Brasil.

O presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, com interesse e olhos voltados para o Nordeste do Brasil, região estratégica que podia servir como local de abastecimento e repouso de tropas norte-americanas a caminho de batalhas no norte da África, aplicava a política de boa vizinhança, tapando os olhos para os processos administrativos de Vargas e ajudando-o com empréstimos, sobretudo, para a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda. Getúlio acabou cedendo aos americanos o direito de usarem as bases militares de Belém, Natal e Recife, bem como autorizou o envio de tropas brasileiras para combates, com os aliados, na Europa.

Juscelino era contrário ao Estado Novo de Getúlio, para ele a democracia era a melhor forma de se governar, e foi com essa justificativa que ele diz ter aceito o convite de Benedito Valadares para assumir a prefeitura de Belo Horizonte. Ele relata esse momento de sua decisão em retornar para a política. “Lembrei-me do que Benedito Valadares me dissera, dois meses antes, quando me convidara para a Prefeitura: ‘Vamos caminhar para a democratização’ ” (KUBITSCHKEK, 1976, p. 17).

Em suas memórias, JK salienta o fato de ter relutado ao aceitar a nomeação, por parte de Benedito Valadares, devido ao fato de ter esperanças na volta do regime democrático. Mas, na verdade, segundo Marcondes Cabral (1995), o que havia por trás da recusa de voltar à política era o fato dele ter passado por dificuldades financeiras após sua tentativa de entrar no congresso em 1937. JK também foi surpreendido pelo decreto de Getúlio que fechou o Congresso e dissolveu os partidos. Com isso, Kubitschek havia se endividado muito para fazer campanha. Durante esse período, abandonou seu posto de médico, dedicou-se arduamente aos comícios e inclusive chegou a hipotecar sua casa.

Sua situação só foi recuperada com ajuda dos amigos e principalmente do seu cunhado. Começou atendendo nas regiões periféricas e aos poucos foi aumentando sua clientela. Com o passar do tempo, foi recebendo propostas para voltar à política e foi recusando todas, sempre alegando que desejava dedicar-se exclusivamente à Medicina. De acordo com Cabral, Valadares estava com uma viagem marcada dali a poucas horas para Araxá, onde iria se encontrar com Getúlio Vargas, em comemoração ao seu aniversário, e, antes de ir recebeu Juscelino para comunicar sua decisão.

Benedito Valadares recebeu Juscelino de pé, e foi falando de um só fôlego que desejava vê-lo prefeito de Belo Horizonte que sua posse seria em seguida, [...] e antes que Juscelino pudesse responder, despediu-se e saiu da sala de audiências (CABRAL, 1995, p. 189).

Após assumir a prefeitura, o prefeito fundamentou-se em um discurso de modernidade e progresso, levando-o a idealizar projetos tanto nos aspectos

infraestruturais como os superestruturais, ou seja, seus empreendimentos abrangeram mudanças não apenas no âmbito material, como uma nova reestruturação e planejamentos urbanos, mas também na esfera cultural, através da Exposição de Arte Moderna e do projeto arquitetônico da Pampulha. Como médico, passou a analisar Belo Horizonte como uma cidade “doente” e que precisava ser tratada.

A ideia do “novo” era uma característica impregnada em sua conduta, que buscava, através da arquitetura, conduzir o processo de modernidade da capital. Juscelino, na figura de prefeito, apenas foi coerência com a orientação nacional, absorvendo as modernas normas de arquitetura e planejamento, sugerindo que a cidade se igualizasse em termos de modernização às principais cidades do mundo. Entretanto, para que o “novo” seja instaurado é preciso se livrar do “velho”. Esse é um ponto que merece destaque na administração do “prefeito furacão”.

Segundo JK, seu gabinete não era um recinto sagrado só para os privilegiados, “A primeira providência que tomei foi de transformar o grande salão de recepção no gabinete do prefeito. E nele me instalei, de portas abertas, para receber à tarde quem quer que desejasse me falar” (KUBITSCHER, 1976, p. 18). Contudo, sabemos que qualquer mudança, tanto no campo arquitetônico como no planejamento urbano, acaba prejudicando – e empurrando para uma miséria maior – quem vive em periferias, favelas, cortiços, etc. Muitos desses homens simples da época possuíam carroças puxadas a burro, que foram utilizadas e exploradas na atividade de abertura de ruas e estradas:

Anunciei que a Prefeitura estava contratando carroças, e logo se apresentaram os proprietários desses obsoletos veículos. Contratei as unidades que se encontravam disponíveis e a notícia, circulando nos subúrbios, fez com que numerosos outros candidatos se apresentassem, pleiteando contratação. Uma semana mais tarde, as carroças se elevavam a cerca de 10 mil. Em face dessa providência, a nova avenida foi rasgada numa velocidade incrível, proporcionando novos pulmões para a respiração da cidade. (KUBITSCHER, 1976, p. 25-26).

Num outro parágrafo, JK parece desmerecer esses trabalhadores e enaltecer apenas os animais.

Os burrinhos despertavam a curiosidade pública. Trabalhavam em silêncio, arrastando suas carroças, sem que ninguém precisasse tangê-los. Assim, o aterro prosseguiu, batendo recordes diários de cubagem da terra removida. Interpelado por um jornalista, defini, numa frase, pilheriando, o valioso trabalho que aqueles humildes animais vinham prestando: “São os dez mil servidores mais fiéis de que disponho na Prefeitura” (KUBITSCHER, 1976, p. 26).

A piada tenta encobrir a falta de valorização do trabalhador e a segregação social, ainda que maquiada pelo discurso do político “preocupado” com o bem-estar à população para quem, quer fazer crer, ele é um benfeitor. O outro lado da moeda? Por exemplo: as novas áreas de lazer, tais como a Pampulha, deveriam ser próximas aos bairros residenciais, longe da parte central, para isso foram necessárias as desapropriações: “Tendo por lema combater a rotina, decidi discutir pessoalmente as desapropriações com os proprietários dos imóveis. A discussão era na rua, conduzida informalmente, de forma a se ganhar tempo” (KUBITSCHEK, 1976, p. 29). Segundo Plamblel, entre as desapropriações que ocorreram, a Fazenda Dalva deu lugar à construção da cidade universitária, e o terreno na Nova Suíça para a construção da Escola Técnica Federal (PLAMBLEL, 1997, p. 216).

O professor Agache, urbanista de fama internacional, convidado para opinar sobre o projeto para a Pampulha, colocou-se contrário às ideias de Juscelino. Para ele, deveriam ser construídos, naquele local, cidades-satélites, um núcleo abastecedor da capital, opinião essa que Juscelino mesmo relata.

Aliás, a má impressão que lhe haviam causado os subúrbios contribuíra para que se fixasse nessa ideia. Falou-me na necessidade da criação não só de uma, mas de diversas cidades-satélites, que funcionariam como entrepostos para atender às exigências da expansão crescente de Belo Horizonte (KUBITSCHEK, 1976, p. 31).

É evidente que, em seu projeto de “higienizar” Belo Horizonte, não estava em seus planos ser a favor das ideias do urbanista Agache. O que ele queria era exatamente o contrário. Era afastar o lado “feio” e dar lugar ao moderno: “[...] a formação de um grande lago artificial, rodeado de residências de luxo, com casas de diversões que se debruçassem sobre a água” (KUBITSCHEK, 1976, p. 31). Como podemos observar, JK tinha um único propósito, o de eliminar o cenário de pobreza. Portanto, foi inevitável a segregação social.

A postura adotada por Kubitschek em sua administração é marcada pela intervenção do poder municipal, cujo intuito era de acabar com as condições de miséria, insalubridade e marginalidade, diante de suas ações discriminatórias, atingindo os setores populares, no momento em que os transfere para locais mais afastados do centro, contidos na remodelação da cidade moderna através da remoção dos operários, ficando no centro apenas as classes média e alta, desfrutando da Pampulha com o Cassino, a Casa do Baile, o Iate Clube, lugares privilegiados para a elite mineira.

Entretanto, ele adotava uma postura humilde, de “homem do povo” frente às suas necessidades, e era assim que ele ganhava pontos na opinião pública.

Quando mudei o gabinete para o salão de recepção da Municipalidade, estava à disposição de quem me procurasse, das 4 às 6 da tarde. Não existiam portas fechadas e nem antessalas, repletas de pessoas à espera de audiência: todos eram atendidos pela ordem de chegada. [...] O resultado da conversa era anotado pelo secretário que me acompanhava, para as providências imediatas (KUBITSCHKEK, 1976, p. 27).

Como ele mesmo dizia, “De um momento para outro, porém, tomei um rumo diferente: ao invés de médico passei a ser político” (KUBITSCHKEK, 1976, p. 45). E como político, as técnicas e artimanhas faziam parte do seu novo posto. A aproximação com o povo também fazia parte do jogo político, embora, muitas vezes, dizia fazer parte de sua personalidade, que tinha facilidade de se adaptar a qualquer gênero de trabalho. Um homem urbano, cujo destino era “abrir ruas, rasgar avenidas e criar bairros” (p. 45). Naquele momento, o ser político já prevalecia sobre o médico.

A época do *Prefeito Furacão* já havia passado. O pejorativo diluíra-se no ar, em face da nova fisionomia da cidade. Além do mais, o “cargos não me subira à cabeça”: permaneci acessível, acolhedor, bem humorado, incapaz de um ressentimento. Entrava em todas as casas. Os meninos tratavam-me com familiaridade, como se eu fosse um deles. Muitas crianças, nos bairros pobres, se dirigiam a mim desta maneira encantadora: “Ei Juscelino” (KUBITSCHKEK, 1976, p. 45).

O fato mais consistente é que, durante as primeiras décadas do século XX, havia uma preocupação com o planejamento urbano. Com a industrialização em pleno vapor, a consequência principal foi o surgimento, aos poucos, de cidades superpovoadas, devido à migração de mão-de-obra do campo, o que acarretou na existência de muitos cortiços no entorno das capitais. Isso começava a acontecer em cidades do Brasil como Rio de Janeiro e São Paulo, e em outros locais do mundo considerados desenvolvidos, como por exemplo, Nova York, Londres e Paris. Em decorrência do aumento dessas moradias aglutinadas, os governantes começaram a se preocupar com sua ocupação, uma vez que estas constituíam-se de pontos de violência e de insalubridade, devido à falta de saneamento adequado, e também prejudicavam a estética urbana. Juscelino, diante de suas obras imediatas ao assumir a prefeitura de Belo Horizonte não fugiu desse padrão estabelecido da política higienista. No entanto, ele diz o contrário, ao afirmar que, “[...] as obras que havia realizado não obedeceram a imposições políticas e nem foram condicionadas pela preocupação de atender a áreas privilegiadas. Visaram, tão-somente, ao bem-estar da coletividade” (KUBITSCHKEK, 1976, p. 68). Convenhamos que os moradores de BH, naquela época, estranharam a forma como o prefeito demonstrava tanta



dedicação na criação da Cidade Jardim: “A criação desse bairro era motivo de comentários em Belo Horizonte” (KUBITSCHEK, 1976, p. 72).

O próprio prefeito estabeleceu a classe social que iria ocupar aquele espaço, no momento em que ele estipula o alto padrão das residências, jardins que deverão estar floridos o ano todo, além da proibição de muros divisórios, a iluminação com modelo especial, fiação subterrânea e postes de cimento armado. Em seu texto, ele explica sobre as críticas e como ele as administrava, ou seja, com desdém ou até mesmo com um ar de cinismo.

Esse cuidado posto no planejamento de um bairro acabou dando motivos a anedotas. Sempre aceitei as com espírito esportivo as críticas feitas à minha administração. No caso da Cidade Jardim, julgava até que aquelas anedotas serviam para promover o bairro. De fato, era fora do comum o interesse dos homens de recursos pelo novo setor urbano. Todos queriam adquirir seu lote ali (KUBITSCHEK, 1976, p. 72).

Basicamente, a Prefeitura de Belo Horizonte foi o marco inicial da sua carreira política. Com a segunda Grande Guerra e a instabilidade política de Vargas, Benedito Valadares mobiliza tenentes a fim de contornar a situação, e promove a reforma da Constituição para permitir a continuidade administrativa e, assim, convida Juscelino para uma reunião na sua casa, na qual ele expôs que necessitava convencer Vargas a rever a Constituição. Sua intenção era apoiar Eurico Gaspar Dutra para suceder a Getúlio, organizar o Partido Social Democrata em Minas Gerais, e colocar Juscelino como governador. Naquele momento, Kubitschek compreendeu as verdadeiras intenções de Valadares, que era apoiar a candidatura de Dutra, para ocupar seu lugar na sucessão quatro anos depois e, por isso, queria colocar Juscelino em seu lugar. Pura estratégia política.

Nesse meio tempo, Juscelino se preparou para ser Deputado Federal por Minas Gerais, pois, além do apoio de Valadares, poderia intervir na elaboração da nova Constituição, embora seu objetivo fosse o de ser governador. Sabia da situação de Valadares no momento.

Durante 18 anos dedicara-se àquele ditador porque comungava com seus ideais, e porque ele detinha o poder. Valadares era considerado o principal pupilo de Getúlio e comentado, muitas vezes nos bastidores, como seu eventual substituto, pois estavam juntos desde a formação do Estado Novo (*apud* CABRAL, 1995, p. 226).

Vargas não era homem de governar com um Parlamento politiqueiro, e não representava os anseios populares. Já Valadares acreditava que o regime ditatorial estava chegando ao fim. Contrariando seu Chefe, fazia campanhas juntamente com o amigo Juscelino, expondo ideias democráticas e dando prioridade à organização dos partidos

políticos. Cabral expõe seu parecer em relação ao momento em que se cumpre o desejo de Valadares e o fim do Estado Novo.

As coisas saíram como Valadares imaginava. Dutra concordou com as eleições, com a organização dos partidos políticos, com a implantação do PSD, com a nomeação de Juscelino como secretário do partido e com a indicação para Deputado Federal, onde atuaria na elaboração da nova Constituição. No dia 22 de fevereiro, um dia após a tomada de Monte Castelo, pela Força Expedicionária Brasileira – FEB, o Estado Novo agonizava (CABRAL, 1995, p. 229).

Pedro Aleixo, em uma reunião informal com Juscelino, expôs a ele a intenção da Oposição Coligada. Não demorou muito para ele compartilhar essa informação com Benedito Valadares, informação que este recebeu com frieza, por acreditar que não encontrariam nenhum candidato militar que quisesse confrontar Vargas, visto que todos apoiavam o Estado Novo.

O Governo Vargas foi surpreendido e não pôde reagir diante das declarações de José Américo, um dos chefes civis da Revolução de 1930, numa entrevista concedida ao *Correio da manhã*, de madrugada, a fim de evitar qualquer interferência do DIP. Nessa entrevista havia ataques ao chefe do Governo. Juscelino diz que,

José Américo fazia uma análise da situação brasileira e aludia ao que se tramava nos bastidores do oficialismo, com o Ministro Marcondes Filho empenhado em legalizar os poderes vigentes, através de uma prorrogação, pura e simples, dos mandatos quer de presidente da República, quer dos interventores nomeados para todos os Estados da Federação. Fez referência a um candidato das forças democráticas, sem mencionar-lhe o nome. E concluiu por estabelecer as condições em que o país poderia retornar ao regime da lei: só três pessoas estavam incompatibilizadas para concorrer às eleições, exigidas pela opinião pública: ele próprio, Armando Sales e Getúlio Vargas (KUBITSCHEK, 1976, p. 74).

Com essas declarações, Getúlio não tinha força moral para se defender, foi então que Marcondes Filho tratou de encontrar uma maneira de prorrogar os mandatos do Governo e dos interventores nos estados, baseando-se em um parágrafo sibilino da Constituição, no qual a exposição de motivos justificava um decreto anexo de reforma da Constituição, que foi aprovada por Getúlio. Esta ficou conhecida como a *Emenda Constitucional nº 9*, datada de 28 de fevereiro. Nela consta que se “fariam eleições para a Presidência e para a Constituinte, de forma a se eliminar a Constituição de 37, o principal motivo da agitação em que se encontrava o país” (KUBITSCHEK, 1976, p.74).

Segundo Kubitschek (1976), Vargas, já conformado com a perda de seus poderes discricionários, teria dito ao General Dutra: “Os homens estão sacudindo seus fraques...”:

No dia 3 de março, [...] Francisco Campos, o idealizador do Estado Novo, concedera também entrevista ao mesmo Correio da Manhã, renegando a Constituição que ele mesmo próprio havia elaborado. “Mudou, a datar de dois anos para cá, a fisionomia política no mundo” – declarou, procurando explicar as razões da sua atitude. “A liberdade de opinião não é apenas um conceito político. É um conceito de civilização e de cultura” - e afirmou, para concluir: “O Sr. Getúlio Vargas já pensou demais em si mesmo. É tempo que pense um pouco no Brasil e no seu povo”. (...) O Estado Novo havia chegado ao fim, e irremediavelmente, para desespero dos continuístas. José Américo dera-lhe o golpe de morte, no dia 22 de fevereiro. Ele estrebuchava, resistindo à acutilada. E, nos exteriores de agonia, desovava a *Emenda Constitucional* nº 9, que era uma tentativa extrema de sobrevivência (KUBITSCHKE, 1976, p. 75).

O fato de que o Governo procurava atender às aspirações do país não era verdade, visto que as ações democráticas, em razão da eminente extinção do Estado Novo, eram até então tramadas na clandestinidade, através daqueles que se uniram contra esse estado de coisas e se autodenominavam Oposições Coligadas. A qualquer momento poderia explodir, e foi isso que aconteceu, mais cedo do que se esperava.

Com o fim do Estado Novo em 1945, mesmo ano do fim da Guerra na Europa com a vitória dos Aliados e rendição da Alemanha nazista, começaram, no Brasil, as tramoias e os jogos políticos em função da sucessão de Getúlio Vargas. As chamadas Oposições Coligadas resolveram indicar um militar como candidato à presidência da República, a fim de barrar qualquer atitude golpista por parte de Vargas, pois sendo um militar com prestígios nas Forças Armadas, poderia de alguma forma desencorajar a reação do Governo.

José Américo, após sua declaração, no dia seguinte lança a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, antigetulista, sobrevivente do feito heroico dos “18 do Forte” e apoiado pela maioria dos grandes órgãos da imprensa brasileira.

Juscelino esclarece nas Memórias que, alguns fatos ocorridos naquele período, causaram apreensão nos círculos políticos, entre eles a *Emenda Constitucional nº 9*, por não ter sido bem recebida pelas correntes democráticas, e o preenchimento da vaga de ministro da Justiça, na qual Getúlio Vargas convocou subitamente Agamenon Magalhães, um dos artífices do Estado Novo, provocando alvoroço na imprensa.

Resumindo, o fato é que a segunda Guerra Mundial trouxe certa instabilidade política para Getúlio Vargas, que procurou investir no operariado para compensar esse efeito negativo. Os interventores estaduais, nomeados por Getúlio, sentindo a fragilidade do governo federal, procuraram viabilizar a reforma da Constituição, para permitir a continuidade administrativa. Assim, houve uma mobilização dos tenentes, liderada por Benedito Valadares, com esse objetivo. De um lado, as Oposições Coligadas escolhendo

um militar que fosse contra as ideias de Getúlio, e do outro, Valadares buscando o apoio à candidatura de Dutra como sucessor de Getúlio. O fato é que, embora a Chefia do Governo aceitasse a indicação de Benedito Valadares, praticamente seu candidato não teve apoio de fato, enfrentou sozinho todo o processo de campanha, sentindo na pele a indiferença por parte do Governo Vargas.

Ao fazer toda essa manobra política, a única coisa que Valadares não contava é que Vargas desejava se manter no poder e, por essa razão, em segredo, principalmente com alguns interventores de São Paulo, manobrava contra as ações dele e ainda havia mais uma preocupação, além dos getulistas de plantão, as fileiras comunistas estavam ganhando espaço, com Luís Carlos Prestes à frente. Kubitschek expõe sua preocupação diante disso: “Como acontecera em 1937, estava em fermentação, nos porões do Governo, outra conspiração contra a Democracia” (KUBITSCHEK, 1976, p. 84).

Segundo Juscelino, em relação as intenções de Vargas, ele jogava com o nome de Valadares para abrir uma polêmica com Dutra, e daí tirar proveito para lançar seu próprio nome à Presidência. Dutra não quis fazer parte desse jogo e se aliou à oposição de Valadares em Minas Gerais.

Através das jogadas políticas por parte de Getúlio, Valadares se deu conta de que fora traído pelo Chefe. JK esclarece que,

Depois de doze anos de dominação absoluta de Minas, Benedito Valadares encontrava-se no ostracismo, em consequência justamente de um golpe de Estado, do qual havia participado como um dos líderes, contra o seu velho amigo e protetor Getúlio Vargas (KUBITSCHEK, 1976, p. 103).

Entretanto, com o amigo marginalizado, Juscelino, já como secretário do PSD, juntamente com José Maria Alkimim, sugere a ele que rompa sua ligação com Getúlio. Logo depois, através de um golpe, em 29 de outubro, advindos dos chefes militares, acontece a deposição de Getúlio Vargas. Em contrapartida, Valadares após o rompimento, foi procurado por Dutra e assumiu a liderança da campanha do General.

Tudo o que não havia naquele momento era um clima de tranquilidade. A UDN torna-se oposição declarada a Dutra e, durante a campanha, Juscelino Kubitschek, como candidato a deputado Federal pelo PSD, à medida que ia ganhando popularidade, se vê alvo também desse partido. Mas, como em tudo, ele tirou proveito da situação, viu a oportunidade de virar o jogo a seu favor. Vejamos sua declaração a respeito dessa trama.

Sendo eu o secretário do PSD e, portanto, responsável pela mobilização dos seus eleitores, passei a ser o alvo principal das baterias udenistas. (...) O ódio dos adversários não conseguia tisonar minha reputação, mas, por

outro lado, causara viva irritação nos círculos pessedistas. Resultou daí que os eleitores, em face da injustiça, passassem a cerrar fileiras em torno do meu nome, a fim de revidar, pelas urnas, a injusta campanha de que passara a ser vítima (KUBITSCHKEK, 1976, p. 110).

Os udenistas acreditavam que estavam reinando naquele período de eleições, seu candidato à presidência, Eduardo Gomes, estava à frente nas pesquisas de preferência, pelo menos era o que se acreditava por parte dos aliados, ao caracterizar Dutra como um homem retraído e sem reações: “A UDN, certa do triunfo, havia se iludido em face da atmosfera de otimismo que ela própria fizera gerar” (KUBITSCHKEK, 1976, p. 111). No entanto, o partido não contava com as cidades do interior, principalmente os municípios mineiros. Ao contabilizar os votos, o resultado deixou a UDN perplexa. Pedro Aleixo declara: “A máquina da ditadura continua funcionando” (*apud* KUBITSCHKEK, 1976, p. 111). Convenhamos que, de forma indireta, Kubitschek fazia parte dessa máquina. O fato é que havia um fator favorável a Dutra. Getúlio Vargas, embora deposto, tinha grande prestígio entre as massas, e era contrário à forma como os integrantes partidários udenistas tripudiavam de suas desventuras políticas. Passaram então a apoiar a candidatura de Dutra, mesmo sem considerar um candidato ideal, mas pelo simples fato de ir contra a UDN. E o resultado foi devastador para a oposição, sem falar que o foco dele estava tão concentrado na vaga à presidência que, segundo Juscelino, a candidatura de Vargas para deputado tinha passado despercebida.

O general Dutra foi eleito com uma diferença de 1 milhão e duzentos mil votos. Quanto à eleição para a Câmara dos Deputados, repetiu-se, mais uma vez, a surpresa dos udenistas. O deputado mais votado em Belo Horizonte não tinha sido Pedro Aleixo, presidente do partido, nem Milton Campos, nem Bilac Pinto, que consideravam a capital mineira um feudo eleitora da UDN. Mas Getúlio Vargas — que quase ninguém sabia que fora candidato —, com 12.208 votos. Vim eu, em segundo lugar, com 7.024 votos, e Milton Campos, em terceiro, com 4.143 votos (KUBITSCHKEK, 1976, p. 111).

Evidentemente, o cargo de deputado a ser ocupado por Juscelino seria extremamente vantajoso e, é claro, ele sabia aproveitar bem as oportunidades, pois isso permitiria sua solidificação na política e a participação, como constituinte, nas discussões dos grandes temas nacionais e, além disso, ele como secretário do PSD, mantinha contato com os principais governadores e políticos do partido, tornando-se muito popular, tendo reconhecido suas qualidades de hábil negociador político. Sua pretensão era a candidatura ao governo de Minas nas eleições seguintes, por isso estava sempre atento e acompanhava todos os passos de Valadares, seu amigo e provável rival. Tanto Juscelino quanto

Valadares eram procurados para darem apoio a candidatos subsequentes devido ao alto grau de popularidade que ambos possuíam.

Cabral (1995) relata que Kubitschek e Valadares são procurados para apoiar a candidatura de Carlos Luz a governador de Minas Gerais, pelo fato dele não ser tão popular Juscelino expõe sua opinião:

[...] Juscelino ponderou que não havia movimento contrário à indicação do Ministro Carlos Luz, um homem íntegro e respeitado. Mas toda a cúpula do PSD mineiro desejava escolher, democraticamente, na convenção do partido, um candidato que tivesse apoio popular das bases eleitorais, por ser mais representativo, e não um candidato que viesse empacotado diretamente do Catete, unicamente por ser mais conveniente ao Presidente Dutra (CABRAL, 1995, p. 234).

Diante disso, JK confiava em Valadares e imaginava que o amigo iria propor o seu nome para disputar o governo de Minas, mas, para sua decepção, isso não aconteceu. No entanto, ele contava com o apoio de José Maria Alkimim, e juntos iniciaram os trabalhos políticos em Belo Horizonte, principalmente junto às bases do PSD mineiro, trabalhando em silêncio, na estreita ligação com a maioria dos convencionais.

A amizade entre Valadares e Juscelino estava estremecida. Valadares tratava-o com frieza, enquanto JK estava entristecido pela falta de apoio do amigo. Mas, passados alguns meses, Valadares tentou uma reaproximação que não deu muito certo. Foi através de um encontro com César Lacerda de Vergueiro, amigo dos tempos da Europa, que Juscelino pôde esclarecer suas ideias em relação ao futuro político. O amigo o aconselha a deixar Benedito Valadares seguir seu caminho, pois a vaidade dele não aceitaria derrota nas eleições. César ainda diz,

[...] Você é um político atípico e, parando um pouco, terá tempo para refletir, analisar o desenvolvimento de sua carreira e solidificar seus projetos para uma campanha ao governo do Estado de Minas Gerais e, futuramente, até à Presidência da República, procurando retirar o país do marasmo em que se encontra, dando-lhe um cunho essencialmente desenvolvimentista (*apud* CABRAL, 1995, p. 249).

Por mais difícil que fosse seu projeto, ele tinha aptidão para converter situações consideradas impossíveis a seu favor. Quando iniciou sua campanha para governador de Minas Gerais, encontrou resistência em Belo Horizonte, a maioria era de oposição (UDN) em favor da campanha de Eduardo Gomes. Mas, ele contava com a ajuda dos comitês de bairro, bem como de seus representantes, para tomar a linha de frente. Seu processo de convencimento e persuasão se iniciava de forma doutrinária, como ele mesmo descreve nas memórias: “(...) eu realizava um silencioso trabalho de formiga, visitando com

frequência os bairros, entrando de casa em casa, doutrinando pessoalmente os eleitores” (KUBITSCHKEK, 1976, p. 85).

O problema sucessório dos cargos políticos era motivo frequente de insultos, golpes e jogos articulados, a fim de obter o tão sonhado poder político, além de semear a discórdia entre os partidos e as Forças Armadas. Para ganhar força nessa disputa, faziam-se alianças, com promessas de cargos a determinados integrantes dos partidos.

Em 1946, no momento em que se aproximava as eleições para governador de Minas, os embates políticos estavam em pleno vapor, ficando de um lado o PSD fragmentado, visto que existia dentro do próprio partido divisões, e, do outro, a coligação UDN, PR e PCB. Valadares, presidente do PSD, e Kubitschek, secretário-geral do PSD mineiro, valiam-se de seus cargos para fazerem frequentes reuniões políticas e constantes viagens a Minas, com o intuito de manter contato com seu eleitorado. Os partidos buscavam nomes para disputar o governo de Minas e não se chegava à conclusão de quem seria escolhido, devido às opiniões não estarem a contento dos líderes partidários. Nessa época, mesmo com o fato de o nome de Juscelino ter sido mencionado em algumas reuniões, ele não disputou a vaga ao governo de Minas, pelo contrário, fez campanha em favor de Bias Fortes, pelo PSD, sendo derrotado por Milton Campos, candidato da UDN.

Na época, Juscelino, como deputado federal, dizia a todos que era oposição ao governador do estado de Minas, mas Valadares, que estava no poder desde 1933, mandando e desmandando, viu seu chão ruir logo depois das eleições, quando surgiram movimentos para afastá-lo da presidência efetiva do PSD nacional, ato esse concretizado por Nereu Ramos, vice-presidente da República.

A UDN emanava o poder, estava à frente de sete governadorias estaduais e se preparava para outra disputa, a da Presidência da República, na sucessão do presidente Dutra. Começaria novamente a disputa entre os partidos. A única definição a que se tinha era que Getúlio Vargas seria o candidato do PTB. Para combater Vargas nas eleições, visto que o ex-presidente era muito popular, os partidos políticos, com o intuito de se manter a tranquilidade no país, cogitaram a hipótese de ter um candidato único. O grupo udenista concordava em ter um candidato único, desde que fosse de seu partido. A ideia deles era que se lançasse a candidatura do governador Milton Campos, apoiada por todos os partidos mineiros, inclusive pelo PSD. Mas, o partido tinha outros planos. O fato é que, enquanto esses partidos políticos ficavam nessas competições de poder, Getúlio Vargas ia ganhando espaço. Segundo JK,

Naquele momento, Getúlio Vargas interpretava, com admirável senso de oportunidade, o desconcertante papel de Esfinge dos Pampas. Desde que fora deposto, em outubro de 1945, recolhera-se à sua fazenda de Itu, no Rio Grande do Sul, e ali se deixara ficar em silêncio, criando o ambiente psicológico que lhe ia compondo, aos poucos, o perfil de mártir de que necessitava, para um retorno triunfal ao cenário político (KUBITSCHKE, 1976, p. 160).

Benedito Valadares, temendo a volta de seu antigo chefe, tenta fazer um acordo interpartidário, praticamente inviável, visto que a união das bandeiras pessedistas e udenistas era uma “missão espinhosa”, ainda mais que o ambiente mineiro era regido por divergências profundas, e eles não estavam dispostos a qualquer reconciliação. A ideia de Valadares era criar uma “frente partidária”, com o objetivo de uma reconciliação dos partidos estaduais e unir todos os partidos políticos em torno de uma causa nacional.

No entanto, apenas gerou uma crise entre o PSD e a UDN. Valadares assumiu a presidência do PSD nacional após a renúncia de Nereu Ramos, e a UDN recusou a forma mineira dos entendimentos, propondo que fossem processados em bases diferentes, criando, assim, um novo impasse para as negociações de pacificação estadual, ou seja, cada presidente de partido agia de forma individualista, gerando uma grande confusão. Vejamos o que diz JK, ao se referir às consequências dessa trapalhada partidária:

Enquanto os pessedistas discutiam, o PTB armava a candidatura de Getúlio Vargas, o qual, através de um manifesto, declara estar disposto a disputar a sucessão do General Dutra. Ademar de Barros, por seu lado, procurando insinuar-se junto ao eleitorado, afirmara, com a maior ênfase: “Basta de políticos. O Brasil precisa é de um gerente” (KUBITSCHKE, 1976, p. 164-165).

A separação ocorrida entre UDN e PSD se consolidou depois que foi lançada a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes pelo partido UDN e de Afonso Pena ter desistido da candidatura. Com isso, abriu-se uma cisão no Estado, cavando um fosso intransponível entre ambos. Resolvida a questão dos candidatos à sucessão para a presidência da República, pelo menos a oposição voltou os olhos para quem iria ocupar a vaga de candidato à governadoria de Minas Gerais. Surgiu o nome de Juscelino Kubitschek, por ser um candidato apto a manter acesa a chama partidária. Autran Dourado expõe sua opinião sobre Juscelino em *Gaiola aberta*. “Juscelino, como venho tentando apresentá-lo, não foi nunca uma figura autoritária de político. Era muitas vezes um homem terrível para os que o conheciam de perto, contraditório, que tanto me estranhava” (DOURADO, 2000, p. 110).



Evidente que era necessário manter acesa a chama partidária, tarefa essa que Juscelino dominava muito bem, visto que ele trafegava em quase todas as áreas partidárias, não causava atritos, fazia o papel de “bom moço”, e evitava a todo custo que a crise federal se refletisse no cenário estadual. Lembrando que, enquanto as discussões relacionadas à sucessão de Dutra aconteciam no Rio de Janeiro, Juscelino mantinha-se à parte em Belo Horizonte, preparando “a cama onde queria deitar-se”: “Em maio, embora [eu] ainda não houvesse sido indicado, já se organizavam concentrações regionais no Estado, tendo como divisa a frase *Juscelino para o Palácio da Liberdade*” (KUBITSCHEK, 1976, p. 165).

Para a sucessão de Dutra, o PSD, por sugestão de Valadares, indica o nome de Cristiano Machado. Essa indicação causou um alvoroço no partido. Para Juscelino, aquela candidatura representava ainda mais a fragmentação dos grupos pessedistas, enquanto a indicação de Cristiano Machado representava a efetivação do reagrupamento do PSD no plano federal, reunindo as alas liberal e ortodoxa, o mesmo não acontecia no setor estadual, pois persistiam as “divergências e as susceptibilidades feridas” (KUBITSCHEK, 1976, p. 167).

Com as candidaturas do Brigadeiro Eduardo Gomes lançada pela UDN, de Cristiano Machado pelo PSD e de Getúlio Vargas pelo PTB, entrava em curso a sucessão de Dutra. Faltando pouco tempo para as eleições, tanto a UDN quanto o PSD estavam em dificuldades para definir seus candidatos aos governos estaduais. Juscelino, mesmo sem ser indicado pelo PSD, começou sua campanha e viu seu nome na boca do povo como futuro governador de Minas. Existia uma divergência no PSD, pois um grupo apoiava Kubitschek e um outro apoiava Bias Fortes. Houve a convenção do partido para decidir quem ia defender sua bandeira e Juscelino ganha por um voto de minerva, o de Benedito Valadares. Ele relata que “Ser indicado para a governadoria por um voto! A contingência era, de fato, constrangedora. Principalmente para mim, que acreditava no povo e no sistema democrático-representativo” (KUBITSCHEK, 1976, p. 170).

Por um lado, ele tinha razão em não gostar desse resultado, havia conspirações por parte do General Dutra que preferia Bias Fortes no Governo de Minas. Como a Comissão Executiva estava dividida em grupos e subgrupos e boa parte ocupava postos no Governo federal, a indicação de Juscelino correu sérios riscos. Foi salvo, pois Benedito Valadares, Israel Pinheiro e Ovídeo de Abreu, fazendo parte da subcomissão, mesmo preocupados em agradar o governo, apoiaram o nome de Juscelino, outros dois passaram para o nome de Bias Fortes. Entretanto, mesmo após vencer o pleito, ainda assim sofreu várias

conspirações, inclusive do General Góis Monteiro que tramava um golpe político para derrubá-lo em favor de Bias Fortes, com a desculpa de que precisava preservar a unidade do PSD. Ao tomar a decisão de ir falar com Dutra sobre isso, Benedito Valadares tentou desencorajá-lo: “Bobagem, Juscelino. É o próprio Dutra quem está manobrando o Góis. Você irá perder seu tempo” (*apud* KUBITSCHKEK, 1976, p. 165). Mesmo aconselhado pelo amigo, ele procura Dutra e consegue a independência dos partidos, para escolher a melhor forma de resolver a situação, afastando o General Gois Monteiro dos entendimentos para a escolha do futuro governador de Minas. No entanto, o que Juscelino não contava é que seu partido também estava em dúvida quanto à sua indicação, após a subcomissão dos cinco ter sido extinta, teve que passar pela Comissão Executiva do PSD. E foi assim que, por 13 votos a 10, Juscelino foi indicado, pelo PSD, candidato a governador de Minas Gerais, disputando a eleição com seu concunhado Gabriel Passos, este pela UDN.

Àquela altura, sabendo da popularidade de Getúlio Vargas e sua possível vitória nas urnas, tanto o partido UDN quanto o PSD disputavam seu apoio aos seus respectivos candidatos. O fato é que ambos eram próximos a Vargas e qualquer um que vencesse a disputa não seria problema para a presidência da República. Diante desse impasse, Juscelino propõe a ele que deixasse o povo decidir, ficando de fora na preferência. Claro que a UDN, certa do apoio de Vargas a seu candidato, não gostou desse acordo, e passou a campanha inteira falando mal de seu adversário. JK relata a causa do ódio por parte de seus opositores, em função da sua candidatura ao governo de Minas.

Durante vários anos fora alvo de torpe campanha desencadeada pelos meus adversários políticos da capital mineira. O ódio dos meus oponentes vinculava-se à administração que havia realizado à frente da Prefeitura. Nessa ocasião, muito fizera pelos bairros pobres e, dado esse sentido social da minha administração, consegui desmontar – principalmente na área suburbana – a máquina eleitoral ali predominante. Daí a razão por que, nas eleições de 1945, fui o deputado de maior votação na capital mineira, depois de Getúlio Vargas. Temerosos de que o eleitorado acusasse idêntico comportamento em 1950, os adversários haviam recrudescido, nesse ano, seus ataques contra mim (KUBITSCHKEK, 1976, p. 207).

Com certeza essa popularidade é demonstrada através dos resultados nas urnas. Juscelino Kubitschek venceu seu adversário com diferença de 80% nas urnas. Quanto à eleição presidencial, Getúlio Vargas também confirmava sua popularidade com um milhão de votos de diferença em relação a seu adversário Eduardo Gomes. A forma como Juscelino viu o novo governo de Vargas era de uma administração oposta à do Estado

Novo, defendida na própria campanha, na qual o povo compreendeu seu propósito, demonstrando-o nas urnas.

Retornando ao governo, iria procurar pacificar a Nação, realizando uma política de desarmamento dos espíritos. Governaria acima dos partidos, mas em estreita cooperação com os governadores. Não iria reviver a antiga *política dos governadores*, responsável por tantos males no passado. Mas empreenderia o que denominou uma *nova política com os governadores* (KUBITSCHKEK, 1976, p. 211).

No discurso de posse, Getúlio Vargas prometera seu apoio ao governo de Minas Gerais. Mas, para Kubitschek, ainda pairava em seu consciente o período do Estado Novo e sua conseqüente destruição da democracia, por isso não confiava 100% em suas declarações. Diante da exposição de seu temor, ele relata que Vargas assim retrucou,

Conheci, agora, a nobreza e a compreensão do povo. Só chegarei à presidência pelo prestígio da Constituição e pelo respeito às leis. São estas as duas únicas forças que venceram as resistências que se puseram no meu caminho. O meu dever moral impõe-me uma inarredável atitude: governar rigorosamente dentro da Constituição (*apud* KUBITSCHKEK, 1976, p. 207).

Juscelino afirma que as relações que teve com Getúlio Vargas, embora de amizade, nunca foram íntimas, visto que necessitava de seu apoio no governo estadual e, por conseguinte, tentava manter-se cordial, mesmo porque o ex-ditador tinha um temperamento solitário e se esquivava nas relações de amizade. Era um político e agia como tal. Além do apoio do governo federal, Juscelino optou por governar Minas Gerais com os partidos que sustentaram sua candidatura. Sua base de governo seria pautada no *Binômio: Energia e Transporte*.

No Governo de Minas, passei pela primeira experiência desse processo de mobilização psicológica do povo. Constituiu uma espécie de psiquiatria de massa, tendo por objetivo desfazer o complexo de inferioridade de que os mineiros, pela timidez e pela omissão de alguns dos seus Governos, vinham sendo vítimas, substituindo-o por uma noção clara da sua capacidade de empreendimento (KUBITSCHKEK, 1976, p. 225).

Para ele, em Minas, mais do que em qualquer outro estado, prevalecia a mesma mentalidade dos tempos da República Velha, e seria função sua tentar mudar essa mentalidade, ou seja, voltar sua atenção para o futuro:

Poderá parecer estranho que, em face de uma realidade dura e chocante, a imaginação deva desempenhar tão decisivo papel. Entretanto, quem analisar minha trajetória política há de verificar a profundidade dessa asserção. E não só a imaginação se faz necessária para compor o perfil de um homem público. Os grandes projetos, as obras grandiosas, as iniciativas verdadeiramente revolucionárias são justamente aquelas que

extravasam da área das necessidades rotineiras e vão buscar no futuro sua motivação (KUBITSCHKEK, 1976, p. 239).

Segundo o memorialista, os ataques advindos da UDN persistiram ainda durante sua administração. Com a maioria das prefeituras entregues a representantes do PSD e do PR, o mandonismo da UDN começou a ruir. Diante disso, começaram as desavenças locais, as rivalidades distritais e os atritos dos partidos políticos. Tudo isso repercutia na Assembleia Legislativa, dando origem a violentos ataques ao governo. JK expõe seu drama político frente à oposição.

Será necessário ressaltar que todo o esforço que realizei na governadoria, para melhorar as condições internas do Estado, nunca mereceu aplausos gerais. Trabalhei sempre policiado pela oposição, o que, aliás, era de se esperar. Entretanto, se a oposição era forte no início do quadriênio, ela foi perdendo o ímpeto gradualmente e, por fim, ficou reduzida aos que integravam o grupo intransigente da UDN (KUBITSCHKEK, 1976, p. 264).

Era acusado pela UDN de ser adepto do luxo e das excentricidades, pelo fato de ter reformado o Palácio da Liberdade. Essa rivalidade política entre JK e UDN começou em Minas, mas se prolongou à medida em que o governador se sobressaía na carreira política.

Em 1954, enquanto a administração de Juscelino Kubitschek era observada com interesse pelos círculos políticos nacionais, já se cogitava seu nome à presidência da República. Embora declarando que não gostava da troca de favores políticos, acabou sendo envolvido nesse jogo. Para não entrar de cabeça nessa situação, JK preferiu usar o termo barganha política como forma intermediária para não se indispor com os adversários. Dessa forma, segundo ele, “trocava um delegado por uma ponte ou três funcionários por um Posto de Saúde” (KUBITSCHKEK, 1976, p. 290).

A UDN não perdia Juscelino de vista, na esperança de pegá-lo desprevenido. E assim acontecia também na esfera federal. Uma simples troca de ministro era motivo de críticas por parte da oposição udenista, numa grave ameaça às instituições. As crises, forjadas ou não, eram exploradas pelos inimigos do Governo.

O inconformismo oposicionista deixava de ser teórico, para assumir uma atitude prática, apoiada em planos de ação política, com irradiação pelo interior dos quartéis e contundente atividade parlamentar, visando a qualquer preço a desmoralização do Governo (KUBITSCHKEK, 1976, p. 291).

Segundo Juscelino, diante de sucessivas crises políticas, alarmado com inflamados discursos no Congresso, inspirados por manchetes sensacionalistas na imprensa que

criava um clima caótico no país, Getúlio Vargas começou a mudar seu comportamento, aparentemente se mostrando um homem solitário e amargurado.

Como se não bastasse aquela tensão, Carlos Lacerda e o Major da Aeronáutica Rubem Vaz, que o acompanhava, sofrem um atentado na porta de seu apartamento. O Major morre e o udenista Lacerda é atingido no calcanhar. Começara aí o desmoronamento do Governo Vargas. As investigações levavam à evidência de que a ordem havia partido do chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas, Gregório Fortunato. As Forças Armadas incomodadas e irritadas pela perda do militar da Aeronáutica, transformara em questão de honra a captura e a punição do criminoso.

Naquele momento, a crise militar se agravava, e a UDN contribuía para que “o fogo fosse atizado”. Investigações sobre o atentado apontavam abusos praticados pela guarda pessoal envolvendo inclusive o nome do filho do presidente, Maneco Vargas. Contudo, a crise só se resolveria com a deposição ou renúncia de Getúlio Vargas. Este acabou se suicidando em 24 de agosto de 1954. Juscelino expôs sua indignação com o posicionamento udenista, bem como as vantagens advindas do atentado:

Na luta sem tréguas contra Getúlio Vargas, a UDN na realidade nunca se sentira tão bem colocada. Até então, ela havia sido vencida em todas as refregas. Entretanto, o atentado de 4 de agosto abriu a fenda de que ela necessitava para assaltar a muralha, que era o prestígio de Vargas junto ao povo. Nesse sentido, a providência prioritária era não permitir que a crise se dissipasse naturalmente. Esforços deveriam ser feitos, se não para agravá-la, ao menos para mantê-la em ebulição. A imprensa já abria manchetes para o noticiário sensacionalista. No congresso, os udenistas se revezavam na tribuna e, através de discursos candentes, mantinham a Nação em suspense (KUBITSCHKEK, 1976, p. 303).

Após a morte de Vargas, a agitação partidária recomeçava. Café Filho assumiu o Governo: “O suicídio de Vargas antecipara o desfecho que, através de manobras políticas, era avidamente procurado pela UDN” (KUBITSCHKEK, 1976, p. 309). O esquema udenista ia sendo montado com habilidade, com Juarez na chefia da Casa Militar e Lott na pasta da Guerra.

Paradoxalmente, a morte de Vargas deu sobrevida ao Varguismo. O cerco que havia sobre ele, levando-o ao suicídio, foi visto como um sacrifício, revitalizando e dando nova dimensão a seu prestígio. Isso se comprovaria nas eleições de 1955.

O Governo de Café Filho estava incorporado à linha dos interesses udenistas, porém a nação, tanto na área civil como na militar, estava dividida. Ele julgava que a crise de 1954 estava superada, e, portanto, estaríamos num momento pacífico, de acomodação. De acordo com JK, “Café Filho, porém, cometera um erro de perspectiva. Não levava em

conta as reservas de fidelidade democrática que ainda existiam no país” (KUBITSCHKEK, 1976, p. 313).

Com o objetivo de manter as bases sólidas no seu Governo, ele deu apoio à minoria que representava os militares udenistas, mas não levou em consideração a maioria que representava as Forças Armadas. Com as eleições se aproximando, começam os rumores dos possíveis candidatos à presidência da República e Juscelino não tinha dúvidas de que seria ele próprio a indicação do PSD. Assim como já havia acontecido na candidatura do governo de Minas, mais uma vez Juscelino era encarado com uma *persona non grata* pelos adversários partidários. Café Filho, utilizando-se do nome das Forças Armadas, arquitetava mais uma manobra política, sugerindo que deveria existir um candidato único, com o intuito de pacificar a vida política nacional.

Quanto à candidatura de Juscelino, seus opositores já manifestavam suas opiniões. Estava claro ser ele o alvo daquela iniciativa, caracterizando assim a primeira crise, embora velada, entre Juscelino e setores militares: “Se for indicado, não concorrerá às eleições, (...), mas se concorrer às eleições e sair vitorioso (...) não tomará posse” (KUBITSCHKEK, 1976, p. 318).

Autran Dourado, em *Gaiola Aberta* (2000), menciona o discurso proferido na televisão que vetava a candidatura de JK, segundo ele, obra de alguns militares golpistas, aos quais Café Filho se aliara.

Certos militares oportunistas ou direitistas e Café Filho eram aliados de Carlos Lacerda, que dizia na televisão: Juscelino não será candidato, se for candidato não será eleito, se for eleito não tomará posse, se tomar posse não governará (*apud* DOURADO, 2000, p. 37).

Benedito Valadares acreditava que a candidatura de Kubitschek, pelo PSD, era uma afronta às Forças Armadas, e trabalhava para que o partido não assumisse esse risco. Dizia sobre a insistência na candidatura: “O Juscelino quer bancar o Tiradentes com o pescoço dos outros” (*apud* KUBITSCHKEK, 1976, p. 319). Para ele, também pesava o fato de que, se fosse indicado, teria que abandonar o governo de Minas e o vice não pertencia ao PSD.

A ideia de Café Filho sobre o candidato único não agradou ao PSD, que pensava em ter candidato próprio. No entanto, além da UDN, grupos do PSD, incluindo Valadares, conspiravam contra a candidatura de Kubitschek.

Não havia mais o que esperar. Enquanto os adversários ainda conspiravam, minha candidatura deixava de ser um assunto discutido nos bastidores do PSD para extravasar no âmbito partidário e ganhar a rua, transformando-se numa causa nacional. Quanto maior era a campanha feita contra mim pela imprensa udenista, mais o meu nome se fortalecia

no sentido do povo, tomando imperiosa a oficialização da minha candidatura (KUBITSCHKEK, 1976, p. 323).

JK foi de fato indicado pelo PSD, contrariando alguns grupos que eram contra e que, segundo o seu ponto de vista, o caluniavam: “Mas como poderia trabalhar, se meus inimigos revelavam-se incansáveis e me surpreendiam, cada semana, com uma intriga nova que tinha necessidade de desfazer?” (KUBITSCHKEK, 1976, p. 324).

Na verdade, o que se pretendia, com a ideia de um candidato único, era acabar com o revanchismo. Entretanto, Café Filho insistia na ideia desse candidato, desde que não fosse JK e para isso chegou a chantageá-lo, dizendo que se ele não renunciasse à candidatura, as Forças Armadas sairiam dos quartéis. Ao ser contrariado por Juscelino, ele respondeu, “Depois não diga que não avisei” (*apud* KUBITSCHKEK, 1976, p. 343). Segundo Café Filho, a candidatura de Juscelino representava a perturbação e a ameaça às instituições brasileiras. O fato é que, segundo JK, essa alegação só existia nos corredores do Catete. Diante de todas as investidas contra a sua candidatura, ele dizia-se tranquilo, como relata em seu texto memorialístico.

Minha luta havia sido contra o golpe, contra a violação da Constituição e a favor do direito, que deve assistir a qualquer partido, de escolher livremente o seu candidato. Minha tese estava, pois, vitoriosa. Quanto à minha indicação, tratava-se de uma questão interna do partido. Poderia sair candidato ou não, mas o que importava era que, através dessa assombrada que havia assumido, os golpistas haviam tido todas as suas manobras frustradas e quem quer que fosse indicado, naquela reunião, seria um candidato partidário (KUBITSCHKEK, 1976, p. 355).

Benedito Valadares, mesmo conspirando contra a candidatura de Juscelino, rendeu-se nos últimos momentos da convenção em favor do antigo amigo. E assim, com 1.646 contra 276 abstenções, é escolhido como candidato à disputa à presidência do Brasil, com João Goulart como vice. Com isso ele consegue o apoio do PTB, causando desorientação em seus adversários, pois João Goulart era procurado e assediado pela UDN. Pertencente ao PTB, como vice de Juscelino na campanha, fez com que o PTB em peso apoiasse JK, e de herói dos udenistas, passou a ser vilão.

Juscelino começou sua campanha apresentando nos comícios as trinta metas do seu governo, além da trigésima-primeira, chamada de Meta-Síntese – a construção de Brasília. Essa meta nasceu em um comício realizado na cidade de Jataí, como ele mesmo narra em suas memórias.

Quando, ao terminar o discurso, indaguei se alguém desejava fazer-me alguma pergunta, um popular adiantou-se e me interpelou: “Já que o senhor se declara disposto a cumprir integralmente a Constituição, desejava saber se irá pôr em prática aquele dispositivo da Carta Magna,

que determina a transferência da capital da República para o planalto goiano?” (KUBITSCHKE, 1976, p. 368).

A partir daí a mudança da capital do país foi vista como uma missão, custasse o que custasse, ele insistia em dizer que seria concluída durante o seu governo. Seu maior inimigo era Carlos Lacerda, que não lhe poupava críticas. Autran Dourado comenta a atitude do jornalista:

Toda noite Carlos Lacerda passou a comparecer à televisão e a atacar violentamente o governo (...) Era um homem culto, simpático e calmo até que lhe dessem um microfone ou uma máquina de escrever. Então ele se transformava no mais enfurecido, injusto e perigoso diabo (DOURADO, 2000, p. 95).

Havia constantes investidas da UDN para desmoralizá-lo, mesmo que, por muitas vezes, fracassadas. Entretanto, a desistência não fazia parte da ideologia dos udenistas. JK, ainda em campanha, sofria vários ataques a fim de que sua candidatura não fosse adiante, uma delas foi a investigação dos seus bens. “Sabia que o objetivo da UDN era armar um possível escândalo em torno do meu nome...” (KUBITSCHKE, 1976, p. 385). A UDN tinha seus objetivos bem definidos, o primeiro era as constantes convocações que poderia impedi-lo de prosseguir com as campanhas e a outra era desmoralizá-lo perante a nação, utilizando os meios de comunicação para prejudicar sua imagem. Além disso, batalhavam por mudanças no protocolo eleitoral, propondo a adoção de uma *Cédula Oficial*, em substituição à cédula individual, insinuando que dessa forma se evitaria fraudes. Essa cédula oficial possuiria, no entanto, algumas peculiaridades: sua confecção seria atribuição do governo, que não merecia nenhuma confiança, pois era, segundo Juscelino, “faccioso e golpista”, sendo capaz de tudo para assegurar a vitória para a UDN; poderia também não ficar pronta, por ter que ser confeccionada de última hora, e seria enviada somente aos estados em que os udenistas dispunham de eleitorado. É claro que Minas não receberia a tempo, por ser favorável a JK. Depois o governo culparia a ineficiência do departamento responsável para se eximir da culpa.

O problema da cédula foi finalmente resolvido por sugestão de Alkmim, que propôs a *cédula única*, pois os partidos, os candidatos e a própria Justiça Eleitoral poderiam imprimir e distribuir. Com isso, mais uma manobra da UDN foi fracassada, embora Juscelino acreditasse que os transtornos ocasionados por essa mudança lhe custaram mais de um milhão de votos nas eleições.

A vitória dos valores varguistas se confirmou nas eleições de 1955. A chapa PSD-PTB sairia campeã nas urnas. Juscelino venceu com 3.077 milhões de votos, 35,68% do



total, sobre Juarez Távora, do PDC, apoiado pela UDN, que obteve 2.610 milhões, ou 30,27%. Para a vice-presidência, João Goulart do PTB recebeu 3.591 milhões de votos, ou 44,25%, e Milton Campos, da UDN, 3.840 milhões, equivalentes a 41,70%.

A oposição, inconformada com os resultados, decidiu impedir a posse dos eleitos, seja na legalidade ou não. Alegaram que um candidato só poderia ser considerado vitorioso se obtivesse a metade dos votos mais um, embora a Constituição de 1946 não determinasse assim, estabelecendo apenas a necessidade de maioria simples.

As pretensões golpistas por parte dos inconformados foram desencorajadas quando o General Teixeira Lott, titular da Pasta da Guerra, passou a impor a disciplina. Havia um desgaste tanto da população quanto das Forças Armadas, que constantemente estavam nas ações partidárias, sendo obrigados a se pronunciarem em face de manter a ordem, ou até mesmo de defesa própria. Em suas memórias, JK explica essa situação vivenciada pelas Forças Armadas.

[...] as próprias Forças Armadas acabaram por perceber que o seu nome estava sendo usado indebitamente para fins políticos. Como reação a essa efervescência na cúpula, a maioria esmagadora dos militares passou a tomar posição, para evitar que a Constituição fosse golpeada. Deu-se, então, um fato, com o qual os udenistas não contavam: reforçou-se o MMC – Movimento Militar Constitucionalista – com seus integrantes dispostos a não permitir que, em nome das Forças Armadas, ocorresse qualquer esbulho da vontade do eleitorado (KUBITSCHKE, 1976, p. 410).

A tensão política no país ainda pairava sobre a cabeça do presidente, mesmo depois de eleito ainda havia conspirações para que ele não assumisse, levando os udenistas a arquitetar um golpe militar, mesmo enfrentando um empecilho a suas pretensões, o General Lott, que insistia em se manter fiel à Constituição. Para levar seu plano adiante, a UDN tenta tirar Lott da chefia do exército.

A ideia era que afastando Lott do Ministério da Guerra, o Governo sairia para uma sucessão de atos de violência, com a suspensão da Constituição, a anulação dos resultados do pleito e a instalação de uma ditadura udenista no país (KUBITSCHKE, 1976, p. 415).

O único propósito da UDN era impedir a posse de JK, e para isso precisava desmoralizar o Ministro da Guerra, decretando um golpe de Estado. Segundo Juscelino, esse golpe iniciou-se com uma improvável doença do presidente Café Filho. Afastado, quem assume seu posto é Carlos Luz, que logo inicia uma campanha para que JK não fosse empossado.

Carlos Luz despediu o General Lott alegando abuso de poder, achando assim que os planos contra JK estavam livres para ser executados. Mas, o General reage contra o golpe desmontando o esquema, “mesmo sabendo que sua formação militar impedia que tomasse uma atitude de indisciplina, rebelando-se contra o superior hierárquico” (KUBITSCHEK, 1976, p. 433). Nesse meio tempo, Alkmim descobre a farsa da doença de Café Filho e comunica a Lott sobre as verdadeiras intenções dele, articulando, dessa maneira, um contragolpe, fazendo com que o governo de Carlos Luz durasse apenas dois dias e meio. Contudo, Café Filho se “cura” imediatamente de sua doença e pleiteia voltar a governar o país, vontade que só foi impedida graças ao decreto do estado de sítio, afastando a UDN de qualquer pretensão.

Com o estado de sítio ainda em vigor, assim que assume o cargo, Juscelino o desaprova.

O único problema pendente, pois, era o estado de sítio. Essa medida de exceção havia sido prorrogada três vezes e sua vigência ultrapassava a minha posse e se prolongaria até o fim do primeiro mês do meu Governo. A ideia de dirigir o país num ambiente de suspensão das garantias constitucionais repugnava-me, sinceramente. Não a aceitava, julgando-a desnecessária e, também, porque contrariava minha formação democrática (KUBITSCHEK, 1976, p. 494).

Ao compor seu ministério, Lott fica à frente do Ministério da Guerra a convite de Juscelino, que, mesmo não gostando muito de sua presença, agia, creio, por um imperativo de gratidão. Essa gratidão é contestada por Dourado.

O convívio veio me revelar, junto a um certo lado mesquinho, um Juscelino para mim desconhecido: corajoso, firme, decidido, generoso ao extremo, tendo mesmo coragem de enfrentar o general Lott, que, já no governo e intramuros, com muito ressentimento é verdade, ele chamava de o Condestável, cuja presença o incomodava, talvez por ver nele seu protetor e vigilante. Quando Lott teve de deixar o Ministério para se candidatar à Presidência, JK me disse todo alegre e eufórico: até que enfim fiquei livre do Condestável, o que era um desabafo injusto, pois tinha sido o general que lhe garantia a posse e os primeiros dias de governo (DOURADO, 2000, p. 49).

Com proteção e vigilância, o fato é que esse homem tinha a arte de ser e manter-se político. Sem dúvida, Juscelino herdou de Getúlio Vargas seus valores e toda simpatia popular e, assim como ele, conviveu com a violência de seus opositores. No entanto, mostra-se em suas memórias um homem incapaz de se acomodar, seja no empreendedorismo, ou mesmo diante das batalhas enfrentadas durante as campanhas, posses, gestões e até mesmo na vida pessoal.

### 3.2 – A Meta-Síntese em evidência

O Plano Nacional de Desenvolvimento, intitulado por Juscelino Kubitschek de Plano de Metas, foi elaborado ainda durante sua candidatura à presidência. A princípio tratava-se de 30 metas, além da Meta-Síntese, que seria a construção de Brasília, a nova capital do Brasil. Um plano considerado ousado para a época.

Cumprir a Constituição era o objetivo primordial de Juscelino Kubitschek, e, portanto, não pôde fugir de uma cobrança feita num simples comício em Jataí. Juscelino não foi o autor da ideia. Tratava-se de um ideal antigo, desde a época da Inconfidência Mineira, mas nenhum político levou adiante. No terceiro volume de suas memórias, ele relata que nenhum presidente, até então, enfrentou o desafio de construir Brasília.

Coube a mim levar a efeito a audaciosa tarefa. Não só promovi a interiorização da capital, no exíguo período do meu governo, mas, para que essa mudança se processasse em bases sólidas, construí, em pouco mais de três anos, uma metrópole inteira – moderna, urbanisticamente revolucionária – que é Brasília (KUBITSCHKEK, 1978, p. 7).

Sem dúvida que os desafios do presidente empossado eram muitos e, por essa razão, ele teve pressa em desenvolver cada ideia veiculada às ações, de forma a sempre bater recordes. Cada atividade, cada movimento era feito sob o olhar minucioso da oposição. Esse tipo de administração nos traz profundas reflexões acerca da figura de um político frente aos desafios das constantes lutas democráticas e dos obstáculos colocados pela oposição com o claro intuito de impossibilitar a conclusão de seu plano de governo, principalmente dificultando o cumprimento de sua meta mais desafiadora.

Enquanto a ideia de transferir a capital para o interior era, de maneira geral, bem vista pela maioria da população, bem como por parte da ala política oriunda de Minas Gerais e do Centro Oeste, a oposição udenista, por sua vez, não acreditava na sua conclusão.

Com efeito, ele fez questão de salientar que sua gestão era pautada no reestabelecimento do regime democrático em sua plenitude, e, com a Constituição em plena vigência. Demonstrou isso ao assumir o mandato tendo como sua primeira ação a extinção do estado de sítio, implantado pelo seu antecessor.

Em 1956, o Brasil vivia sob uma realidade de pobreza em âmbito nacional, impacto sofrido pela crise de 1929 e pela Segunda Guerra Mundial no início da década de 1940 e, por essa razão, necessitava de uma arrancada desenvolvimentista, principalmente nas indústrias, visando produções autônomas. Enfrentando, pelos motivos ditos acima,

inúmeras dificuldades no comércio internacional, o país encontrava muitas dificuldades para importar produtos de que necessitava.

É significativo entender que o lema desenvolvimentista proposto por JK tinha sua razão de ser, não sendo, portanto, mero “capricho”, vaidade ou acesso de megalomania do político. Ainda em campanha, traçou um conjunto de metas que realizaria em apenas cinco anos de governo, uma abrangente experiência de planejamento que, segundo seu ponto de vista defendido nas memórias, foi cumprido à risca.

Em suma, a elaboração do Plano de Metas foi feita por uma equipe escolhida por Juscelino, considerada com perfil técnico. O grupo CEPAL/BNDE era encabeçado por Lucas Lopes, ex-integrante da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e membro da assessoria econômica de Getúlio Vargas entre 1950 e 1954, e por Roberto Campos, que ganhava espaço cada vez maior na política nacional.

Entendo que existiam metas de grande relevância, mas não é o caso de citar e nem expor as especificidades de cada uma, até porque não é o objetivo dessa dissertação. Entretanto, para dar uma noção de sua amplitude, apenas citarei os setores que englobaram as trinta e uma metas, assim divididas:

a) Energia: Meta 1 – energia elétrica instalada: 2/3 em elevação da potência; Meta 2 - energia nuclear, instalação de central atômica e expansão da metalurgia de minérios atômicos; Meta 3 – aumento da produção de carvão mineral em 50%; Meta 4 – Aumento da produção diária de petróleo de sete para cem mil barris; Meta 5 – aumento da capacidade de refino de 130 para 330 mil barris diários.

b) Transportes: Meta 6 – reaparelhamento das ferrovias e aquisição de equipamentos e novas composições; Meta 7 – construção de 2.100 ferrovias e alargamento de 320 quilômetros; Meta 8 – pavimentação de cinco mil quilômetros de rodovias, ampliando em seis vezes a rede federal asfaltada; Meta 9 – construção de doze mil quilômetros de novas rodovias; Meta 10 – reaparelhamento e ampliação de portos; Meta 11 – marinha mercante, aumento da frota de cabotagem e de petroleiros em 600 mil toneladas; Meta 12 – renovação da frota aérea comercial a jato e construção e aparelhamento de aeroportos.

c) Alimentação: Meta 13 – duplicação da produção de trigo; Meta 14 – construção de armazéns e silos; Meta 15 – construção de armazéns e aparelhamento de frigoríficos; Meta 16 – construção de matadouros industriais; Meta 17 – mecanização da agricultura, aumento do número de tratores em uso de 45 para 72 mil; Meta 18 – aumento da produção de fertilizantes de 18 para 300 mil toneladas;

d) Indústria de base: Meta 19 – Siderúrgica, produção de aço duplicada; Meta 20 – aumento da produção de alumínio de 2,6 para 18,8 mil toneladas; Meta 21 – produção de toneladas de concentrados de metais não ferrosos; Meta 22 – produção de cimento; Meta 23 – aumento da produção de álcalis; Meta 24 – aumento da produção de celulose e papéis de imprensa; Meta 25 – duplicação da produção de borracha, incluindo sintética; Meta 26 – triplicação das exportações de minério de ferro; Meta 27 – implantação da indústria automobilística nacional; Meta 28 – implantação da indústria de construção naval; Meta 29 – implantação da indústria de material elétrico e mecânica pesada; Meta 30 – formação de pessoal técnico mediante instalação de institutos de formação especializada.

e) Meta 31 – Meta-Síntese, a construção de Brasília.

Para executar o Plano de Metas, JK seguiu o esquema de independência burocrática, ou seja, objetivou sua execução através de administração paralela, composta por específicos órgãos governamentais envolvidos de acordo com as capacidades requeridas, delegando autonomia para a tomada de decisões e autoridade para executá-las.

Parafrazeando Maria Victória Benevides (1976), em termos concretos, a administração paralela de JK era constituída por órgãos já existentes, e supostamente eficientes, como a CACEX, ligada ao Banco do Brasil, o BNDE e a SUMOC, mais os novos órgãos, executivos ou de assessoria, os grupos Executivos, os Grupos de Trabalho e o CPA (Conselho de Política Aduaneira). De acordo com Benevides,

[...] a administração paralela foi a melhor resposta do Governo Kubitschek, numa combinação adequada entre a percepção dos problemas e as escolhas efetivamente feitas, dados os recursos e os meios disponíveis e a reação de forças políticas atuantes que exigia um estilo conciliatório (BENEVIDES, 1976, p. 224).

Juscelino compreendeu que a Constituição de 1946 estava exaurida e retrógrada, sendo alimentada por um liberalismo irreal no qual o Executivo não tinha delegação de poderes, e, portanto, ficava preso a questões que envolviam dinamismo e criação. Assim, criou formas extra constitucionais de ação, uma estratégia para obter delegação de poderes para a realização do Programa de Metas. Entretanto, todos esses órgãos respondiam por seus atos políticos diretamente à Presidência da República. Segundo Juscelino, assim que o povo viu que o país se transformara em um imenso canteiro de obras, percebeu que uma nova era se iniciava no Brasil: “O gigante, que vivera deitado ‘em berço esplêndido’ durante tantos anos, abria, por fim, os olhos para a vida” (KUBITSCHKEK, 1978, p. 24).

Tirar o Brasil do marasmo econômico não foi tarefa fácil, pois logo de início ele enfrentou opiniões contrárias e sem unanimidade. Por exemplo, enquanto a equipe de Lucas Lopes era a favor de um plano de estabilização monetária, defendendo uma reforma cambial limitativa, ou seja, defendia o Plano de Metas em etapas gradativas, desde que não aumentasse a inflação, a equipe de José Maria Alkmim era contra, pois se acreditava que a cautela proposta por Lopes poderia prejudicar a ação do governo, que não tinha muito tempo para executá-las, portanto, teriam que ser agilizadas por haver apenas cinco anos para sua realização.

Além do déficit orçamentário, todos os problemas de infraestrutura do país estavam por ser resolvidos, sem falar da agitação nos círculos políticos, com a UDN liderando ações para desmoralizá-lo, e nas Forças Armadas, através de vários quartéis que não perdoavam Lott por ter frustrado a operação de 1955.<sup>22</sup>

Prova da oposição das Forças Armadas ao governo JK é o episódio de Jacareacanga, que consistiu numa rebelião da Aeronáutica: “O inconformismo, naquele setor das Forças Armadas, tivera início quando o general Dutra derrotara nas urnas o brigadeiro Eduardo Gomes, por ocasião das eleições de 1945. O fato gerou um profundo sentimento de frustração nos círculos da aviação” (KUBITSCHKEK, 1978, p. 27). O fato é que, para contornar a situação, ele tomou algumas providências, como tentar enviar dois aviões seguindo a mesma rota do Major Veloso, a fim de que pudesse encontrar a base por ele procurada, mas, para surpresa de Juscelino, o titular da Aeronáutica decidiu não acatar suas determinações, dizendo que ninguém da FAB obedeceria a ordens daquele governo. Perplexo, JK ligou para o Major Renato Goulart Pereira que, prontamente, ajudou na missão, provando ao Major Veloso que havia sim militares da FAB obedecendo ordens do presidente. Autran Dourado comenta o episódio em *Gaiola aberta*:

A situação se complicava a cada hora, com quase toda a FAB ao lado do major. O ministro da Aeronáutica não estava exagerando quando disse ao presidente que não havia muitos oficiais que lhe obedecessem às ordens (DOURADO, 2000, p. 43).

Diante de tudo o que estava acontecendo, era intenção do governo não envolver as forças do Exército na solução da crise na Aeronáutica, devido ao sentimento de disputa que havia entre as duas corporações, mas o general Lott, dominado pelo impulso, tomara providências, colocando de prontidão as forças do Exército: “Juscelino agia como um

---

<sup>22</sup> Movimento de 11 de Novembro, conhecido como Contragolpe ou Golpe Preventivo do Marechal Lott, destinado a assegurar a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, presidente e vice eleitos naquele ano.

verdadeiro comandante-em-chefe, conseguindo deter os impulsos do general Lott” ((DOURADO, 2000, p. 44).

Após momentos de profunda tensão entre o governo e Forças Armadas, os revoltosos foram rendidos e presos, e a ordem restabelecida. Autran Dourado elogia a atitude de JK:

Foi então que JK se revelou para mim um grande político estadista. Mesmo seus auxiliares imediatos estranhariam seu gesto de magnanimidade. No dia seguinte, após o fim da rebelião, o presidente encaminhou ao Congresso um projeto de lei concedendo anistia aos rebelados (DOURADO, 2000, p. 47).

Passados os momentos difíceis e conturbados nos seus primeiros dias de administração, o caso Jacareacanga serviu como pontapé inicial para fortalecer ainda mais o ego do presidente, supostamente dando-o forças para enfrentar tudo o que o destino lhe reservava.

Segundo Juscelino, o Plano de Metas foi concebido com dois objetivos: “realizar e como realizar”, já que a máquina administrativa não dispunha de recursos financeiros suficientes. Após uma votação sobre que linha de raciocínio ele deveria seguir, levando em conta as possibilidades de Lucas Lopes e a defesa da reforma cambial; ou de Alkmim com a proposta de defesa dos preços do café. Empatados em 5 a 5, JK dá o voto de Minerva: “Fico com meu Ministro da Fazenda” (KUBITSCHEK, 1978, p. 41).

Em outros termos, ficou com quem lhe convinha. Naquele momento, tudo o que ele não precisava era de alguém que fosse contra seus planos, e Alkmim estava falando a sua língua, portanto, JK deu preferência à sua sugestão. Com o Plano de Metas em pleno vapor, principalmente em se tratando do incremento na indústria automobilística, o estadista afirma que esse setor, logo que iniciado, não tardou a repercutir no exterior. Havia os que estavam entusiasmados, como o caso da Europa, e os descrentes, como os Estados Unidos. Vejamos um trecho de um discurso proferido por ele em Uberaba, na inauguração da XXII Exposição Agropecuária, proferido aos que não acreditavam na sua ideologia empreendedora.

Já entrei no terceiro mês de Governo – declarei – e começo a ter noção mais precisa de todas as resistências que me são oferecidas ao desejo de promover a prosperidade nacional. Compreendo, agora, tudo o que tenho de enfrentar para que o espírito das Bandeiras, o espírito de conquista, retome sua marcha. Por toda parte erguem-se as vozes do desânimo – litania agoureira que procura enfraquecer o ânimo dos que querem trabalhar. Estamos em face de uma verdadeira conspiração contra o progresso. Conspiração, não de caráter militar, visando à derrubada do regime, mas a conspiração do fatalismo, da descrença, do não vale-a-

pena, que é bem mais corrosiva e que poderá alienar o nosso mais puro idealismo (KUBITSCHEK, 1978, p. 53).

É evidente em seu relato certa decepção ao perceber que os Estados Unidos não depositavam confiança em seu Plano de Metas, pois ele buscava a cooperação do governo norte-americano para pôr em prática suas atividades desenvolvimentistas e, sendo assim, teria que buscar apoio orçamentário em outros grupos financeiros, como em europeus e japoneses.

Desde minha viagem oficial aos Estados Unidos, como presidente eleito, eu guardava uma impressão melancólica tanto das autoridades de Washington, quanto dos industriais norte-americanos. De volta ao Brasil e já presidente em exercício, havia tomado conhecimento, através dos técnicos do Conselho do Desenvolvimento, dos numerosos projetos elaborados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos que haviam sido engavetados pelas autoridades norte-americanas. No que diziam respeito à indústria automobilística, então, a atitude chegara a ser afrontosa. Enquanto os principais fabricantes de automóveis da Europa já se preparavam para montar grandes fábricas no Brasil, os norte-americanos, olhando-nos de alto da sua tradicional auto-suficiência, recordavam, para justificar sua não participação, as conclusões de um relatório da Ford, na qual era afirmado – *magister dixit* – que era “impossível fundirem-se blocos de motores em países tropicais!...” (KUBITSCHEK, 1978, p. 58).

O fato é que JK sabia se posicionar até mesmo diante da potência norte-americana. Segundo ele, tudo começou quando recebeu o convite para comparecer a um Congresso no Panamá, onde seria firmada uma Declaração de Princípios da América. A resistência foi imediata, dizendo que não tinha nada para fazer lá e, “se os Estados Unidos estavam dispostos a colaborar com o Brasil, que o fizessem de forma concreta, liberando os diversos projetos que se achavam engavetados nos seus bancos e agências financeiras (...)” (KUBITSCHEK, 1978, p. 59). Como resultado, os Estados Unidos financiaram três projetos<sup>23</sup>, totalizando um valor de 152 milhões de dólares e, após certa relutância, JK foi ao Congresso do Panamá.

A respeito da mudança da capital, as verdadeiras razões, segundo o próprio JK, que o levaram a considerar a ideia diziam respeito à necessidade de se proceder a uma melhor distribuição populacional, assim, o Planalto Central, pouco habitado e desenvolvido, forçaria naturalmente uma migração interna massiva, ou seja, uma grande parcela da população, que antes habitava a extensa faixa litorânea de nosso país, migraria para o interior e participaria diretamente de seu desenvolvimento e expansão. Com isso, a

---

<sup>23</sup> O da barragem de Três Marias, o de reequipamento das ferrovias e o da dragagem e reaparelhamento dos portos.



população brasileira estaria mais bem distribuída: “A ideia teria um duplo sentido: impor uma correção aos desvios do processo evolutivo; e representaria uma força posta à disposição da integração nacional” (KUBITSCHEK, 1978, p. 66). Ainda segundo o presidente-memorialista:

A ideia da interiorização da capital da República germinara, realmente, em 1789, quando foi incluída pelos Inconfidentes Mineiros em seu programa. Difundiram-na Hipólito José da Costa e José Bonifácio, em 1821. A Constituição de 1946 ratificou o mandamento da Carta Magna anterior, e o presidente Dutra chegou a pensar em cumpri-lo, nomeando, em 19 de novembro daquele ano, uma comissão de estudos para proceder aos trabalhos preliminares. A ideia, porém, permanecera letra morta, apesar da determinação constitucional. A única providência tomada fora o acréscimo do retângulo, em linha pontilhada, apostado no mapa do Brasil (KUBITSCHEK, 1978, p. 67).

Contudo, a construção de Brasília<sup>24</sup> era um caminho sem volta, e que ele deveria trilhar para ter êxito em suas ideias desenvolvimentistas: “(...) a Meta, que por suas implicações de ordem social, política e econômica e seu sentido revolucionário, eu havia denominado Meta Síntese” (KUBITSCHEK, 1978, p. 80).

Convenhamos que mudar de cidade a capital de um país em desenvolvimento era um desafio arriscado e perigoso, ainda mais considerando as mais variadas situações oposicionistas que o presidente enfrentava, tanto na campanha quanto depois de ser eleito:

Compreendi, então, a malícia de alguns deputados oposicionistas, que tinham votado a favor da transparência. Eles haviam dito, ao fazê-lo, que agiam daquela maneira porque “Brasília seria o meu túmulo político” (KUBITSCHEK, 1978, p. 83).

Foi em meio a esse pessimismo que JK teve que dar início a uma das metas nas quais mais se empenhou, visto que, naquela altura, restava-lhe apenas três anos e dez meses para concluir a construção de uma cidade no meio do cerrado. A princípio não havia nem mesmo um lugar para se abrigar, e foi preciso construir uma espécie de sede, por mais precária que fosse, para servir de pouso durante as viagens de inspeção no canteiro de obras. Então, surgiu a primeira residência no Planalto Central, “o Catetinho”, inaugurado no dia 10 de novembro de 1956.

O Catetinho construiu um símbolo. Foi ele a flama inspiradora que me ajudou a levar à frente, arrostando o pessimismo, a descrença e a oposição de milhões de pessoas, a ideia de transferência da sede do governo. Vi que se um grupo de amigos, mais ou menos boêmios, fora capaz de erigir sem qualquer auxílio oficial e levado apenas pelo idealismo, aquele Palácio de Tábuas em dez dias, o que eu não poderia fazer sendo o presidente da República e dispondo, já que o Congresso aprovava minha

---

<sup>24</sup> O nome Brasília constou de uma emenda do deputado Pereira da Silva, do Amazonas.

iniciativa, de todos os recursos governamentais? (KUBITSCHKEK, 1978, p. 88).

Se a construção do Catetinho lhe trouxe força e entusiasmo para prosseguir, mesmo diante dos obstáculos, JK estava ciente de que teria que enfrentar problemas muito piores do que construir um simples lugar de repouso. Mesmo após a Anistia, o episódio de Jacareacanga ainda deixava vestígios de ressentimento na Aeronáutica, em face do contragolpe que o general Lott liderou, alterando substancialmente o quadro político no Brasil. A UDN, como partido de oposição, não se conformava em ter perdido poder, e descarregava toda a frustração na figura do ministro da Guerra. Lott sofria frequentes ataques. Como era um homem que não aceitava as coisas pacificamente, a cada ataque que recebia, por parte dos udenistas, procurava a imprensa para se defender. Segundo o presidente, ele tinha o apoio maciço do Exército e representava a grande barreira que teria de ser vencida para que pudesse obter êxito qualquer atentado contra o regime. O fato é que Lott, com essa atitude, deixava Juscelino apreensivo, pois estava atrapalhando a política de pacificação que o presidente vinha tentando empreender.

Como o meio político estava de novo em efervescência, surgiu uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que visava proibir os abusos da imprensa. Kubitschek resolveu agir de imediato, antes que a indignação dos deputados os levasse a votar em um estatuto antidemocrático.

No dia 8 de setembro, interpelado por um jornalista, esclareci: “O presidente da República tem o maior respeito pela liberdade de imprensa. Como candidato, deixou bem claro esse princípio. Como chefe de Governo, seu primeiro ato foi suspender a censura à imprensa. Entregarei o projeto, que está sendo elaborado, ao presidente da ABI para que seja examinado pelos diretores dos órgãos de imprensa. Verão que não se justificam os temores levantados” (KUBITSCHKEK, 1978, p. 76).

Independentemente de suas ordens, não se conformando e não compreendendo essa liberdade, o chefe de Polícia invadiu a revista *Maquis*, apreendeu toda a edição e prendeu todos que estavam no local. Como resultado, foi afastado do cargo por desobediência à determinação da Justiça. Naquele momento, a pacificação nacional ganhava novo alento.

Havia manifestações, mas praticamente isoladas. “O meu governo significava trabalho e não cultivava ódios” (KUBITSCHKEK, 1978, p. 80). Contudo, os udenistas não iriam perder a oportunidade para denunciar à nação que uma ameaça pesava sobre os destinos do Brasil.

Com o intuito de comprometer o general Lott com o movimento da Frente de Novembro,<sup>25</sup> foram feitas homenagens a ele. O que ele não percebia é que estavam armando uma cilada. Juscelino esclareceu que sentia certo receio em alertar o Ministro da Guerra, pois era um homem polido nas palavras e Lott poderia não compreender seus dizeres.

Minha situação, naquele momento, era muito delicada. Sabia que Lott era fiel ao Governo, mas não ignorava que se tratava de um militar brioso e cômico de seus deveres e que fatalmente se demitiria, caso fosse admoestado pelo presidente da República. Teria de ser político, de forma a manter a minha autoridade e não perder a sua colaboração (KUBITSCHKEK, 1978, p. 90).

Com base no código disciplinar das Forças Armadas, JK proíbe qualquer militar, da ativa ou da reserva, de fazer pronunciamento político, pois esta era uma forma de controlar o agravamento da crise. Em resposta ao governo, o General Juarez Távora deu uma entrevista coletiva à imprensa. Logo, Juscelino fica sabendo que, se punisse o general, poderia agravar a crise no Exército, visto que muitos estavam solidários a ele. Para solucionar o problema, J resolve extinguir os dois focos de agitação, isto é, a Frente de Novembro” e o “Clube da Lanterna<sup>26</sup>”. Entretanto, Kubitschek temia a reação de Lott, já que ele fora homenageado pela Frente de Novembro. Para amenizar a situação, JK diz ao general que providenciasse a prisão do general Juarez Távora, deixando Lott animado, pois considerava o ato do general como indisciplina e, portanto, deveria sofrer punição. O desfecho da crise, favorável ao governo, deixou os udenistas ainda mais irritados, com manifestações de repúdio ao que eles consideravam como mandos e desmandos do presidente.

Com uma pertinácia que a muitos pareceu fraqueza, como não me humilhou apresentar a bandeira branca, em benefício do país, aos meus mais decididos adversários de ontem, não hesitei também em reprimir, venham de onde vierem, as demonstrações de desrespeito à lei, em enfrentar a fúria destruidora que não se detém, para a satisfação dos seus instintos, nem mesmo diante da violação de todos os princípios da moral e das regras que disciplinam as relações entre os homens (KUBITSCHKEK, 1978, p. 105).

---

<sup>25</sup> Movimento fundado em março de 1956 pelo coronel Nemo Canabarro Lucas para dar conteúdo político ao Movimento de 11 de novembro de 1955, promoveu manifestação em frente ao Ministério da Guerra, durante a qual foi entregue uma espada de ouro ao general Lott. Pouco depois, o coronel Nemo Canabarro deu entrevista à imprensa defendendo o aniquilamento das forças conservadoras, defensoras do capital estrangeiro.

<sup>26</sup> Organização civil fundada em 28 de agosto de 1953, no Rio de Janeiro, pelo jornalista Carlos Lacerda, para combater o governo do então presidente Getúlio Vargas.

Segundo Kubitschek, de todas as crises essa foi a mais grave que ele teve que enfrentar durante todo o seu governo, e ela só cessou completamente quando, em uma conversa com Lott, pediu a ele que parasse de conceder entrevistas à imprensa e que voltasse sua atenção apenas para os assuntos da sua pasta. Naquele momento, não se sabia se a intenção do Ministro da Guerra era ser o sucessor de Kubitschek na presidência da República, o fato é que, a partir daquela conversa, cessaram as entrevistas e, em consequência disso, os adversários, desarmados pelo silêncio do ministro, perderam o estímulo para prosseguir as perseguições.

A fim de que o Programa de Metas fosse executado sem maiores problemas, Juscelino fazia de tudo em função da pacificação nacional. Foi em uma dessas lutas políticas que ele ficou alheio a uma situação que exigia um olhar mais específico por parte de um governador. A questão se iniciou com Carlos Lacerda assumindo a liderança da UDN, e Juracy Magalhães na presidência do partido em substituição a Milton Campos. Numa tentativa de envolver o vice-presidente João Goulart num escândalo, Lacerda manda vasculhar os arquivos do Itamarati, e como estava de posse de um telegrama com código, acusou Jango. Entretanto, quem acaba por ser atingido é o próprio Lacerda, visto que o documento era codificado e ele o violou. O caso foi encaminhado para o Procurador-Geral da Justiça Militar a fim de que fossem tomadas as providências necessárias. Nesse momento, tanto o PSD quanto o PTB sentiram que chegara o momento de colocar os udenistas em seu devido lugar. A intenção deles era processar o jornalista por crime contra a segurança nacional.

Nesse processo, JK ficou de fora, deixando que o Congresso tomasse as providências como bem entendesse. Houve um conselho para que a licença para o processo fosse deferida. Contudo, a licença foi rejeitada pela maioria e Lacerda saiu vitorioso. Os jornalistas de plantão, já com a intenção de comprometer o Presidente, procuraram-no a fim de que ele se posicionasse sobre o desfecho do caso, tendo sido categórico: “O congresso é soberano” (p. 141).

Para a UDN, essa pacificação defendida pelo governo não era favorável pois, se o presidente conseguisse cumprir seu plano de governo, dificilmente eles voltariam ao poder, portanto, sua política deveria ser a de agitar, tumultuar, impedir, de todos os meios, o governo de trabalhar. Ser oposição era o que a UDN fazia de melhor.

Naquela época, havia uma preocupação com o imposto sobre a comercialização do café, chamado de “confisco cambial”. Jânio Quadros, então governador de São Paulo, aproveitando-se da revolta dos agricultores, manipulou-os através de seu apoio, em

função de uma marcha, a “Marcha da Produção”. Na verdade, o que ele pretendia era tumultuar, criar um “caso nacional”, visto que milhares de agricultores se deslocariam da área rural e se alojariam em frente ao Catete. A UDN, com vistas em usar Jânio Quadros futuramente, também apoiava o ato. O que eles pretendiam era acuar o presidente para obter a reforma cambial, e como JK estava disposto a manter a pacificação, com certeza cederia às manifestações. A princípio, chegaram a um acordo que o confisco cambial seria mantido,

Brasília não é uma improvisação, mas o resultado de um amadurecimento. Não é apenas uma mudança, mas o anúncio de uma reforma. O Brasil estava, há muito, necessitando de uma reforma de base, de uma reforma em tudo – de uma reforma nos costumes políticos, de uma reforma no seu conceito de Estado paternalista. Vamos mudar o Brasil de posição. A mudança geográfica terá forçosamente, de acarretar uma nova concepção de vida (KUBITSCHK, 1978, p. 188).

Brasília se tornava um campo de experimentação, ou melhor, um imenso laboratório. O progresso é como uma bola de neve, cria-se uma necessidade e para que ela funcione é complementada com outra. Como o próprio Juscelino disse: “O progresso, como se sabe, é um fenômeno integrado” (KUBITSCHK, 1978, p. 188). Contudo, ainda tinha que conciliar democracia e desenvolvimento, tarefa árdua, como pudemos notar. E, para completar ainda mais seus anseios, o governo tomava para si o compromisso de levar a sério a “Operação Pan-Americana”. Sua intenção era promover a aproximação dos Estados Unidos com a América Latina através da execução de um programa de desenvolvimento econômico multilateral, a longo prazo.

Com as eleições à presidência da República se aproximando, JK toma medidas, incompreendidas por seus opositores e até mesmo por membros de seu partido – resolve se isentar politicamente, não apoiaria nenhum candidato, nem mesmo Lott, que era seu Ministro de Justiça e candidato pelo PSD. Segundo ele, deixaria as eleições seguirem seu rumo e, amparado pela Constituição, insinuava que o povo deveria decidir quem seria seu sucessor. Nesse meio tempo, teve que fazer uma reformulação ministerial, visto que alguns dos seus principais ministros tiveram que se afastar da pasta, alguns em razão das candidaturas, outros por motivo de saúde. José Maria Alkmin deixara a pasta da Fazenda, Parsifal Barroso renunciara ao Ministério do Trabalho, o professor Mauricio de Medeiros demitira-se do Ministério da Saúde, e Eurico de Aguiar Sales afastara-se da pasta da Justiça.

Ao ter indicado Lucas Lopes para ocupar a pasta da Fazenda, JK tinha receio dessa nomeação, devido a sua forma de querer controlar os gastos e, assim, talvez comprometer

o Programa de Metas. A única coisa que JK pediu é que o Ministro não criasse quaisquer obstáculos quanto à liberação de verbas destinadas ao Programa de Metas. No entanto, ele se depara com uma constante batalha de estabilização monetária, e nela estava certamente a contenção de despesas.

Logo de início ele entra em choque com os representantes da lavoura cafeeira. Lucas Lopes fixara em níveis muito baixos os preços de aquisição do café e, para contrabalançar o arrobo do tesouro, aumentara o câmbio de custo para importação de gasolina, trigo e outros produtos essenciais, em uma tentativa de conciliar o desenvolvimento com a estabilização monetária, com isso ele teria o “Desenvolvimento-com-Pequena-Inflação”. Já com relação ao substituto do embaixador Macedo Soares na pasta do Ministério do Exterior, o presidente nomeou Francisco Negrão de Lima, com o intuito de que, sendo ele seu amigo, evitaria atritos sobre a questão da Operação Pan-Americana. Como a escolha dos novos ministros recaía somente em amigos pessoais, havia interpretações por parte da oposição que dizia que Juscelino, ao reformar o ministério, havia liquidado o chamado “governo de novembro”, em alusão ao sistema político que emergira da crise de 1955. Sobre Lucas Lopes, que substituiu Lott, falava-se que era um técnico e não um político.

[...] minha situação política naquele momento era perfeitamente satisfatória. Ao contrário do que acontecera a Getúlio Vargas, que chegara ao Governo fortíssimo e fora se enfraquecendo com o passar dos anos, eu conquistara terreno à medida que se aproximara o fim do quinquênio. E uma prova disso fora justamente aquela reforma ministerial, realizada, não segundo um critério político, mas ao sabor das minhas preferências pessoais (KUBITSCHKE, 1978, p. 247).

Em dado momento, Brasília havia deixado de ser um empreendimento do governo para se converter numa cruzada nacional. Em consequência de sua criação, houve um deslocamento de grandes massas humanas. Segundo Juscelino, naquela época, ele recebera a visita do escritor inglês Aldous Huxley que, após visitar Ouro Preto e Brasília, mandara um telegrama demonstrando seu entusiasmo frente ao que vira.

“Que jornada dramática, através do tempo e da História! Uma jornada do ontem para o amanhã, do que terminou para o que vai começar, das velhas realizações para as novas promessas”. De fato, um novo ciclo se abria na história do Brasil (*apud* KUBITSCHKE, 1978, p. 237).

Em se tratando do Fundo Monetário, diante de um Plano de Metas tão extensivo, é evidente que algumas medidas fossem tomadas. Para isso, aumentou-se os impostos e, conseqüentemente, o aumento de custo de vida da população. Sendo assim, qualquer político que conhecesse o estágio de evolução em que o país se encontrava concordaria

que o aumento de impostos era necessário. E o responsável para manobrar a máquina econômica era Lucas Lopes, que tinha o aval do presidente para agir, desde que não compromettesse a execução do Plano de Metas. Entretanto, a crise financeira foi inevitável. O plano de contenção de despesas afetou muitos órgãos. Houve protestos significativos das donas-de-casa, bancos se queixaram e houve falências de empresas. Ao ser questionado por JK sobre a crise econômica, Lucas Alves respondeu que tudo que estava acontecendo era inevitável.

Disse-me que se tratava de uma consequência de arrocho creditício. Outros bancos e diversas indústrias iriam, também, à falência. Eram bancos e indústrias que não estavam racionalmente organizados, e que o desfecho tinha de ser aquele. Tratava-se de um fenômeno de purgação da saúde financeira do país (KUBITSCHKEK, 1978, p. 250).

O presidente era favorável a uma política de contenção creditícia, mas não tão radical quanto Lucas Lopes estava executando, mas uma que fosse limitada, ou melhor, uma condicionada às necessidades de desenvolvimento do país. Com isso, medidas foram tomadas. Lucas Lopes concordou em mudar seu plano de estabilização econômica de forma a ajustá-lo perfeitamente aos padrões estabelecidos pelo Fundo, passando a elaborar um novo esquema de exportação, com preços não muito altos para o café e câmbio livre para todas as importações.

Juscelino Kubitschek julgava que não havia muito o que se fazer nas questões da América Latina, pois os Estados Unidos, juntamente com outros países de grande potência econômica, tinham um esquema secreto, pois não tinham interesse em ajudá-los a melhorar sua economia, porque para eles era mais viável mantê-los na condição de subdesenvolvidos. No caso, o objetivo era o de conservar as nações subdesenvolvidas como simples fornecedores de matérias-primas, e fornecendo seus produtos a preços impostos pelos grupos financeiros internacionais. Entretanto, segundo JK, “Quem rompesse com o Fundo teria fechado, às suas pretensões, todos os bancos e agências internacionais” (KUBITSCHKEK, 1978, p. 253). Em busca de um plano de estabilização monetária,

[...] o Brasil queria sacar 37,5 milhões de dólares do restante da sua cota naquele Fundo, O empréstimo total, pleiteado pelo nosso Governo, é que era no valor de 300 milhões de dólares, mas distribuído entre o Fundo (37,5 milhões), o Exim-bank e estabelecimentos de crédito privados norte-americanos (200 milhões) e europeus (o restante) (KUBITSCHKEK, 1978, p. 254).

Para isso, precisava da aprovação no cenário das finanças internacionais. “Convém lembrar que a participação inicial do capital norte-americano para a execução do Programa de Metas era irrisória” (BENEVIDES, 1976, p. 237). O Fundo, examinando a proposta do Brasil, julgou que algum progresso havia sido registrado no ordenamento de sua economia. Constava ali uma restrição de crédito pelo Banco do Brasil e um desequilíbrio provocado pelo problema cambial. Contudo, o Fundo se achou no direito de fazer algumas exigências, como por exemplo: câmbio livre para as suas importações; incentivos ao comércio exterior; extinção dos subsídios às aquisições do petróleo, trigo, papel para a imprensa e fertilizantes, etc. JK, alegando que sem gasolina as suas estradas construídas seriam em vão, e sabendo que essas exigências iriam comprometer o item “Industrialização” do seu Plano de Metas, rompe com o Fundo, e decide prosseguir no seu plano de desenvolvimento sem qualquer auxílio do exterior. O ex-presidente é categórico em afirmar que,

Na realidade, o que estava em jogo, naquele momento, não era a concessão de um empréstimo – que poderia, de fato, nos ser útil em face da crise do café – mas a defesa da soberania nacional, a preservação, pelo Governo brasileiro, do direito de resolver, como bem entendesse, seus próprios interesses (KUBITSCHKEK, 1978, p. 256).

É certo que esse Plano de Estabilização quase levou o Brasil ao caos. Mas, como em todo governo existem os momentos considerados altos e outros baixos, o que o levanta é a determinação de um gestor competente e hábil em suas manobras, a fim de encontrar meios de sair da crise. JK, diante das portas norte-americanas fechadas para o Brasil, obteve a cooperação da iniciativa privada, impulsionando o esforço desenvolvimentista do governo brasileiro. “Poderia se dar ao luxo de enclausurar-se numa muralha chinesa” (KUBITSCHKEK, 1978, p. 263). Para ele,

O rompimento com o Fundo Monetário Internacional representou, pois, uma manifestação de intransigência nacionalista, muito embora a política que vinha realizando, no terreno econômico financeiro, houvesse sido concebida tendo em base justamente o participacionismo (KUBITSCHKEK, 1978, p. 263).

Num contraponto de desenvolvimento, surgiu a primeira favela de Brasília: “Cerca de 5 mil flagelados, tangidos pela seca do Nordeste, chegaram a Brasília e invadiram a Cidade Livre”. A nova cidade começava a mostrar o outro lado de sua moeda. Esses flagelados foram mandados para Taguatinga, uma cidade-satélite. Na época da inauguração de Brasília, já possuía uma população de cerca de 15 mil habitantes. Havia outra cidade-satélite, chamada Sobradinho, que também se desenvolvia de forma



espantosa. O que muitos não sabiam é que Brasília, ao ser inaugurada, já tinha uma população fixa de quase 100 mil habitantes.

A oposição logo deu mais um passo em sua determinação de minar o governo. O objetivo dessa vez era parar as obras de Brasília, a fim de que o presidente não conseguisse inaugurá-la na data prevista, ou até mesmo antes de passar a faixa ao seu sucessor. A Comissão Parlamentar de Inquérito intimou para depor vários diretores da NOVACAP e, assim, todos os engenheiros da obra precisaram se deslocar de Brasília para o Rio de Janeiro. O retardamento das investigações era uma tática pois, enquanto se investigava, as obras de Brasília estariam paralisadas. Como Brasília já estava quase pronta, eles mudaram o rumo das coisas, adotando o critério do “contra condicional”, afirmando que até os tijolos eram transportados de avião. Como as duas tentativas não tiveram êxito, partiram para a terceira, denunciando a NOVACAP por irregularidades, procurando instalar uma outra CPI.

Brasília passa a ser objeto de batalhas jurídicas e, além disso, a aliança entre PSD e PTB, que elegera Kubitschek, estava em atritos. Tudo começou com um discurso proferido pelo deputado Osvaldo de Lima Filho:

Ouvi, estupefato, o final de um discurso do deputado Osvaldo de Lima Filho, líder do PTB, no qual era anunciada a adesão do seu partido à constituição daquela CPI. O líder petebista esclarecia que tomava aquela atitude porque o Governo não temia sindicâncias e que, dada a insistência do deputado Carlos Lacerda, julgava melhor que se examinassem, de uma vez, as contas da NOVACAP, de forma a ficar provada, em definitivo, a lisura com que vinha agindo aquele órgão (KUBITSCHEK, 1978, p. 275).

Juscelino vê, nesse discurso, uma atitude tomada com nítidos propósitos políticos, pois João Goulart sempre foi avesso à construção de Brasília, uma vez que acreditava que uma cidade em formação seria um desastre para o PTB. No entanto, ele acreditava que esse discurso era apenas para atingi-lo, dizendo que o governo não temia sindicâncias.

A reforma que JK havia feito no ministério não foi bem aceita em alguns setores partidários. Por essa razão, e também pelas disputas dos candidatos à sucessão na presidência, havia uma agitação política. De um lado, o general Teixeira Lott, com apoio dos partidos PSD, PTB e PR, e do outro Jânio Quadros, indicado pela UDN, como candidato da oposição, desvinculado de qualquer compromisso partidário.

O PTB mostrava-se frio em relação à candidatura de Lott, por acreditar que ele era fraco e poderia enfraquecer ainda mais o partido. Dentro do PSD havia diversos líderes contrários à sua candidatura.

Em decorrência dessa fragilidade de Lott na campanha, Jânio Quadros ganhava espaço, projetando-se como candidato natural, com atitudes polêmicas, tendo como objetivo impressionar a opinião pública, caindo nas graças da massa, que via nele uma espécie de “salvador da pátria”. Era o “Enviado”, o “Prometido”, o “Redentor”, desde muito aguardado pela nação. Nas campanhas, utilizava uma vassoura como símbolo. Enquanto que na balança de Lott pesava duas coisas, o fato dele ser militar e não ser popular.

Segundo Benevides, a inflação foi a principal fonte de oposição à política econômica do governo, na qual seu sucessor Jânio Quadros se pautou para se promover na campanha, resultando em sua vitória em 1960.

[...] o recurso à inflação garantiu, em parte, o crescimento econômico do país. Em 1956 a taxa de inflação era de 19,2%, ao passo que em 1960 era de 30,9%. Nos anos seguintes ela se acentuou, mas no período 56/60 não atingiu níveis inconvenientes com o desenvolvimento. Se, por um lado, provocava distorções na estrutura de investimentos (por exemplo, teria provocado especulação imobiliária), por outro funcionava como inflação de lucros, como técnicas de poupança forçada, ou melhor, técnica de confisco salarial (BENEVIDES, 1976, p. 235).

Conclui-se que os gastos mais significativos - e que foi um dos fatores a impulsionar a inflação - foram gastos inevitáveis, dado o ritmo acelerado das obras do Plano de Metas, principalmente a construção de Brasília.

Em se tratando da mudança da capital, a própria UDN se mostrava favorável, permitindo que JK contornasse, no Congresso, as resistências ao projeto de transferência. Assim, ele contou justamente com lideranças udenistas goianas para conseguir o desbloqueio do projeto e o enviou para votação na Câmara dos Deputados. De qualquer forma, do ponto de vista político, a transferência da capital para o interior correspondeu aos objetivos propostos pelo governo Kubitschek, contribuindo, sem dúvida, para uma relativa descentralização da vida política e produtiva nacional, assim como para a ocupação do interior brasileiro.

A disputa pela sucessão continuava agitada. Naquela época, cogitou-se até uma mudança na Constituição a fim de que Juscelino pudesse concorrer às eleições e manter o continuísmo do seu projeto. Segundo Kubitschek, mudar a constituição era um ato antidemocrático que não condizia com a conduta que ele tanto defendia.

Durante a campanha eleitoral, procurava fixar no espírito do povo a imagem do que seria o meu governo: Desenvolvimento e Democracia. Para a realização desses dois objetivos, havia me empenhado de corpo e

alma. O Desenvolvimento já estava à vista de todos. Bastava que se fizesse uma comparação entre o Brasil de 1955 e o Brasil de 1959. Quanto à Democracia, ele, Jango, era testemunha de que eu não havia faltado com o compromisso assumido. Não existia um só preso político no Brasil e mesmo aos que haviam se levantado de armas na mão contra a ordem estabelecida eu respondera com anistia, como no caso de Jacareacanga (KUBITSCHKEK, 1978, p. 334).

A paz continuava não reinando em Brasília, mesmo após sua inauguração, as conspirações continuavam em favor de destruir a reputação do Presidente. A oposição tratou de espalhar que Brasília não oferecia “condições mínimas de habitabilidade” e a conversa sobre o continuísmo também estava na boca da oposição. Para desmistificar essa hipótese, Juscelino declara: “No dia 31 de janeiro de 1961, transmitirá o cargo ao seu sucessor, livremente escolhido pelo voto da maioria do povo” (KUBITSCHKEK, 1978, p. 372).

É evidente que uma cidade construída em três anos e meio apresentaria problemas técnicos em sua construção. Muitas coisas foram corrigidas com o tempo. Brasília não se encontrava totalmente pronta ao ser inaugurada. Havia muita poeira, pois os gramados foram fixados dias após a inauguração, bem como construções de apartamentos residenciais.

Quanto à inflação, estava igualmente relacionada com as altíssimas taxas de crescimento demográfico e de intensa urbanização. Ao se defender de algumas acusações sobre os problemas que supostamente o Brasil teria passado a enfrentar com o Plano de Metas em execução, JK declara:

O meu Governo foi acusado – em face dessa relação – de haver descuidado da agricultura, contribuindo, por omissão no campo e excesso de investimentos industriais, para acelerar o progresso de urbanização das massas rurais. A acusação é improcedente. O processo de “favelamento”, de forma de “mocambos”, foi determinado pelo fato de que os investimentos industriais, realizados nas cidades, não eram – e continuam não sendo – suficientes para absorver produtivamente a massa humana que para elas se desloca – e se desloca ainda – e fica marginalizada na periferia. Igualmente injusta foi a alegação de que o meu Governo nunca se interessou pela vitalização do setor agrícola. Que dizer-se, então, das minhas realizações referentes aos fertilizantes, à tratorização, aos transportes, à ensilagem e à açudagem (KUBITSCHKEK, 1978, p. 439).

No que diz respeito ao campo internacional, segundo ele, conseguiu elevar o prestígio do Brasil, dando-lhe projeção jamais alcançada, não só por Brasília estar estampada em todos os jornais internacionais, como também pelos contatos pessoais com os chefes de Estados e figuras significativas do mundo político e intelectual.

Seus adversários diziam que o seu projeto desenvolvimentista foi à custa de emissões de papel-moeda. JK não nega o fato, pelo contrário, confirma que, durante cinco anos, emitiu 134 milhões de cruzeiros novos. Mas, justifica essas emissões. Naquela época, o Brasil tinha 50 milhões de habitantes, e o seu projeto de desenvolvimento custou a cada brasileiro o “sacrifício” de 40 centavos anuais, totalizando dois cruzeiros novos em cinco anos. Sendo assim, se não fosse isso, de acordo com seu pensamento, não teria outra forma de o Brasil progredir 50 anos em 5 de governo.

Contudo, acredito eu que a construção de Brasília, em alguns pontos, teve a marca do improvisado, detectado pelas falhas de construção na parte física, e, além disso, os recursos foram retirados de onde foi possível: empréstimos estrangeiros, créditos de fornecedores, emissão de moeda em grande escala, dentre outros. Até mesmo a Previdência Social sofreu desfalque, uma vez que os institutos de previdência colaboraram, construindo várias quadras de apartamentos.

De qualquer forma, o objetivo de Juscelino Kubitschek foi alcançado, pelo menos do ponto de vista político, contribuindo, sem dúvida, para a ocupação do interior do Brasil e para uma relativa descentralização da vida política e produtiva nacional em torno do eixo Rio-São Paulo.

### **3.3 - O fim do caminho de um presidente Bossa nova**

“Estou pagando, nesta hora em que o meu destino se confunde com a sobrevivência da Democracia em nossa Pátria – e isto me consola de tantos sofrimentos -, estou pagando o crime de ter lutado indormidamente pela independência econômica de meu país; o crime de ter governado isento de ódios, como Presidente de todos os brasileiros que fui; o crime de não ter perseguido a quem quer que seja; o crime de ter dado ao Brasil uma dimensão, interna e externa, jamais sentida em toda a nossa história republicana; o crime de ter proporcionado a esta Nação cinco anos de paz, de garantias constitucionais, de cuidados administrativos; o crime maior de ter feito nascer no coração dos brasileiros a esperança e o sentimento de grandeza”.

(Juscelino Kubitschek)

Para muitos presidentes, entregar a faixa presidencial ao seu sucessor é um hábito comum, mas, creio, não para Juscelino Kubitschek, que construiu a nova capital, da qual não iria desfrutar, visto que, ao inaugurar Brasília, seu mandato estava próximo do fim.

Em uma conversa que teve com um dos “candangos”, demonstrou o quanto estava triste de não poder aproveitar por muito tempo a sua criação, utilizando-se de uma brincadeira ao comparar Brasília com uma noiva.

Tomei um caixote e sentei-me, também, perto do fogo. Conversamos durante algum tempo sobre Brasília. Um deles – muito falante – lembrou fatos e incidentes da penosa jornada: o início das obras, as dificuldades vencidas, os primeiros edifícios, a abertura das ruas e avenidas e, por fim, o esplendor das festas da inauguração. Houve um momento de silêncio. Instintivamente, voltamos os olhos e contemplamos Brasília, que se estendia em torno de nós, faiscante de luzes. O espetáculo era deslumbrante. Pilheriei com o candango: “Eh, meu velho. Levei três anos preparando esta noiva que, no fim, vai se casar com outro” (KUBITSCHKEK, 1978, p. 375).

A metáfora confirma sua impressão de que, após ter enfrentado tantos desafios, obstáculos e conspirações oposicionistas, dentre outros empecilhos praticamente inumeráveis, ele não colheria, pelo menos durante sua gestão, os frutos do trabalho árduo e tão combatido.

Nesse último subcapítulo apresentarei parte de sua trajetória pós-governo, do período, portanto, após Juscelino Kubitschek ter passado o poder ao seu sucessor Jânio Quadros, até a data de sua morte, elencando os principais pontos em que teve sucessivas perdas políticas. Os responsáveis por dar sequência a suas memórias foram os jornalistas Caio de Freitas e Carlos Heitor Cony, além do editor Adolpho Bloch, que publicou os relatos. Para Cony:

Como resultado dessa convivência, ficara acertado entre JK, Adolpho e eu que deveria haver um outro volume abrangendo o período que ainda vivíamos. Na impossibilidade de escrever ele próprio esse novo livro, deveria eu assumir essa responsabilidade – para mim honrosa, por sinal (CONY, 1982, p. XIV).

Segundo Cony, essas sucessivas perdas de JK mostram não a decadência do homem, mas, a sua superação além da capacidade humana, restando para ele, Cony, escrever apenas sobre o acaso e os escombros da jornada final:

[JK] Perdeu o mandato de senador, perdeu os direitos políticos, perdeu a oportunidade de ser reeleito presidente da República em 1965, perdeu a liberdade de viver em seu país, perdeu depois a própria liberdade física, em 1968, perdeu a irmã e a mãe, perdeu a presidência de uma empresa privada, perdeu até mesmo uma eleição para a Academia Brasileira de Letras – única eleição que não ganhou. Finalmente, perdeu a vida, num acidente de estrada CONY, 1982, p. XV).

O jornalista ainda destaca que, embora o título do livro seja *JK: Memorial do exílio*, o que ele narra não trata do exílio físico, aquele em que JK foi obrigado a viver no exterior,

e sim o exílio simbólico, eterno e nostálgico, em relação a uma nação da qual foi expulso ou se afastou voluntariamente.

Um outro ponto que Cony considera é que, mesmo fazendo referências aos aspectos políticos e econômicos do país, não significa que os considere bons. E mais, disse que como era a continuação das memórias de JK, iria dar a elas a moldura que ele a merecia, “a do carinho”.

Em 31 de janeiro de 1961, Juscelino Kubitschek de Oliveira, aos 59 anos de idade, acabara de transmitir a presidência da República a Jânio da Silva Quadros. Do ponto de vista constitucional, seguindo rigorosamente o protocolo, aparentemente foi uma cerimônia tranquila. Ninguém tentou anular as eleições e nem evitar que o eleito tomasse posse, como acontecera com Juscelino em sua administração. Digo aparentemente, porque durou muito pouco esse ar de tranquilidade. Assim que Juscelino parte para Paris, logo o Presidente empossado mostra sua verdadeira face, fazendo um pronunciamento que geraria um gigantesco inquérito político-policia para seu antecessor.

Já instalado em Paris, soube pelos jornais do Brasil que sua vida ainda estampava as manchetes sensacionalistas. A inoportuna notícia trazia a Juscelino a infame nota de que ele vivia em Paris como um marajá, acomodações luxuosas, e de que estava a sua disposição tudo que cabia a um milionário. Embora acusado de ter sido a sétima fortuna do mundo, um jornalista o entrevistara em sua casa em Paris e constatara que ele vivia como um ex-funcionário graduado de um governo, ou seja, nada que chegasse perto de ser um milionário.

Com efeito, o que estava preocupando JK não eram as fofocas que giravam em torno da sua vida, e sim os inquéritos abertos para apurar possíveis irregularidades na construção de Brasília, investigações essas provocadas por um presidente que sequer tinha apresentado um plano de governo.

O político mineiro só retornou ao Brasil, cerca de 3 meses depois, para concorrer a uma vaga no senado, por Goiás, como estratégia partidária do PSD, considerado mestre nessa arte. Arte essa que a UDN também tentava usar, mas de forma desastrosa.

Aberta uma vaga ao senado, por Goiás (a outra era ocupada por Taciano de Melo), e como a política também é uma arte de negociação, o PSD vê a hipótese de Juscelino voltar como senador e recomenda a sua volta. Como resultado, Juscelino ganha a eleição na proporção de dez para um do candidato apoiado por Jânio Quadros.

O fato é que Jânio, na tentativa de disputar a preferência popular, por acreditar que estava em alta, assim como Juscelino, lançou um candidato próprio para comprovar o que acreditava ser verdade, no entanto o resultado não saiu como ele esperava.

Cony dá o seu parecer em relação a essa artimanha de Jânio:

[...] serviu para demonstrar, primeiro: que depois de ter deixado a presidência, JK seria tão bom de urna quanto Jânio em qualquer tipo de confronto eleitoral; segundo: que os rigorosos inquéritos abertos para que o tostão janista varresse o milhão juscelinista com a vassoura que se entronizara no Planalto, inquéritos que se abriam desordenadamente (sem mecânica parlamentar e sem apoio popular), não tinham prejudicado a imagem de Kubitschek. Eleito, ele teria a tribuna que pretendia e que o PSD necessitava. De quebra, se investia de imunidade, a fim de prevenir qualquer golpe baixo desferido pelos novos donos do poder (CONY, 1982, p. 5).

O que acontecia é que a legenda JK-65 estampava os muros de toda cidade, e o PSD alimentava a ideia de ter novamente o triunfo, à medida que via o desprestígio de Jânio junto às alianças que o elegeram. Um homem sem cultura em determinados momentos, em outros mostrava a elegância e o requinte, ou seja, “para os pobres era a esperança; para os ricos, a segurança”. As relações entre ele e JK era apenas cordiais, com períodos de atração e hostilidade mútua. Na verdade, o grande e inevitável erro de Juscelino é não ter visto a grande força que estava por trás de Jânio e que o obrigaria a servir por muitos anos e que jamais o JK-65 se tornaria realidade.

Se como prefeito, governador e presidente da República Kubitschek esbanjava dinamismo, como Senador demonstrou o contrário, pois parecia não gostar de estar naquele cargo político, e suas funções basicamente se limitavam a algumas votações e trabalhos de comissão.

Existia uma grande diferença nos governos de Kubitschek e Jânio Quadros. Enquanto um tinha traçado planos e metas a cumprir, juntamente com uma equipe empenhada em colaborar com a atuação pública, o mesmo não acontecia com o outro, que praticamente governava da sua maneira ou, como disse JK, “sem maneira nenhuma”. Uma política interna confusa, conservadora e reacionária, totalmente sem rumo, vinculada a “bilhetinhos” e proibições um tanto peculiares e supérfluas. Inclusive, sua suposta carta de renúncia, anos mais tarde, também foi em forma de bilhetinho, por certo, o último como político: “Ao Congresso Nacional – Nesta data, e por este instrumento, deixando com o ministro da justiça as razões do meu ato, renuncio ao mandato de presidente da República – 25 de agosto de 1961 – Jânio Quadros” (*apud* CONY, 1982, p. 18).

Outro ponto em que os dois divergiam é no fato de Juscelino ter rompido com o FMI por não concordar com seu “capitalismo desumano”, que era contra o que ele acreditava, pois o Fundo Monetário Internacional desejava que o Brasil tivesse menos inflação e menos progresso, e isso ia totalmente contra o Plano de Metas do presidente brasileiro, por essa razão não entraram em acordo e houve o rompimento como consequência. Jânio, ao contrário, reatou com o FMI, negociou a dívida de JK e fez uma outra que se igualou a de seu antecessor, um extra de 300 milhões de dólares, com a desculpa de ter criado a Comissão Nacional de Desenvolvimento em substituição ao Plano de Desenvolvimento de Kubitschek. Todas as suas operações desastrosas só comprovavam que ele era um presidente “desprovido de método”.

Enquanto Senador, Juscelino assistia o governo janista dos bastidores e sofria com o desprezo deste a Brasília, já que a capital precisava de alguns retoques finais. Mas, para Jânio, em Brasília estava estampada a cara de JK, e tudo que ele fizesse não poderia mudar isso. Contudo, foi somente após 1964, com os militares no poder, que Brasília teve seu reconhecimento como capital do Brasil.

Juscelino assistia as sucessivas crises do seu sucessor em silêncio, e como sua intenção era retornar ao governo em 1965, procurava não prejudicar sua imagem política. No entanto, tinha consciência de que a administração de Jânio não chegaria ao final do mandato, em vista das crises intermináveis, e ainda mais com os atritos que vinha tendo com Carlos Lacerda, governador da Guanabara, que, aos poucos, foi tornando-se seu adversário, e não demorou muito para que Lacerda denunciasse as tramas de Jânio, pedindo uma intervenção militar. Cony relata que a renúncia de Jânio Quadros não foi surpresa para JK:

A 25 de agosto, a renúncia de Jânio surpreendeu a todos. Menos a ele. Não que fosse mais sábio, sagaz ou melhor informado do que os demais. Mas ele tivera experiências dramáticas no poder e sabia que a instabilidade de Jânio não aguentaria um desafio mais grave. Surpreendia-se, sim, com os detalhes que começavam a ser espalhados, mas não com a essência do fato em si (CONY, 1982, p. 12).

A crise que se estendia no Brasil após a posse de Jânio Quadros com certeza não teria outro desfecho, ele não contava mais nem com o apoio popular e nem com o apoio militar. Dadas as circunstâncias em que ele optara por seguir a linha do desenvolvimento, sob o pretexto de conter a inflação, correu sérios riscos de prejudicar o ritmo do desenvolvimento vigente até então. Sem contar a política exterior, que ele dizia estar “independente”, essa não tinha credibilidade nos centros de decisão do bloco ocidental.



Talvez tenha criado essa estratégia como forma de encobrir a política interna reacionária ou tentar desviar a atenção do programa de estabilização econômica.

Com Jânio fora da presidência, um outro dilema veio à tona. As Forças Armadas não queriam aceitar a posse do vice-presidente João Goulart. JK, mesmo sabendo que para os interesses do PSD e de seu próprio, a posse de Jango não era favorável, em favor da legalidade e por não haver base legal para o impedimento, dizia que tudo faria para que a posse de Jango se concretizasse, por ser o substituto legal do presidente, eleito pelo povo. Ao saber do que as Forças Armadas estavam tramando para garantir a não posse de João Goulart, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, juntamente com o comandante do III Exército, General José Machado Lopes, não aceitaram a violação da Constituição. Naquele momento, o “Exército rachara”, “um racha que deixaria amargas raízes para 1964” (CONY, 1982, p. 24).

Em 7 de setembro de 1961, em face de evitar a possibilidade de uma guerra civil, ainda mais infame do que qualquer outro movimento armado visto até então na nossa história, o governo se rende ao regime parlamentarista. Jango seria, assim, apenas o chefe simbólico da nação, e o governo ficaria a cargo do Primeiro-Ministro Tancredo Neves, mesmo lutando para que o Ato Adicional nº 4, que instaurava o parlamentarismo, não fosse aprovado, por acreditar no presidencialismo e ser contra alterar o texto da Constituição, mesmo com seus defeitos: “A Carta de 1946 não o impedia de realizar um governo dinâmico e democrático” (CONY, 1982, p. 25). Sabia que não se submeteria a esse regime, caso fosse eleito em 1965, no entanto, diferentemente de Jânio, Jango era um profissional da política, rendeu-se ao parlamentarismo e concordou com a indicação de um primeiro-ministro, desde que não fosse do PSD, por não aceitá-lo e nem aceitar o seu programa trabalhista. Entretanto, a escolha seria feita com o intuito de sabotar o regime parlamentarista. Tinha o PTB ao seu lado que, por sinal, estava ganhando poder dia a dia. Contudo, a estabilidade na política estava garantida. Três anos depois, a escolha do primeiro-ministro foi um dos motivos do rompimento das alianças que o elegeram e foi a via que desencadeou o movimento de 1964.

Juscelino ficou fora da escolha, mas tinha esperança de que, com a indicação de Tancredo Neves, o parlamentarismo fosse revogado e o PSD voltasse ao poder, indicando-o como candidato à presidência em 1965. Na verdade, ao contrário de Jango, que desejava recuperar seus poderes, Tancredo jamais fez qualquer coisa para revogar o parlamentarismo, mesmo não acreditando e nem se sentindo à vontade com o Regime.

O fato a se considerar positivo é que, enquanto Tancredo estava na posição de primeiro-ministro, ele conseguiu fechar as trincheiras abertas pela crise, e conseguiu a aprovação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação. Com a colaboração de San Tiago Dantas, Ministro do Exterior, reatou momentaneamente com a União Soviética (após o golpe de 1964 a relação entre os dois países foi novamente rompida). Tancredo Neves conseguiu também estabilizar o nível de relações com os Estados Unidos, abalada desde a época Kubitschek pelo rompimento com o FMI. Tancredo ficou no cargo de primeiro-ministro até 26 de junho de 1962, sendo substituído pelo professor de direito Brochado da Rocha, ocupando o cargo apenas por algumas semanas, mas muito significativas para pôr fim ao parlamentarismo. Cony resume o momento.

O Congresso antecipou o plebiscito sobre o parlamentarismo, que o Ato Adicional nº 4 de 1961 previa para começos de 1965. Foi marcada a data de 6 de janeiro de 1963 para a ampla, geral e irrestrita consulta popular sobre o regime. E, de quebra, foi aprovada uma Lei Complementar que permitia ao presidente, mesmo na vigência vegetativa do parlamentarismo, nomear gabinetes provisórios sem consulta ao Congresso. Na verdade, o parlamentarismo que nascera morto morria mais uma vez, embora ficasse insepulto. Faltava o atestado de óbito do plebiscito. E o funeral – tardio e de quinta classe – de 1964 (CONY, 1982, p.32).

Houve o plebiscito, de resultado favorável à volta do presidencialismo. O grupo que cercava João Goulart se apoderou dos números como se fosse sua a popularidade no governo e já começou a fazer planos futuros para o continuísmo na presidência e, com isso, realizar seu programa de Reformas de Base. Não devemos esquecer que, naquela época, a Constituição não permitia reeleição. É evidente que os possíveis candidatos às eleições de 1965 estavam fazendo campanha a favor do presidencialismo, dentre eles, Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda, Ademar de Barros, Magalhães Pinto e Miguel Arraes. Sabemos que Kubitschek foi o grande articulador do plebiscito, até porque almejava as eleições de 1965, e não mediu esforços a fim de que a opinião pública fosse a favor do presidencialismo. Estava na frente das pesquisas de opinião, iniciara com 34% e chegara a 37%.

João Goulart, mesmo não podendo se candidatar, já deixava claro que o PTB e seu governo não apoiaria JK nas eleições, pois isso atrapalharia seu Programa de Reformas de Base, sobre o qual ele alegava que “necessitava de apoios substanciais na área das esquerdas e do nacionalismo mais radical” (CONY, 1982, p. 41). Entretanto, vários setores não perdoavam o ex-presidente, mesmo que por razões democráticas, pelo fato de a industrialização do Brasil ter sido feita com a ajuda de capitais externos. O que

aconteceu realmente é que Jango guardava ressentimentos de Kubitschek, alegando que o apoiara no seu Programa de Metas e, quando precisou do seu apoio nas Reformas de Base, não teve o apoio.

Juscelino, a princípio, achava que as Reformas de Base não eram de todo mal, o problema era a forma como ele as queria realizar. Segundo Jango, só restava três anos para findar o seu mandato, portanto, seria um plano trienal, praticamente dentro das possibilidades, era um plano brilhante, mas irreal. Como o plano de Reforma de Base seria o de manter o crescimento econômico reduzindo ao mesmo tempo a inflação, quanto à reforma agrária e a outras reformas, tais como educacional, bancária e administrativa, que visavam a transformação global da sociedade, poderiam dar certo, desde que fossem bem arquitetadas e com disponibilidade de tempo para obter sucesso. Tempo esse que Jango não disponibilizava.

Basicamente a queda de João Goulart começou a partir desse ponto. Com a situação crítica, tanto Juscelino quanto Lacerda sentiam a gravidade do problema, porque dificilmente o Congresso aprovaria essas Reformas, e o chefe da Casa Militar, o General Amaury Kruehl, já ameaçava fechar o Congresso. A partir daí, Jango cometeu uma sucessão de erros. Primeiro, forçado pelos ministros militares, solicitou o estado de sítio ao Congresso, depois, sob pressão dos demais governadores e da classe política, retirou a solicitação, mostrando hesitação nos dois atos e despertando suspeitas gerais, principalmente em Miguel Arraes, por ver no estado de sítio algo contra a Guanabara e Lacerda, visto que o jornalista havia provocado o brio dos militares, ao dizer que eles estavam descendo muito baixo ao apoiar as reformas de Jango. Por essa razão, praticamente obrigaram-no a pedir o estado de sítio e logo em seguida o revogou. Essa confusão toda provocaria uma ruptura no processo político e traria consequências graves, principalmente porque Jango nunca dispusera de fortes dispositivos na área militar. Enquanto isso, via suas Reformas de Base paralisadas, sem sair do papel.

A gestão de JK foi duramente criticada pela ala esquerdista e pelos nacionalistas. Para explicar essa situação, Juscelino fazia uma comparação antes e depois de seu governo, como aponta Cony:

[...] JK fizera a industrialização no peito, na certeza de que o capital estrangeiro poderia ser disciplinado, fiscalizado, tributado, enfim, severamente controlado pelo governo e pela opinião pública. O essencial é que num mundo ampliado (ou reduzido) à condição de aldeia global, o dinheiro não mais poderia ser um bem nacional mas uma convenção transnacional da qual cada país tentaria tirar o maior proveito possível,

investindo-o em infra-estruturas que gerassem o mais largo espectro de autonomia econômica (CONY, 1982, p. 41).

Cony ainda complementa, ao fazer referência ao redator que escrevia os discursos da campanha de Lott:

não há capital estrangeiro e capital nacional. Há simplesmente o capital que, ao lado do trabalho, é mola do progresso. O dinheiro que vier de fora, com o objetivo real de incrementar o nosso desenvolvimento, só pode ser bem recebido (*apud* CONY, 1982, p. 41).

Ao que parece, o PTB estava no poder mas não gostava de governar. Tanto é que João Goulart não concretizava seus programas administrativos, apenas dispunha dos recursos a fim de manobrar a política nacional, como por exemplo, ajudar os amigos e provocar os adversários e, com certeza, sua restrição do não apoio se estenderia ao PSD como um todo, pois era mais provável ele fazer aliança com a UDN. Contudo, Juscelino não queria se envolver publicamente na crise política que tomava conta do Brasil, ao contrário de Leonel Brizola, que ia à imprensa dizer que “(...) desta vez ninguém desviaria o Brasil dos rumos progressistas que a reforma agrária desencadearia” (*apud* CONY, 1982, p. 47).

As conspirações contra o Governo Jango começaram a se articular, e o presidente, pouco a pouco, perdia o comando da situação. O general Amaury Kruehl partira para São Paulo a fim de assumir o II Exército, no caso, seria uma peça fundamental no que viria pela frente, sem falar em Olímpio Mourão Filho que, tendo sido transferido de Santa Maria para São Paulo, seria o grande conspirador pela “cabeça” do presidente João Goulart.

Diante de tudo o que estava acontecendo, Juscelino já não estava tão seguro quanto à sua vitória em 1965. Segundo ele, o PSD ameaçava um racha entre agressivos e conservadores, enquanto o PTB, com o poder nas mãos de Jango, tanto do partido quanto da presidência da República, fazia sua auto-campanha, pois desejava se manter na presidência. Cony explica esse racha.

No Congresso, governo e oposição haviam sido atropelados por dois blocos interpartidários que trocavam, em miúdos, as teorias e práticas esboçadas dentro ou à margem do governo. Tanto a Frente Parlamentar Nacionalista (de esquerda) como a Ação Democrática Parlamentar (de direita) substituíam os partidos tradicionais e faziam eco das duas correntes que dividiam o pensamento político e cultural do Brasil, um tanto anacronicamente (CONY, 1982, p. 51).

Juscelino temia a perda de popularidade, devido às acusações dos adversários sobre seu Plano de Metas ser a causa da inflação. Diante disso, em 1964, com as eleições se

aproximando, começou a mudar sua estratégia partidária, chegando à conclusão de que transformaria também o seu comportamento conservador. Sabia que com a união do PSD e do PTB, as eleições seriam imbatíveis. Com base nesse pensamento, não restou outra saída a não ser unir o seu plano de governo com a premissa do “desenvolvimento através da agricultura, acrescida de um tom reformista que aglutinasse, em torno do seu nome, todas as forças contrárias à direita radical” (CONY, 1982, p. 52). Com essa estratégia, supostamente teria o apoio de João Goulart, voltaria a sua popularidade e defenderia as reformas como necessárias à consolidação da democracia.

O fato é que houve um mal-entendido por parte dos adversários do PSD, bem como seus próprios adversários ao saberem dessa estratégia de Juscelino. Para eles, o candidato à presidência estava se bandeando para o lado da esquerda e se manifestando favorável à legalidade do Partido Comunista, deixando claro que lhe interessava somar outras legendas a sua candidatura, mas não podia esquecer que pertencia ao PSD.

Jango, apoiado num dispositivo de força, foi pressionado a obter um pacto com a sociedade de forma direta, extra constitucional, aceitando a ideia de promover “comícios-monstros” pelo Brasil. Destaco que o comício promovido na Central do Brasil, foi o primeiro e também o último. O fato é que, nesse comício, ele disse que mudaria as leis.

As eleições se aproximavam e todos os pré-candidatos precisavam se posicionar entre esquerda ou direita, e as especulações começaram a vir à tona. Carlos Lacerda (UDN) procura JK e lhe faz várias perguntas, se ele é a favor, se aprova ou desaprova as medidas de Jango, e se é favorável ou contra a legalização do Partido Comunista. JK preferiu responder publicamente:

Não defendo, para a realização dessas reformas estruturais, as soluções apresentadas pela extrema direita, que nada quer reformar, porque não sou reacionário. Mas também não defendo as da extrema esquerda porque não sou comunista. Sou um democrata convicto, sempre o fui, tenho o sentimento da democracia entranhando em mim. Por isso, defendo as soluções democráticas, aquelas que em tantos outros países foram adotadas sem supressão da livre iniciativa e sem o esmagamento das liberdades individuais inerentes à condição humana (*apud* CONY, 1982, p. 59).

Assim eram os bastidores da pré-campanha – Juscelino, apontado nas pesquisas como o preferido para a sucessão, enfrentava seus opositores com as cobranças de Jango, por não o apoiar em suas reformas, e, por parte de Lacerda, a dúvida era se JK defendia o comunismo ou não. Tudo caminhava “bem” dentro do cenário político, até a noite de 31 de março e o transcorrer do dia 1º de abril de 1964.

Juscelino tinha plena consciência de que João Goulart havia se perdido no governo, praticamente estava à mercê do caos provocado por uma violenta crise, com desdobramentos irreversíveis. As Forças Armadas tomavam o poder naquele momento, com a tropa de Olímpio Mourão Filho marchando de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro.

João Goulart “(...) não teve comando para domar seus assessores mais radicais, atolou-se fundamente num oceano de contradições em seu comportamento político e humano” (CONY, 1982, p. 71). O governo caíra sem resistência, com Jango deixando o governo sem resistir e se exilando no Uruguai.

JK sabia que a conspiração era contra João Goulart, mas os respingos viriam também contra ele. Não demorou muito e seus direitos políticos foram cassados, no dia 8 de junho de 1964, pelo presidente militar Castelo Branco. Alegando motivos exclusivamente políticos, caso a população reagisse defendendo o ex-presidente Kubitschek, seria “jogado na lama”, desencavando inquéritos e acusações de corrupção em seu governo. Não lhe restando outra solução, no momento, senão o exílio.

Sem queixa, escoltado por militares que tiraram suas armas dos coldres para manter o povo distante dele, JK embarca num avião da Ibéria. Amanhece em Madri. O dia – 14 de junho de 1964 – é apenas o primeiro de um exílio que ele saberá suportar com tristeza e dignidade (CONY, 1982, p. 86).

O presidente do povo ficou no exílio por exatamente 976 dias. Entre Paris e Lisboa fixou residência, mas na maioria do seu tempo fazia palestras em universidades dos Estados Unidos. Nesse meio tempo, JK vive em um misto de felicidade e tristeza. Sua filha Márcia se casa com o empresário Baldomero Barbará Neto (em 30/06/1964) e, dois anos mais tarde, sua irmã Naná falece (a 3 de junho de 1966).

Diante de sua nova vida, ele precisava se estabelecer no exterior. Afastado de sua pátria, precisava com urgência dar sentido a sua nova realidade. No exterior, acompanhava sua desmoralização política no Brasil, algo que lhe causava profunda tristeza. Foi a aproximação de Adolpho Bloch que lhe trouxe uma espécie de calma, visto que o amigo abre um espaço para ele na revista Manchete, para que o mesmo possa defender-se das infundadas acusações que pairava no cenário brasileiro - JK foi acusado de possuir a sétima fortuna do mundo. Cony esclarece sobre esses rumores, investigados e arquivados sem prova.

Tinha seus bens, é claro, situava-se numa faixa confortável da alta classe média, como tantos outros ex-funcionários graduados do governo. Mas fortuna, mesmo, essa ficava creditada à irrecuperável maledicência dos frustrados, que viram morrer quase na indigência diversos administradores que movimentaram milhões em suas vidas públicas e

nada tinham a deixar aos seus, nem mesmo recursos para o tratamento final: João Alberto Lins e Barros, Arthur de Souza Costa, Getúlio Vargas – esse chegou a morrer endividado, pois não conseguia liquidar integralmente a compra de sua fazenda, depois de vinte anos no poder (CONY, 1982, p. 94).

Quanto à volta à sua antiga ocupação, a Medicina, Kubitschek não se sentia confortável de ter que recomeçar de baixo, pois dizia que só o faria se fosse com paixão e dedicação, e naquele momento não estava preparado. Sua vida rotineira baseava-se na redação de cartas aos amigos, nas quais ele relatava suas angústias em ter que sobreviver num país que não era seu, e se adaptar a situações climáticas que, a seu ver, eram desesperadoras. Ele relata isso numa carta endereçada a Carlos Murilo: “É triste o Natal no exílio, nesta cidade mergulhada nas sombras do inverno em cujo céu não verei uma estrela; e em outra carta enviada a seu primo ele desabafa: ‘tenho medo do enfarte e, sobretudo, do derrame cerebral que me tornaria incapaz. Não quero morrer no exílio’” (*apud* CONY, 1982, p. 94).

Vendo sua melancolia aumentar com o passar dos dias, amigos tentam animá-lo a encontrar uma ocupação que preenchesse seus dias, diante de várias sugestões, umas até aceitáveis e outras nem tanto, a melhor foi a do amigo Bloch que lhe sugere a escrita de suas memórias: “JK deveria ser o cronista de sua própria obra” (*apud* CONY, 1982, p. 93).

O exílio de Juscelino foi dividido em duas partes, seis meses depois de se auto exilar ele, sem pensar nas consequências, movido apenas pelo desejo de pisar em terras brasileiras, quase como um ato de vida ou morte, dadas as circunstâncias de desespero em viver num lugar em que não se adaptava espiritualmente, ele retorna ao Brasil, apesar de os amigos lhe pedirem prudência. Contra todos os argumentos, inclusive da família, retornou à sua pátria. Tal atitude lhe custou um verdadeiro massacre de acusações, ficando horas a fio - de sete a nove horas ininterruptas - respondendo interrogatórios acerca de seu passado político.

No dia 4 de outubro de 1965, JK, antes mesmo de pisar no solo brasileiro em companhia de Sarah, ainda na escada do avião, é recebido por um militar que se recusa a estender-lhe a mão para cumprimentá-lo, movido apenas pela missão que vinha cumprir naquele momento, entregar a “intimação firmada pelo Coronel Ferdinando de Carvalho, que presidia a um Inquérito Policial Militar sobre as atividades dos comunistas no Brasil” (CONY, 1982, p. 99). No mesmo momento, outro militar entrega-lhe uma outra

intimação, para outro IPM, sobre atividades ligadas ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), assinada pelo Coronel Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves.

Os militares já estavam preparados estrategicamente com uma linha de ação para neutralizar o impacto que provocaria a volta do ex-presidente.

[...] A sucessão de IPMs a que ele responderia tinha dupla finalidade: a primeira, a de tentar mostrar o grau de envolvimento de JK com a subversão que teria sido a causa da deposição de João Goulart. Por mais absurdo que possa parecer, havia militares e civis ligados à nova classe que acreditavam nesse envolvimento, que para uns configurava um criptocomunista, para outro um comunista e para os demais, um elemento necessariamente nocivo que só poderia trazer intranquilidade à família brasileira. Esse leque de acusações seria aberto e condicionaria os cinco tipos de IPMs a que JK responderia a partir do dia de seu retorno. A segunda finalidade dos interrogatórios era a de assustar e cansar o próprio JK, humilhando-o, tornando a sua vida impossível no Brasil (CONY, 1982, p. 100-101).

Com certeza a segunda estratégia foi a que teve mais êxito em termos de ações concretas por parte dos militares. Naquele momento, Juscelino encontrava o seguinte quadro político: os militares julgavam que Negrão de Lima, candidato a governador de Minas, e Israel Pinheiro, candidato a governador de Guanabara, estavam ligados ao processo democrático, ou seja, eram discípulos de JK. Os dois se elegeram, independentemente da ideologia política. Na verdade, essa eleição tinha o seguinte parecer - de quem era a favor ou contra a revolução de 1964. Isso resultou em consequências para Castelo Branco, acusado por integrantes da Vila Militar, no Rio, que declararam que o presidente foi omissivo. Contudo, houve um racha no movimento militar de 1964. Por insatisfação dos militares, contestaram a posse dos governadores eleitos e também o poder de Castelo Branco.

A fim de não sofrer arranhões no seu governo, pois queria chegar ao final de seu mandato, Castelo Branco editou um novo Ato Institucional, o AI-2, assinado no dia 27 de outubro de 1965. Sem ele não poderia se manter no governo e nem no poder. O AI-2 extinguiu os partidos políticos criados desde 1945 e instituía leis baseadas nos “ideais do movimento militar de 1964”.

Diante disso, Castelo Branco fica sabendo, através de um telegrama enviado pelo advogado Sobral Pinto, sobre o que se passava no quartel da PE do Rio de Janeiro. Nele constava a sua indignação e um pedido de cessar os procedimentos irregulares dos coronéis de IPMs, praticados contra Juscelino, os quais estavam transformando a vida dele num caos. Contrário às argumentações do advogado, Castelo Branco emite um telegrama em resposta, dizendo que Kubitschek não teria privilégios e nem regalias.



O AI-2 aumentara o arbítrio, reduzira a quase nada os direitos de qualquer cidadão: eram as tais normas a que estavam sujeitos todos os brasileiros. O AI-5, mais tarde, levaria às últimas consequências essa radicalização do regime instaurado em 64 (CONY, 1982, p. 109).

O presidente tinha motivos pessoais e políticos para querer incriminar JK por corrupção, lembrando que toda essa conspiração humilhante à figura do ex-presidente não abalou a admiração que o povo tinha por ele. Segundo Cony, por onde ele passava era aclamado pelo povo e esse reconhecimento ultrapassou o episódio de sua morte.

Após sessões longas de interrogatórios, Juscelino tem um grave desgaste físico e uma junta médica-militar é acionada para comprovar seus problemas de saúde. Por intermédio de Adolpho Bloch e Magalhães Pinto, o estadista consegue uma liberação por parte de Castelo Branco para sair do país. No dia 9 de novembro de 1965, Juscelino volta a seu exílio: “Viajei para não ser preso”, disse a jornalistas ao desembarcar em Nova Iorque.

Em 1967, O poder supremo do Brasil estava sob o Alto-Comando Militar, com o intuito - ou desculpa - de combater o comunismo e a corrupção, somente eles poderiam assumir as operações do estado e da sociedade, sejam elas através da paz, seja através da imposição. “De tempos em tempos um de seus membros era passado a missão de governar o país”. No dia 31 de março daquele ano, Castelo Branco passa o poder ao Marechal Arthur da Costa e Silva.

Diante desses fatos, o inesperado acontece, JK e Carlos Lacerda, juntamente com intelectuais e estudantes, se unem em uma Frente Ampla, com um objetivo comum, o de combater o movimento de 64 e exigir a redemocratização do regime. Logo Jango se uniria também a JK e Lacerda, numa coligação de PSD, UDN e PTB que ficou conhecida como Frente Ampla. Embora extintos os partidos, existia uma grande força nessa aliança. Para os militares, o mais difícil de combater seria mesmo o ex-presidente JK, pois, ao contrário dos outros dois, tinha a popularidade a seu favor, e isso deixara os militares profundamente irritados, levando a perseguição política de Kubitschek ao extremo, com altos ataques envolvendo-o em várias campanhas que tentaram provar sua corrupção. Alguns dias depois, foi decretada sua prisão, com pena de doze anos. Entre as acusações, irregularidades na aquisição de material para o Hospital Distrital de Brasília; irregularidades na ponte que liga o Brasil ao Paraguai; uma casa em forma da abreviatura “JK” construída no Paraguai; a posse irregular de um apartamento em Ipanema; quatro mansões às margens do lago Paranoá em Brasília; e a mais inusitada: a importação de toneladas de feijão podre.

No dia 19 de abril de 1969, o político exilado volta em definitivo para o Brasil, trazendo consigo a filha Márcia numa maca (ela havia feito uma cirurgia na coluna em Houston), acompanhado do genro Barbará e de Sarah. Nesse momento, Juscelino tinha dois objetivos, o primeiro era livrar-se dos processos que o incriminavam, e o segundo, o de voltar ao compromisso da Frente Ampla, cuja meta era a redemocratização do país. Acusado de enriquecer ilicitamente, compondo a sétima fortuna do mundo, Kubitschek, juntamente com seus advogados, ia solucionando as incriminações, evitando a prisão imediata. Dizia ele “Deus poupou-me o sentimento do medo” (*apud* CONY, 1982, p. 129).

Somente após sua morte, em seu testamento, é que sua situação financeira foi divulgada. JK não chegava nem perto de ser a sétima fortuna do mundo, em seus bens constavam somente o que ele conquistou com as funções que exercera ao longo de seus 74 anos de vida, como por exemplo, um apartamento no Rio e uma pequena fazenda, com dívidas em compras de máquinas e fertilizantes, alguns títulos de ações da DENASA (firma que fundara com os genros) e que se enquadrava em padrões de classe média. Todos esses fatos já eram conhecidos pela população desde 1965, quando fora investigado e feito levantamento de seus bens.

No governo Costa e Silva foi instituído o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que: acabara definitivamente com as liberdades públicas e individuais: censura total da imprensa; fechamento do Congresso; prisões aleatórias; suspensão de *habeas-corpus*; dentre outras medidas radicais, sendo que um dos alvos principais desse Ato foi combater a Frente Ampla composta por JK, Lacerda e Jango. Mesmo ela não existindo mais, o espírito de seus idealizadores ainda afrontava os militares - muitos estudantes eram penalizados com prisões, castigos e torturas que levaram muitos à morte. Lacerda, JK e vários outros políticos foram presos.

Todos os presos ficaram incomunicáveis, sem direito a notícias de fora. Nem receber parentes, muito menos advogados. No quartel de São Gonçalo, onde permaneceria quase um mês, Juscelino encontrou razões para não desesperar. Como qualquer preso, tinha a consciência de que a sua atuação política era mais do que nunca um fato. Isso aguenta qualquer preso político em qualquer prisão. Mesmo assim, tratava-se de um homem de 66 anos, que nos últimos tempos sofrera amargas experiências pessoais. Um corpo traumatizado pela tensão (CONY, 1982, p. 133).

Passados quase um mês sem notícias, Sarah conseguiu permissão para visitá-lo, juntamente com o médico Dr. Aloysio Salles. Juscelino apresentava sérios problemas de saúde, e após uma junta médica-militar examiná-lo, constatou-se uma série de

enfermidades, tais como arteriosclerose coronariana, hipertensão arterial, diabetes, gota, infecção urinária, rotura traumática do tendão de Aquiles esquerdo e síndrome de depressão psíquica, permitindo que lhe fosse concedida a prisão domiciliar. Após esse período, teve permissão para tratar a diabetes fora do país, em Nova Iorque, visto que o médico especialista nesse assunto não poderia vir para o Brasil.

Em 1970, JK foi proibido de pousar no solo de Brasília, a cidade que sua gestão idealizara e construía do nada. Somente em 1972, vindo de Luziânia em um caminhão Ford, para desviar de um temporal ele busca abrigo em Brasília, aproveitando que estava deserta devido à situação climática. Visita a catedral e, deslumbrado, afirma: “Valeu a pena” (*apud* CONY, 1982, p. 141).

Juscelino perde a mãe em 1971, em Belo Horizonte, aos 98 anos. Ela falece segurando a mão do filho que tanto lhe deu orgulho e que declara:

A ascensão política do filho, embora lhe causasse orgulho, nunca teve força para alterar-lhe os hábitos de modéstia e simplicidade. Nunca se hospedou em palácio e jamais entrou num automóvel presidencial (*apud* CONY, 1982, p. 142).

JK ocupava seu tempo na arte de escrever, em meados de 1969 suas memórias, já prontas, foram proibidas de serem impressas e publicadas. Somente em 1974, o primeiro volume, *A experiência da humildade*, e um exemplar à parte, *Por que construí Brasília?*, foram publicados. O presidente visionário sonhara em certo momento ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, mas não foi eleito por diferença de apenas um voto e, conseqüentemente, esqueceu esse episódio. O fato é que houve um complô diante de mais esse drama político que ele vivenciara. Moraes Neto cita uma afirmativa do escritor Josué Montello, avaliando o obstáculo enfrentado por Juscelino para ocupar a cadeira na Academia Brasileira de Letras.

Setores do governo militar exerceram pressão sobre a Academia para barrar os passos de Juscelino porque descobriram, a tempo, o verdadeiro sentido da eleição do ex-presidente: a entrada de JK na Academia significaria, na prática, o início da ressurreição política de um homem banido da vida pública (*apud* MORAES NETO, 1997, p. 58).

Contudo, essa porta de entrada de volta à política, que seria a Academia Brasileira de Letras, resultara numa frustração: “Agora sei, por experiência própria, que é mais fácil ser presidente da República...” (*apud* MORAES NETO, 1997, p. 62).

No dia 22 de agosto de 1976, morre Juscelino Kubitschek de Oliveira, vítima de um acidente de carro na Via Dutra, na altura de Resende-RJ, acidente até hoje cercado de muito mistério e nenhuma conclusão. Os capítulos de Geneton Moraes Neto e de Flávio

Tavares, além do livro de Cony e Anna Lee, mencionados nesta dissertação, sugerem fortemente ter-se tratado o acidente de “queima de arquivo” do regime militar.

Moraes Neto relata, em *Dossiê Brasil* (1997), o acidente e as possíveis contradições que o cercam, bem como documentos de autópsia que permaneceram obscuros perante a sociedade e que, logo após a morte de JK, mais precisamente onze meses depois, estavam em posse do jornalista político americano Jack Anderson - uma cópia de uma carta misteriosa e confidencial que colocava em pauta duas mortes violentas, sendo elas a do chileno Orlando Letelier e de Juscelino Kubitschek. Para Geneton Moraes Neto, diante do fato de ter sido uma morte violenta, e por se tratar de um ex-presidente excluído da vida pública pelos militares, seriam inevitáveis as especulações.

[...] Todas as evidências colhidas pela perícia apontam para a ocorrência de um acidente na via Dutra. Mas, se vasculharem as circunstâncias da tragédia à procura de perguntas e respostas, os adeptos de teorias conspiratórias certamente não se decepcionarão. Porque há um punhado de histórias obscuras no caminho do Opala do ex-presidente – um prato cheio para os que se recusam a acreditar que o acidente foi um acidente (MORAES NETO, 1997, p. 27).

E uma das causas de especulações foi a publicação dessa “carta misteriosa”, que tinha como remetente o coronel Manoel Contreras, chefe da polícia secreta da ditadura do general chileno Augusto Pinochet, endereçada ao general João Baptista Figueiredo, então chefe do Serviço Nacional de Informações do governo militar brasileiro. Segundo o jornalista, eram frequentes as preocupações que o coronel tinha a respeito da ascensão dos dois líderes, e, após um ano dessa carta, JK sofreu o acidente (suspeita de um possível atentado pela ditadura brasileira), e o chileno Orlando Letelier (adversário político de Pinochet) foi vítima de uma bomba que explodiu em seu carro, em Washington-DC (atentado planejado pela ditadura chilena). Vejamos um trecho da carta, que sustenta um suposto plano conspiratório de ambos, ou pelo menos uma troca de informações.

Compartilho de sua preocupação com o possível triunfo do Partido Democrata nas próximas eleições presidenciais nos Estados Unidos. Também temos conhecimento do reiterado apoio dos democratas a Kubitschek e Letelier, o que, no futuro, poderá influenciar seriamente a estabilidade do Cone Sul de nosso hemisfério. O plano proposto por você para coordenar nossa ação contra certas autoridades eclesiásticas e conhecidos políticos social-democratas e democratas-cristãos da América Latina e da Europa conta com nosso decisivo apoio (*apud* MORAES NETO, 1997, p. 29).

Além desse documento, Moraes Neto comenta outros mistérios em torno da morte do político mineiro, uma delas, já citada no segundo capítulo dessa dissertação, que seriam sobre os boatos da morte de JK antes mesmo de acontecer, provocada por um

acidente automobilístico que viria a se concretizar semana depois. Mas, havia também algumas evidências de que documentos relacionados à perícia foram ocultados ou mesmo banidos do conhecimento da família e da sociedade como um todo, levando a um certo conformismo por parte da família de JK, que apenas aceitou a versão da perícia sem contestar o fato de que os negativos fotográficos, feitos pelos primeiros peritos, na hora do acidente, e nos quais constam os corpos de JK e do motorista, dentro do Opala, desapareceram sem deixar quaisquer vestígios.

A viúva Sarah, na época, manifestou uma nota de agradecimento aos trabalhos feitos após morte de seu marido: “Tendo conhecimento do término do laudo pericial que determinou a causa do trágico acidente que vitimou meu marido, quero apresentar a toda equipe, em meu nome e de minhas filhas e genro, nosso agradecimento” (*apud* MORAES NETO, 1997, p. 37-38). Dentro do Opala foram encontrados, ainda, trechos dos diários que JK escrevera com o intuito de servir como base da escrita de suas memórias, os quais foram entregues à família, sendo que as cópias dos referidos memorandos ficaram sob a posse do comando do I Exército, exercido pelo general Reinaldo Melo de Almeida. Contudo, o que preocupa é o sumiço dos documentos que salientam ainda mais a crença de que havia algo de estranho envolvendo as reais circunstâncias dessa morte. Moraes Neto afirma que

A direção do Instituto de Criminalística Carlos Éboli se recusou a dar qualquer informação sobre o paradeiro dos negativos e das fotos, sob o argumento de que a morte do presidente ainda hoje é caso de “segurança nacional” (MORAES NETO, 1997, p. 34).

Na época, Castelo Branco evitava quaisquer indícios de ser envolvido nas polêmicas geradas em torno da morte de JK, esclarecendo que tudo foi feito pela polícia técnica e que não haveria dúvida de que se tratou apenas de um acidente. Quanto ao sumiço dos negativos, havia uma explicação óbvia por parte do Departamento Técnico-Científico, o simples fato de que mandou esconder como forma de sigilo para que não fosse parar em mãos de jornalistas com o intuito de preservar a imagem do presidente, por ter havido esmagamento total do corpo. Entretanto, o problema não está aí e sim no fato de que, mesmo duas décadas depois, o Instituto Carlos Éboli não reconhecia a existência desses negativos.

Uma outra situação citada por Geneton foi a questão de que, logo após a morte de JK e antes de se tornar público o romance secreto que JK tinha com a *socialite* Lúcia Pedroso, o amigo e médico Guilherme Romano tratou de recolher cartas, anotações de

diário, enfim, tudo que indicava sua relação extraconjugal e que poderia manchar o nome do amigo morto.

No entanto, a maior polêmica estava em um suposto equívoco relacionado à cassação de seus direitos políticos, mais precisamente de seu mandato como senador, em 1964. A sua possível volta à presidência incomodava os militares, que trataram de banir quaisquer tentativas de seu retorno, banindo o ex-presidente da vida pública. Uma avaliação feita pela Embaixada britânica, através de um relatório, evidenciava um “equívoco” na cassação dos direitos políticos do ex-presidente.

É verdade que eles antes suspenderam os direitos políticos do ex-presidente Jânio Quadros, mas este gesto não ofendeu a opinião pública brasileira: por ter prejudicado o país ao renunciar precipitadamente, Jânio Quadros não mereceu simpatias. Já o ex-presidente Kubitschek é uma figura muito popular no Brasil, a tal ponto, entre os possíveis candidatos disponíveis imediatamente depois da revolução, ele provavelmente venceria as eleições presidenciais previstas para 1965. A demora na cassação indica que a decisão não foi tomada com facilidade. Ao mesmo tempo, a cassação é uma demonstração de força e uma admissão de fraqueza. O regime se sente suficientemente forte para lidar com possíveis demonstrações a favor do Sr. Kubitschek, mas, na prática, admite que não terá apoio popular suficiente até 1965 para impedir o Sr. Kubitschek de reconquistar a presidência (*apud* MORAES NETO, 1997, p. 48).

O que eles temiam é que, com a cassação, JK poderia se tornar uma espécie de mártir e, com isso, se tornar ainda mais popular, opinião essa declarada pelo embaixador britânico Leslie Fry. Segundo ele, “O ato Institucional que cassou o Sr. Kubitschek foi criado para possibilitar a erradicação do comunismo no Brasil. Diz que há evidências de que ele retribuiria o apoio dos comunistas na eleição de 1955” (*apud* MORAES NETO, 1997, p. 49). Moraes Neto relata que o diplomata revela “uma teoria” com fundo de verdade.

O presidente Castello Branco ofereceu a cabeça do Sr. Kubitschek aos que o estavam pressionando – os militares extremistas que lideraram a revolução – em troca do fim das ações contra as figuras que eles gostariam de eliminar da política brasileira. Pode ter acontecido algo assim. Só se espera que novas medidas repressivas não sejam tomadas contra aqueles que são considerados como uma ameaça ao regime (*apud* MORAES NETO, 1997, p. 50).

Conforme Geneton, os diplomatas acreditavam que Castello Branco era favorável à candidatura de JK, mas era refém da linha-dura e, ainda, os diplomatas britânicos registram que os franceses criticavam o apoio excessivo que os Estados Unidos davam ao regime militar brasileiro, por não ter uma base popular apropriada. No entanto, essa análise feita pelos diplomatas em relação ao governo militar brasileiro coincidia com a da

França, divergindo apenas no ponto em que os franceses estariam tendo uma ligação excessiva com Kubitschek, salientando que ele tinha muitos defeitos, mas também muitas virtudes. Vejamos um relatório sobre o Brasil, enviado pelo *Foreign Office* à Embaixada britânica no Brasil em 1965, citada por Moraes Neto, que, segundo eles, não acreditavam que Castelo Branco veria com bons olhos a volta de JK à presidência.

Concordo que a França parece ter uma ligação excessiva com Kubitschek e, conseqüentemente, uma opinião pior que a nossa em relação a Castello Branco. Não chegaríamos a descrever Castello Branco como um refém da linha-dura. (...) Em nossa opinião, o presidente tem exercitado uma habilidade elogiável e um apurado senso de julgamento tanto em assuntos políticos quanto econômicos. A questão é saber por quanto tempo ele poderá continuar assim (*apud* MORAES NETO, 1997, p. 52).

Geneton diz que, além dessa troca de informações entre os diplomatas das embaixadas britânica e francesa no Brasil, sobre o futuro de JK, outra troca de informações era feita entre os diplomatas britânicos e americanos, como mostra o documento de 24 de junho de 1964 referente à popularidade de JK, e o resultado da cassação não ter surtido efeito.

Perguntei sobre a suspensão dos direitos políticos de Juscelino Kubitschek; ele deu de ombros e comentou que a cassação não criou o furor que tantos esperavam; em parte, porque Juscelino era extremamente popular com as massas, mas nunca teve o apoio integral dos elementos conservadores do seu próprio partido e dos políticos, em geral. Quanto a Carlos Lacerda, ele aponta como, sem dúvida, o favorito para as eleições presidenciais de 1965 (*apud* MORAES NETO, 1997, p. 54).

O fato é que seus direitos políticos foram cassados e isso resultou no fim da sua carreira política. Em cartas enviadas a Josué Montello, amigo e confidente de JK, ele expõe sua solidão de forma poética, vivenciada no exílio.

Não tenho andado muito feliz. A solidão já pesa como um chumbo em minhas costas. Falta-me o oxigênio brasileiro. As raízes ficaram muito longe para que sua seiva me alimente. São escassos os motivos de prazer de que hoje disponho em Paris, para mim, não mais a cidade da esperança, como outrora, mas, ao contrário, uma Babilônia deserta, onde vejo penar a solidão do meu espírito (Paris, 1965) (*apud* MORAES NETO, 1997, p. 57-58).

Para concluir, gostaria de transcrever um trecho do livro de Cony em que o jornalista expõe o momento de um aceno de JK, dado a um funcionário da Manchete, que foi perpetuado como monumento em Brasília no seu memorial: “Foi para um homem do povo esse último aceno, com gosto de adeus. Duzentos quilômetros à frente, o impacto – e ele explodiria como uma estrela” (CONY, 1982, p. 150).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Segundo Nelson Mello e Souza, o Programa de Metas pode ser considerado uma vitória da tecnologia politicamente amparada pela motivação desenvolvimentista do presidente; representou um esforço de ‘nacionalidade’ sem o que dificilmente o governo teria logrado o êxito que logrou e deixado a imagem pública positiva com a qual já passou para a história” (*apud* BENEVIDES, 1976, p. 211).

A imagem positiva à qual se refere Mello e Souza é justamente aquela que vemos estampada nos livros de história, nos romances políticos, em documentários, memórias, artigos de revistas, etc. Se a ideia do estadista era entrar para a história, ele conseguiu, pois, até mesmo passados 44 anos de sua morte, ainda se mantém contemporâneo e vivo na memória coletiva brasileira. Um simples passeio pelo conjunto arquitetônico da Pampulha, em Belo Horizonte, ou por Brasília, demonstram isso. A prova mais contundente de que JK está definitivamente arraigado à memória da cidade é o fato de o Aeroporto Internacional de Brasília chamar-se Presidente Juscelino Kubitschek.

Na época, os responsáveis por propagar a imagem pública de JK foram revistas ilustradas como *Cruzeiro* e *Manchete*, além de filmes institucionais, que construíam e divulgavam sua imagem nacionalmente. A propaganda política estatal aliou a imagem de JK à de Brasília e, ao mesmo tempo, tentou convencer a população da importância e da necessidade do projeto. Nesse ponto, a imagem de um homem público dinâmico que JK tem não foi superada. Ele projetou e concretizou uma ideia ou um desejo que existia há muitos anos. Ao liderar essa empreitada, sua imagem, para muitos, é a de um “herói”.

A representação de Juscelino Kubitschek na atualidade constitui parte do imaginário coletivo brasileiro. Compreender a dimensão social desse homem e de seu tempo implica compreender algo além de nossas possibilidades. Podemos observar, nos dias atuais, que ainda muito se fala no ex-presidente, principalmente no dia de seu aniversário (12 de setembro) e no da inauguração de Brasília (21 de abril), datas nas quais sempre lhe prestam homenagens.

Em 12 de setembro de 1981, por exemplo, foi inaugurado em Brasília o “Memorial JK”, homenagem encabeçada por sua viúva, Sarah Kubitschek, para manter viva a memória do ex-presidente. Com 5.784 m<sup>2</sup> de área construída, o Memorial contém um acervo pessoal e político que nos permite entender a história por trás da criação de Brasília, fotos que contam detalhes de sua vida e obra, a sala de metas de seu governo, maquetes, vestes, imagens da construção e da inauguração da capital e, ainda, uma



reconstituição de sua biblioteca pessoal. Para o Memorial ser construído, houve mobilização em todo o país para angariar doações e recursos. Entre os doadores estavam políticos, amigos, familiares e pessoas comuns e anônimas, isto é, o povo brasileiro. Ao falar sobre seu último aceno, registrado em fotografias, momentos antes do acidente fatal na Via Dutra, Cony menciona a estátua que adorna o Memorial:

A tarde é triste, feia, cai uma garoa fria, o céu está baixo, de chumbo. Antes de entrar no carro, JK acena para o motorista de *Manchete*. É o seu último aceno. Aquele aceno que os brasileiros tão bem conheciam e que ficaria perpetuado, em bronze, no alto de seu memorial erguido em Brasília. (CONY, 1982, p. 150).

Em Belo Horizonte ele também é lembrado através de estátuas, placas, bustos, museus, fixados na orla da Lagoa da Pampulha. Em 2003, foi inaugurado o Museu Casa Kubitschek (MCK), que tem como sede a casa, em estilo modernista, construída para ser residência de fim de semana da família. A casa também foi projetada por Oscar Niemeyer.

Depois de sua morte e do processo de redemocratização do país, a sociedade brasileira deparou-se com o fato de dois presidentes da república terem sido afastados do cargo por *impeachment* (Fernando Collor de Mello, no final de 1992, e Dilma Rousseff, em 2016), além da polêmica – e mal explicada – prisão de Luiz Inácio Lula da Silva. Atualmente, o Brasil, sob a presidência de Jair Bolsonaro, vive uma crise política, econômica e sanitária (pandemia de Covid-19) sem precedentes, com milhares de mortos a cada semana. Sentimos como se o Brasil fosse um barco à deriva, onde alguns tripulantes vão abandonando o barco, restando apenas os sobreviventes soltos ao acaso. Enquanto que o comandante, em vez de mostrar-se uma pessoa sensata e equilibrada, com sua política de exclusão e desrespeito a questões básicas de direitos humanos, torna as coisas ainda mais difíceis, beirando o caos.

Assim, Juscelino Kubitschek é, ainda hoje, uma das figuras mais admiradas na história política do Brasil, seja por sua habilidade política, por suas realizações ou pelo respeito às instituições democráticas. “Democracia” é uma das palavras mais usadas atualmente no Brasil, porém, nem sempre pelo lado positivo, geralmente está na boca de quem diz defendê-la, mas, no entanto, participa de atos antidemocráticos.

A mim, resta imaginar como se portaria JK nos dias de hoje, em que o universo político ganhou outras dimensões, sobretudo com a extrema polarização direita x esquerda, ainda mais forte do que nas décadas em que ele governou (1940 e 1950). De que forma JK reagiria caso fosse vítima de *fake news*, justamente ele que passou por acusações de corrupção e desvio de dinheiro? Difícil sabermos ao certo, mas arrisco

afirmar que ele as enfrentaria sem medo. Para Carlos Heitor Cony, Juscelino se manteve cordial até os últimos dias de sua vida.

Olhado na perspectiva do tempo, é pena que o brasileiro não mais seja cordial, como antes os cientistas sociais o afirmaram. Não importa: JK o foi, de maneira simples, humana e quente. E sendo o homem cordial que nunca fomos, sua maior obra não mais será Brasília, mas a cordialidade que fundou e, mais cedo ou mais tarde, brotará de suas raízes para construir um perfil nacional do qual estamos nostálgicos (...) (CONY, 1982, p. 54).

O fato é que sua imagem, construída através de memórias, biografias, filmes e documentários, projetada na contemporaneidade, permanecerá na memória coletiva brasileiro como um alento e esperança de dias melhores.

## REFERÊNCIAS

### Do corpus

KUBITSCHKEK, Juscelino. *A escalada política – Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1976, vol. 2.

KUBITSCHKEK, Juscelino. *50 anos em 5 – Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1978, vol. 3.

### Gerais

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CABRAL, Carlos Benedito Marcondes. *JK: 21 de abril - história romanceada*. São Paulo: EDICON, 1995.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2016.

CAMARGO, Silvia Helena Carvalho Ramos Valadão de; FARAH, Osvaldo Elias. *Gestão empreendedora e intraempreendedora: estudos de casos brasileiros*. Ribeirão Preto: Villimpress, 2010.

CONY, Carlos Heitor. *JK - Memorial do exílio*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1982.

CONY, Carlos Heitor; LEE, Ana. *O beijo da morte*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

DOURADO, Autran. *A serviço del-Rei*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1984.

DOURADO, Autran. *Gaiola aberta: tempos de JK e Schmidt*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HELIODORO, Affonso. *JK, exemplo e desafio*. 2 ed. Brasília: Thesaurus, 2005.

KUBITSCHKEK, Juscelino. *A experiência da humildade – Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974, vol. 1.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5 ed. Campinas: EDITORA UNICAMP, 2003.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: De Rousseau à Internet*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes.

MORAES NETO, Geneton. *Dossiê Brasil: as histórias por trás da História recente do país*. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1997.

PLAMBEL. *O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1972*. Belo Horizonte: Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral de Economia Urbana, 1997.

RODRIGUES, Natália. Governo de Rodrigues Alves. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/governo-de-rodrigues-alves/>> acesso em: 13 de fevereiro de 2019.

SOUZA, Eneida Maria de. O avesso da escrita: intelectuais a serviço de JK. In: *Janelas indiscretas: ensaios de crítica biográfica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011, p. 119-135.

TAVARES, Flávio. Juscelino: A caderneta preta. In: *O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas do poder*. 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 119-157.